

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 64 N° 91 2004

ISSN: 0020-3890

SUMÁRIO

Revista do IGHMB

Ano 64 – Nº 91 – 2004

Publicação Oficial do
Instituto de Geografia e História Militar
do
Brasil
Fundada em 1940

DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197
Rio de Janeiro, RJ, 20211-350
BRASIL
Tel/Fax: (55-21) 2221-0467

REVISÃO

Lucia Regina Rodrigues Bimbi

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

SoftImage Assessoria Empresarial
Tel/Fax: (21) 2572-3111

IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.
Tel/Fax: (24) 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados autor e fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no formato A4 (210mm x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4), letras de 12 pontos e entrelinha dupla, acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

A ESTRATÉGIA: ORIGENS, FUNDAMENTOS,
DESDOBRAMENTOS NO ESPAÇO E NO TEMPO 7
Carlos de Meira Mattos

HISTÓRIA MILITAR: UMA ABORDAGEM 12
Nilson Vieira Ferreira de Mello

O PANORAMA ECONÔMICO-FINANCEIRO
MUNDIAL E A SITUAÇÃO DA ECONOMIA
FINANCEIRA DO BRASIL 17
Jayme Magrassi de Sá

A ARBITRAGEM NA
HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA 24
Petronio Raymundo Gonçalves Muniz

OS PORÕES DE SOLANO LÓPEZ 31
Aureliano Pinto de Moura

MAJOR-BRIGADEIRO-DO-AR
LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES,
PIONEIRO DO CORREIO AÉREO NACIONAL 49
Manuel Cambeses Junior

A TRILOGIA D. JOÃO VI,
D. PEDRO I E D. PEDRO II 54
Paulo Napoleão Nogueira da Silva

SAINT-EXUPÉRY:
O AVIADOR, O FILÓSOFO, O MITO 62
Lauro Ney Menezes

DOCUMENTOS 68

INFORMAÇÕES 77

NOTÍCIAS 79

IGHMB – SITUAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2004 84

RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA – Ano 2004 97

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 – DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro

(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 – DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)

Filiado à Comissão Internacional de História Militar

CGC 30278931/0001-17

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2003-2004

PRESIDENTE

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

1º VICE-PRESIDENTE

Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins

2º VICE-PRESIDENTE

General-de-Divisão Dr. Aureliano Pinto de Moura

1º DIRETOR-SECRETÁRIO

Coronel João Ribeiro da Silva

2º DIRETOR-SECRETÁRIO

Professor Guilherme de Andrea Frota

1º DIRETOR-TESOUREIRO

Tenente-Coronel (Int Aer) Alcyr Lintz Geraldo

2º DIRETOR-TESOUREIRO

Economista Marcos Ribeiro Corrêa

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coronel Marco Antonio Cunha

SUPLENTES

Coronel Arivaldo Silveira Fontes

Coronel Virgílio da Veiga

Engenheiro Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.

CONSELHO FISCAL

General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga

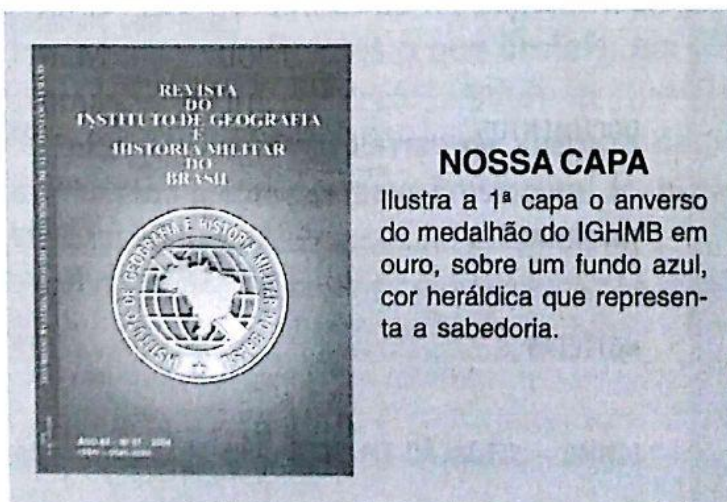
Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho

General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado

SUPLENTES

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

Coronel Darzan Neto da Silva



NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, cor heráldica que representa a sabedoria.

A Estratégia: Origens, Fundamentos, Desdobramentos no Espaço e no Tempo

Carlos de Meira Mattos*

Resumo: Matéria objeto de palestra, proferida pelo autor, no IGHMB. Informa sobre os tópicos constantes do título acima e examina as formas de ação estratégica direcionadas para uso em operações de guerra.

Palavra-chave: Estratégia.

ORIGENS

A Estratégia nasceu de uma necessidade primária do Chefe Militar. Desde a Antiguidade os chefes militares (Ciro, Dario, Alexandre o Grande, Xenofonte), diante do momento da batalha, tiveram que fazer uma avaliação intuitiva – fins e meios – do que pretendiam conquistar ou defender e de que meios dispunham.

Essa necessidade instintiva dos chefes militares da Antiguidade, de avaliar fins e meios, com o passar dos séculos foi sendo elaborada intelectualmente, dando forma a uma doutrina de planejamento militar. Transpôs os limites da arte bélica, deu origem aos hoje conhecidos planejamento estratégico, planejamento empresarial e planejamento científico.

O nome Estratégia foi criado pelos gregos para caracterizar a Arte dos Generais.

Estratego na língua grega significa general ou chefe militar.

FUNDAMENTOS

O primeiro livro sobre Estratégia que se conhece é um tratado, *A Arte da Guerra*, escrito por um general chinês, cerca de 500 anos a.C. Esse livro só foi conhecido no Ocidente mais de 2.200 anos depois, quando traduzido, no século XVIII, para a língua francesa, pelo Padre Amiot, missionário que viveu muitos anos na China.

Os principais pensadores, formuladores da Doutrina Estratégica, entendem que existe um trinômio inseparável – Política-Poder-Estratégia – que interage permanentemente. Sem se compreender este trinômio não se pode entender a Estratégia. A Política marca o objetivo, o Poder revela os meios disponíveis e a Estratégia indica a melhor forma de aplicação dos meios.

* General-de-Divisão. Sócio emérito do IGHMB.

Vejam, agora, como os principais pensadores conceituam esses três valores do trinômio:

POLÍTICA é a *arte de governar*, síntese dos pensamentos de Platão, Aristóteles, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Raymond Aron. *Política é a luta pelo poder*, segundo o Professor Hans Morgenthau, autor do livro básico de Política nos Estados Unidos. *Política é a arte de governar o Estado, dirigindo sua política interna e externa*, segundo o conceito da nossa Escola Superior de Guerra (ESG).

PODER é a soma de recursos materiais e valores psicológicos de que o Estado dispõe, tendo em vista os objetivos políticos que pretende conquistar ou preservar. Nenhum objetivo da Política pode ser alcançado sem a aplicação de Poder.

ESTRATÉGIA é a *arte de aplicar o Poder*, tendo em vista os objetivos da Política. A Estratégia está completamente integrada à Política e ao Poder. Não há Estratégia se não houver um Objetivo Político a conquistar ou preservar e se não houver Poder a ser aplicado. A Estratégia é sempre uma disputa entre inteligências e vontades. A partir da Primeira Grande Guerra (1914-1918), em consequência da ampliação do campo de batalha em virtude do aparecimento da arma aérea, a Estratégia transpôs os limites da arte militar e se expandiu para todos os campos de atividade civil. Hoje, a palavra Estratégia, seu método de pensamento e seu mecanismo mental de avaliar os problemas foram adotados por toda a sociedade.

Em síntese, podemos dizer que: Política é concepção (o que fazer), Poder são

meios, recursos (com o que fazer) e Estratégia é a habilidade de como aplicar os meios (como fazer).

ATITUDES ESTRATÉGICAS

O Planejamento Estratégico, baseado numa rigorosa avaliação do objetivo visado, do valor do inimigo e da nossa capacidade e disponibilidade de poder, quase sempre indica a Atitude Estratégica a ser tomada. Distinguem-se duas atitudes estratégicas: ofensiva e defensiva. Qualquer atitude deve visar, essencialmente, a preservação da Iniciativa Estratégica.

FORMAS DE AÇÃO ESTRATÉGICA

Podemos considerar as seguintes Formas de Ação Estratégica, associando-as ao nome dos estrategistas que as consagraram:

Ação Direta – Clausewitz, historiador, e o General Moltke, ambos prussianos.

Ação Indireta – Sun Tzu, general e historiador chinês do século IV a.C., General Mao Tse-tung, chinês, e Lidell Hart, historiador inglês.

Manobra por Linhas Interiores – Napoleão Bonaparte, general francês.

Estratégia Nuclear, Missílica e Guerra Espacial.

Dissuasão – Beaufre, general francês.

Ação Terrorista Internacional – desencadeada por um comando islâmico ainda não identificado.

AÇÃO DIRETA

O patrono da Estratégia de Ação Direta é o militar prussiano Karl von Clausewitz, que escreveu sobre as Guerras Napoleônicas e as lições delas extraídas. Napoleão

foi um grande guerreiro, mas nunca teorizou os ensinamentos de suas campanhas. Clausewitz escreveu o *Von Kriege* (Da Guerra) em 1871, que se tornou clássico para o estudo da Estratégia. Nesse livro Clausewitz desenvolve a sua idéia principal ao dizer: “A conduta estratégica ideal é buscar o centro de gravidade das forças inimigas e numa única e só batalha decisiva destruí-las.”

Observe-se que a preocupação fundamental de Clausewitz é o ataque com o máximo de poder contra as forças principais do inimigo, destruindo-as numa só batalha.

AÇÃO INDIRETA

Conforme já referimos, o primeiro autor que escreveu sobre Estratégia foi o General chinês Sun Tzu, num livro do século IV antes de Cristo. Sun Tzu é, inquestionavelmente, o patrono da Estratégia de Ação Indireta. Através dos tempos, vem deixando inúmeros discípulos.

Assim se pode resumir o pensamento de Sun Tzu:

“Na Guerra, ou na Política, a melhor estratégia é conquistar um país intacto, e não destruí-lo. Destruí-lo é pior. Capturar o exército inimigo é melhor do que destruí-lo. A batalha deve ser vencida muito mais pela manobra do que pelo choque. O bom estrategista é aquele que é capaz de derrotar o exército inimigo sem atacá-lo frontalmente, de ocupar cidades inimigas sem destruir seus bens, de ocupar o seu território sem necessidade de choques violentos. As ações de engodo são mais eficientes do que as ações de choque direto. É melhor can-

sar, desmoralizar, quebrar a vontade de lutar do inimigo, atacando seus pontos fracos, ameaçando seus flancos e retaguarda, inquietando-o continuamente, do que buscar o choque frontal. É melhor conduzir uma guerra durante cinquenta anos e derrotar o inimigo pelo cansaço, pela ação indireta, não atuando sobre o centro de suas forças.”

Sun Tzu reflete a índole paciente do povo chinês, *não se preocupa com o tempo, não tem pressa, sabe esperar para vencer*, muito diferente do pragmatismo apressado, produto da cultura ocidental. Como processo de ações estratégicas e táticas de engodo, Sun Tzu aconselha: *quando o inimigo avançar, recue; quando o inimigo fizer alto, inquiete-o; quando o inimigo evitar o combate, ataque-o; quando o inimigo retirar-se, persiga-o tenazmente.*

Contemporaneamente, Sun Tzu teve dois discípulos famosos: o chinês Mao Tse-tung e o inglês Lidell Hart. Ambos adaptaram os princípios da Estratégia de Ação Indireta legados pelo general da Antiguidade às exigências das guerras que viveram.

MANOBRAS POR LINHAS INTERIORES

O General Napoleão Bonaparte, nas guerras do começo do século XIX, teve que enfrentar exércitos da Áustria, do Piemonte, da Itália, da Prússia, da Espanha e da Rússia. Muitas vezes teve a responsabilidade de lutar em várias frentes. Deu grande ênfase, nas suas campanhas, ao princípio estratégico da Economia de Forças. Não podendo ser forte em todas as frentes, idealizou a manobra móvel por linhas interiores, buscando a capacidade de *ser o mais*

forte no local e na hora decisiva. O êxito da Manobra por Linhas Interiores depende da extrema capacidade de mobilidade dos efetivos de transferirem de uma frente para outra.

ESTRATÉGIA NUCLEAR, MISSÍLICA E GUERRA ESPACIAL

A arma nuclear surpreendeu e aterrorizou o mundo ao ser lançada pelas Forças Armadas norte-americanas, em abril de 1945, sobre as cidades japonesas de Nagasaki e Hiroshima. Seu efeito devastador – explosivo, incendiário e radioativo – causou uma destruição material inimaginável, provocou centenas de milhares de vítimas humanas e a morte de seres vivos, animais ou vegetais. O uso da arma nuclear foi proibido pelas organizações internacionais e foram criados organismos destinados a evitar a sua proliferação. Mas as potências industrializadas e possuidoras de tecnologia mais avançada não deixaram de fabricá-las. Durante os cinquenta anos de Guerra Fria, alimentada pela rivalidade e competição de poder entre duas superpotências – Estados Unidos e União Soviética –, ambas se envolveram numa escalada nuclear sem precedentes, fabricando milhares de armas cada vez mais potentes.

O desenvolvimento da tecnologia da arma nuclear provocou o avanço da tecnologia de seu instrumento de lançamento – o míssil.

Nos últimos cinquenta anos, as inovações tecnológicas e os avanços da eletrônica permitiram um amplo desenvolvimento da Missílica, geradora de enorme gama de vetores de transporte aéreo para os enge-

nhos bélicos ou científicos, lançados a distâncias intercontinentais ou menores.

A Missílica deu enorme amplitude à manobra estratégica, permitindo o lançamento de armas nucleares ou convencionais contra qualquer alvo do planeta. A extensão da Missílica resultou na tecnologia do lançamento dos satélites, utilizados, principalmente, para a exploração do espaço sideral, mas também empregados para fins bélicos e científicos.

A estratégia da chamada Guerra nas Estrelas, anunciada pelo Presidente dos Estados Unidos em 1983, prevê a utilização de um sistema composto de satélites e emissão de raios (laser e outros), criando um *escudo protetor contra um ataque nuclear*. Trata-se da denominada Estratégia Espacial.

DISSUASÃO

A teorização da Estratégia de Dissuasão é mais recente. Surgiu por obra do General francês André Beaufre e visou a responder aos perigos expostos à humanidade pela Guerra Nuclear.

O pensamento estratégico de Beaufre foi o de contenção da Guerra Nuclear, criando para as potências nucleares uma clara ameaça de mútua destruição. A certeza dessa ameaça impediria que a possuidora da arma a utilizasse, pois o preço da resposta seria mortal. Seria a destruição recíproca.

A Estratégia de Dissuasão conseguiu, durante os quase cinquenta anos da Guerra Fria e de antagonismo bipolar, paralisar a agressão nuclear, mas produziu o efeito perverso de estimular o armamentismo, a chamada “escalada”. Os governos de

Washington e Moscou, visando a assegurar o seu instrumento de “ameaça mútua”, criaram um colossal arsenal de armas nucleares.

O princípio estratégico de paralisar a intenção de agressão, pelo grau de ameaça oferecido, deixou hoje o cenário da guerra nuclear e generalizou-se no campo amplo da política internacional. É utilizado, particularmente, pelos países fracos para se defenderem das ameaças político-militares dos poderosos. A dissuasão caracteriza-se na apresentação de uma contra-ameaça que torne a violência intencionada uma operação muito onerosa, em face do grau de resistência capaz de ser oferecido pelo agredido. Obriga o agressor a avaliar os custos da operação, sua duração, valor da resistência oferecida, perdas de vidas, custeio etc.

A estratégia de dissuasão tem sido aplicada intensamente no cenário geral da política internacional, muitas vezes paralisando (pela avaliação dos custos) os propósitos de agressão dos países mais poderosos.

Para que a defesa pela dissuasão seja efetiva é mister que o grau de ameaça oferecido pela possível vítima seja concreto, revelando vontade férrea de resistir e exibindo meios capazes de realizar esta resistência.

TERRORISMO

O terrorismo gerou o império do medo. Sempre existiu, particularizado em agressões pessoais ou praticadas por grupos étnicos, religiosos ou nacionalistas. Entretanto, após os ataques de 11 de setembro de 2001 a Washington e Nova York, o terrorismo se transformou em arma de agressão internacional de dimensão planetária.

Sua estratégia é a do medo. Medo pelo imprevisível da agressão. Dirigido por grupos religiosos islamitas fanáticos, criou no mundo a permanente expectativa do medo de uma agressão inopinada e de incalculável violência, realizada por homens-suicidas, cujo surgimento e ação são imprevisíveis.

A principal arma da agressão terrorista é o homem-suicida, que só se revela depois de praticado o ataque e que não oferece nenhum alvo para as armas poderosas e de alta tecnologia das potências ocidentais, principais vítimas de suas ameaças e ações.

A sociedade civil dos Estados Unidos e dos principais países europeus, considerada pelos fanáticos terroristas islâmicos inimiga dos povos árabes, vem vivendo em permanente estado de alerta contra o terrorismo, sofrendo transtornos e limitações nas atividades normais da existência.

CONCLUSÕES

Em grande síntese, a Estratégia é um jogo de vontades e de inteligência. Quando falamos em vontade queremos nos referir à vontade do chefe e à vontade nacional. Através do longo processo histórico em que se manifestou, através de todas as nuances e formas que caracterizaram a sua evolução, sempre se destacaram como seus valores essenciais a vontade e a habilidade intelectual do chefe em conduzir a manobra.

Na opinião do General Foch, a estratégia é a luta entre duas vontades. Nós acrescentaríamos: *a Estratégia é uma luta entre duas vontades e duas inteligências.*



História Militar Uma Abordagem

*Nilson Vieira Ferreira de Mello **

Resumo: Matéria extraída do texto da aula inaugural do II Curso de Especialização *Lato Sensu* em História Militar ministrada pelo autor, identifica a guerra como objeto de estudo da História Militar, define o seu campo de atuação e sua condição de fenômeno constante do processo histórico desde os mais recuados tempos. O incremento da guerra irregular nas décadas de 1950 a 1970, não tendo precedente na História em que se apoiar, talvez tenha contribuído para o interesse do mundo pela História Militar em nossos dias, simplifica o autor.

Palavras-chave: Guerra, História Militar.

INTRODUÇÃO

Com efeito, é da guerra que se ocupa a História Militar, através de estudos metódicos sobre suas origens, evolução e repercussões em outros campos das atividades humanas. Enquadrada pela História Geral, ela não se limita a examinar apenas as batalhas e o desempenho dos que dela participam e comandam. Seu campo de interesse é muito mais amplo, levando-a a relacionar-se com a Política, a Economia, a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Estratégia, as ciências de um modo geral e com as tecnologias por elas geradas.

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio honorário do IGHMB.

Fenômeno constante do processo histórico desde os mais recuados tempos, há quem considere a guerra inerente à natureza humana, da qual até mesmo a luta pela sobrevivência, comum aos homens e aos animais, seria dela uma expressão elementar.

Anatole France¹ escreveu que “as causas principais da guerra são as mesmas no homem e no animal, que lutam um e outro para pegar ou conservar a presa, ou para defender o ninho ou o covil, ou para gozar de uma companheira”. Nessa mesma linha

1 Anatole France: escritor francês (1844-1924), autor de romances históricos e de costumes. Escreveu *Opiniões do Senhor Jérôme Coignard*. Prêmio Nobel em 1921.

de argumentação, Hobbes² afirmava que “a condição do homem (...) é a guerra de todos contra todos”, e Maistre³ chegava mesmo a sacralizá-la, ao dizer que “a guerra é, pois, divina em si mesma, já que é uma lei do mundo”.

Outros, ao contrário, negam-lhe a qualidade de coisa natural e inevitável, como Ortega y Gasset⁴ para quem “a guerra não é um instinto, mas um invento. Os animais desconhecem-na, e é de pura invenção humana, como a ciência e a administração”.

Contudo, a despeito dos pacifistas considerarem-na uma aberração desvinculada da natureza humana, a guerra está hoje tão presente no mundo como sempre esteve no passado, a despeito dos ingentes esforços de pessoas e organizações de todas as épocas para eliminá-la. Religiões e filosofias têm procurado limitá-la ou prescrevê-la sem muito sucesso, até porque elas mesmas – filosofias e religiões – recorrem à guerra quando dela podem obter enganosos benefícios.

Hoje vive-se a permanente tensão provocada pela banalização da violência, e não apenas das guerras, ressalte-se, mas do crime organizado, do narcotráfico (agora desmascarado de seus alegados propósitos “libertadores”, bem como do terrorismo político e religioso, praticado em escala mundial. Nessa atmosfera carregada de ameaças, é temerária a adoção de uma atitude

complacente com a escalada da violência em nome do pacifismo, da defesa dos direitos do homem ou de outro qualquer nobre sentimento otimista que não se baseie na realidade. A propósito, convém citar de novo Ortega y Gasset, para quem “o pacifismo está perdido e se converte em mera beatice se perde de vista que a guerra é uma genial e formidável técnica de vida e para a vida”.

Enfim, a guerra, que baliza todo o desenrolar do processo histórico, é um fenômeno atual por mais que deploremos essa verdade. A repulsa moral que ela nos causa não pode servir de pretexto para a recusa em considerá-la e estudá-la lucidamente, até mesmo para evitá-la ou restringi-la. Felizmente, há hoje um crescente interesse em se compreender melhor a guerra através de pesquisas e estudos sistemáticos, realizados em centros especializados e em universidades, particularmente na Europa e na América do Norte, incluindo o Canadá. O curso que ora se inicia está dentro dessa tendência. Sua criação deve-se à visão e à persistência do presidente desta Casa que hoje nos acolhe, o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, que logrou sensibilizar, com argumentos valiosos, altas autoridades militares, bem como dirigentes e professores da UNIRIO, universidade que se tornou pioneira, na América Latina, ao fazer funcionar, no ano passado, o primeiro curso de especialização em História Militar.

A GUERRA E A HISTÓRIA

Na tentativa de situar no tempo o início do emprego da violência organizada, vale dizer, o surgimento dos exércitos e dos estados, diria que isso ocorreu quando as

2 Hobbes (Thomas): filósofo inglês (1588-1679), interessava-se pela Matemática, pela Física e pela Política. Escreveu *Leviatã*.

3 Maistre (Joseph): escritor e filósofo francês (1753-1821), escreveu *Os Serões de São Petersburgo*.

4 Ortega y Gasset (José): filósofo e escritor espanhol (1883-1955), escreveu *El Tema de Nuestro Tiempo*, *Rebelión de Las Masas*, entre outras.

comunidades nômades de caçadores-coletores descobriram técnicas de cultivo de vegetais e de criação de animais, e se tornaram sedentárias. Com a extensão e aperfeiçoamento da agricultura, vieram os excedentes de produção e, com eles, as rivalidades tribais na disputa desses excedentes e das melhores terras e mais abundantes mananciais de água. A essas causas de conflitos, diria *materialistas*, somavam-se outras, *psicológicas*, como inveja, ganância, vingança de afrontas e humilhações, rompimento de alianças, rapto de mulheres etc.

A forma de produção resultante do sedentarismo exigiu novas regras de convivência e de defesa da comunidade. Surgiram estruturas autoritárias e com elas a organização do trabalho e a designação das tarefas de segurança. Numa tentativa de síntese muito imperfeita, aponto esse instante como o da criação do Estado e do Exército, ambos intimamente ligados desde o nascimento. Essa estrutura rudimentar foi evoluindo ao passar dos séculos, até atingir as grandes estruturas dos estados da Mesopotâmia e do Egito. Daí em diante, cresce sempre o número e a qualidade dos documentos postos à disposição dos estudiosos do processo histórico, marcado pela alternância entre guerra e paz.

O estilo ocidental de guerra mergulha suas raízes na Grécia clássica. Foi nas cidades-Estados helênicas que se organizou a falange, extraordinário instrumento de combate, mais tarde sucedido pela legião romana. Os gregos foram os primeiros a pretenderem justificar as guerras como instrumento da justiça e da política estrangeira, objetivando o fortalecimento da ordem

social. Professavam o *militarismo cívico*, segundo o qual o Estado ideal é baseado na existência de cidadãos livres, que se autogovernam, permanentemente treinados e armados para a guerra. Colocavam as virtudes cívicas no mesmo nível das virtudes marciais, as quais eram consideradas como essenciais à preservação da concepção helênica de Estado.

Com o fim da Guerra do Peloponeso, surgiram as primeiras manifestações de um verdadeiro pensamento militar teórico, certamente estimulado pela intensa efervescência intelectual registrada na Grécia no quinto século antes de Cristo, o século de Péricles. A educação, que fora antes uma tarefa familiar realizada na intimidade dos lares, ganha as praças públicas, levada por sábios em variadas disciplinas. Ensinavam tudo, desde Filosofia e Matemática até ramos do saber mais específicos, como a Retórica, necessária à ascensão política num ambiente democrático, no qual argumentar e convencer eram essenciais. Platão,⁵ discípulo de Sócrates,⁶ funda a *academia*, assim chamada porque se localizava nos jardins do herói grego Academo, e nela os sofistas, que consideravam a arte da guerra uma forma de saber como tantas outras, portanto suscetível de ser ensinada e aprendida, ministravam ao ar livre verdadeiros cursos da arte de comandar. Porém, a mais notável contribuição desses mestres itinerantes ao processo original da teoria da

5 Platão: filósofo grego (427-347 a.C.), discípulo de Sócrates. Fundou, em Atenas, a academia. Escreveu *A República*.

6 Sócrates: filósofo grego (470-399 a.C.), serviu no exército ateniense. Caráter reto e incorruptível, foi apontado pelo oráculo de Delfos como o mais sábio dos gregos.

guerra foi a produção de literatura didática, verdadeiros manuais técnicos redigidos em prosa. Como a escolha dos chefes dos exércitos atenienses fazia-se pelo voto popular, a indicação de um estrategista tornou-se um tema importante da retórica política, e as questões militares parte integrante da abordagem racional e sistemática da educação.

Xenofonte,⁷ combatente experimentado em diversas campanhas, escreveu *As Helenicas*, que muitos consideram como a continuação da obra de Tucídides,⁸ intitulada *A Guerra do Peloponeso*.

Uma consequência curiosa dessa *racionalização* da guerra é a construção ideológica do inimigo. Esse trabalho intelectual de representação do adversário acabava por levar a uma definição de si mesmo. Heródoto,⁹ quando descrevia os persas, idealizava-os como sendo o inverso dos gregos, portanto inferiores.

Segue-se, no desenrolar do processo histórico, a legião romana e seus extraordinários feitos na construção e manutenção do enorme império, responsável por colossal progresso da humanidade. Daí por diante, fluem os eventos da História Militar, encadeamento de causas e efeitos repleto de dramáticos e empolgantes episódios.

7 Xenofonte: filósofo e escritor grego (430-355 a.C.), discípulo de Sócrates, escreveu obras sobre o mestre e ensaios sobre História e Filosofia política e, até mesmo, sobre equitação. Autor do livro *Anabase*, no qual conta as campanhas de Ciro.

8 Tucídides: historiador grego (460-395 a.C.), viveu no século de Péricles, o mais brilhante da cultura grega. Em 424 a.C. foi eleito estrategista para combater na Trácia. Escreveu *História da Guerra do Peloponeso*.

9 Heródoto: historiador grego (século V a.C.), é chamado Pai da História. Escreveu diversas obras, entre as quais relatos referentes às guerras greco-pérsicas.

PALAVRAS FINAIS

Pretendeu-se mostrar, com este superficial e sumário exame da História, que a guerra é um fenômeno presente em todas as etapas da evolução da humanidade. No século XX, que acabamos de ultrapassar na virada do milênio, ocorreram centenas de guerras, inclusive duas de caráter total e mundial, além de inúmeras outras de diferentes naturezas que não cabe aqui citar. Mas é imperioso mencionar o surgimento da guerra nuclear, cujos efeitos catastróficos, em grau nunca antes suscitado, mergulharam o mundo todo na expectativa da sua própria destruição. A costumeira distinção entre combatentes e populações civis, tão enfaticamente estabelecida pela Convenção de Genebra, não mais protege os habitantes das áreas conflagradas, nem mesmo quando a tecnologia disponível alardeia sua capacidade de realizar ataques a alvos situados no território do adversário. A ameaça de ataques nucleares, químicos e biológicos, mesmo em tempo de paz, por organizações terroristas e – quem sabe? – do narcotráfico e de outras modalidades do crime organizado, assombra e intranquiliza a humanidade toda.

Daí o interesse crescente dos estudiosos pelo fenômeno da violência, cuja manifestação culminante é a guerra. Surgiu até mesmo uma nova disciplina, a Polemologia, quando Gaston Bouthoul fundou em Paris, em 1945, o Instituto Francês de Polemologia, termo extraído do grego *polemo* (disputa, discussão, controvérsia), e que desde então tem provocado fecundas *polêmicas*, para aproveitar derivação portuguesa da mesma expressão grega. Aliás, é bom lem-

brar que, em Atenas, o chefe dos exércitos recebia o título de *polemarco* e era um dos 12 *arcontes*.

Há quem diga que estudar uma guerra é a melhor maneira de perder a próxima. Essa colocação, um tanto cínica, inspirou um certo abandono da História Militar nos exércitos de muitos países, inclusive no nosso, nos anos de 1950 a 1970. O incremento das guerras irregulares nessas décadas, para cujo entendimento não cabia recurso à História, talvez tenha contribuído para isto. Afinal, as guerras irregulares eram estudadas principalmente pelos seus aspectos operacionais, capazes de sugerir soluções imediatas para os prementes problemas que elas suscitavam em tantos países da Ásia, da África e da América Latina.

Atualmente, a situação é bem outra: cresce o interesse pelo estudo da História Militar em toda parte, não somente nas escolas militares, mas sobretudo nos meios acadêmicos.

Esta é a abordagem da História Militar escolhida para apresentação do tema. Em aula inaugural de curso do nível deste, a boa praxe aconselha erudição e sapiência no trato do assunto. Mas como não se dá o que não se tem, ofereço o que tenho em abundância: fascínio e entusiasmo pela História Militar, repositório dos grandes sofrimentos da humanidade, mas também das mais nobres virtudes e dos mais belos gestos dos seres humanos.



BIBLIOGRAFIA

- BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- BOUTHOU, Gaston e CARRÈRE, René. *Le Défi de la Guerre*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.
- DAWSON, Doyne. *As Origens da Guerra no Ocidente*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- FULLER, J. F. C. *A Conduta da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- HART, Lidell. *Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1966.
- LES HOMMES ET LA GUERRE. *L'Histoire*. Paris: Société d'Éditions Scientifiques, Jul/Ago 2002.
- WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.

O Panorama Econômico-Financeiro Mundial e a Situação da Economia Financeira do Brasil

*Jayme Magrassi de Sá **

Resumo: Texto de conferência apresentada na sessão solene de abertura do ano sociocultural do IGHMB. Nela o autor analisa a situação econômico-financeira mundial e a do Brasil, em março de 2004.

Palavras-chave: Economia, finanças.

PANORAMA ECONÔMICO-FINANCEIRO MUNDIAL

O panorama mundial é presentemente marcado por três fenômenos: o poder e a incógnita norte-americanos; a realidade da União Européia e sua evolução com adesão de novos membros – todos eles de modesta economia e todos da Europa Central, quase que do Leste Europeu, a bem dizer; e a moldura asiática, assim entendidos: o Japão, a Índia e a China, e o Sudeste da Ásia, ou franja asiática (Birmânia, Malásia, Camboja, Vietnã, Coréia do Sul etc).

O poder econômico e financeiro dos Estados Unidos é manifesto: praticamente compõe cerca de 30% do produto mundial e dele depende cerca de 50% do comércio internacional. O PIB norte-americano é da ordem anual de US\$ 11 trilhões, mas sua

dívida interna a médio e longo prazo já alcança a cifra de US\$ 37 trilhões, o que indica que, naquele país, o crescimento do produto não deve, aritmeticamente, ser inferior a 3% ao ano em média, de modo a que sua sanidade econômico-financeira seja assegurada nos intervalos de 25 exercícios – uma geração demográfica –, mediante um esforço líquido de poupança anual de 10% do PIB.

Na quadra atual, o déficit de conta corrente norte-americana com o exterior é da ordem de US\$ 500 bilhões e a dívida externa acumulada é de US\$ 4,3 trilhões, um terço da qual nas mãos de China e Japão.

Internamente, os Estados Unidos na atual administração – W. Bush – estão enfrentando déficits no orçamento da ordem de US\$ 500 bilhões anuais, com um movimento econômico amorfo e só agora dando sinais de recuperação, não obstante uma política

* Professor Doutor.

monetária frouxa, com base em juros oficiais de 1% ao ano, praticamente negativo ante uma inflação que medeia em torno de 2% a 2,5% ao ano.

Na União Européia onde, pelos tratados de Roma e Maastricht, não pode haver déficits orçamentários acima de 3% do PIB (formalmente desrespeitado por França e Alemanha), a taxa de juros anda em torno de 2% ao ano. O Banco Central europeu recusa-se a qualquer alteração no particular, não obstante a forte valorização do euro em relação ao dólar norte-americano. O ritmo de aumento da atividade econômica é modesto – cerca de 2% em média –, um menor índice na Alemanha e de pouco alento na França. O conjunto de países membros da união vai ser elevado de uns dez novos membros a curto e médio prazos. As diferenças estruturais, que no seio do atual conjunto vêm sendo compensadas com medidas de amparo específicas, tendem a tornar-se agudas com a adesão dos novos membros. Isso, evidentemente, é de conjunção possível, mas ainda é uma incógnita quanto à capacidade de regência do novo conjunto que assim se formará. Não prosperaram até agora as idéias de uma Federação Européia, de prolegômenos a cargo de Giscard d'Estaing, ficando latente a problemática futura em que se debaterá a união.

A moldura asiática apresenta o Japão com deflação econômica há cerca de dez anos, esperando crescer em torno de 2% em 2004. Apresenta a Índia, que avança em certos ramos técnico-científicos e que já compôs próspera classe média, hoje da ordem de 350 milhões de pessoas. A China

também em destaque e que evolui nas províncias marítimas por excelência, mas com um interior ainda economicamente quase ínvio ou muito pobre. Seu crescimento, da ordem de 7% a 8% ao ano, é calcado em industrialização leve, para a qual o grande mercado é o norte-americano, em parte graças à forte desvalorização da moeda chinesa e cuja revalorização o governo daquele país se recusa a fazer. A China ainda não compôs uma classe média, mas províncias como Shangai, Pequim e Xian, com cerca de 600 milhões de pessoas, apresentam forte ocidentalização, o que lhes confere significativa capacidade de consumo e grande atratividade a capitais externos de caráter reprodutivo.

A franja asiática está em processo de evolução econômica, com a Coreia do Sul e a Malásia na dianteira, ambas buscando uma reaproximação integrada de Estados asiáticos mediante a proposta de uma área de livre comércio denominada ASEAN. Os Estados Unidos procuram evitar o progresso dessa iniciativa e forçam, tanto quanto possível, a criação de uma outra área de livre comércio – a APEC – em que, além de asiáticos, participariam países do Pacífico – Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Chile, México, Canadá e, quiçá, Indonésia. As coisas estão indefinidas nesse assunto, mas registra-se certo dinamismo econômico no Sudeste da Ásia. O que não é de ignorar.

O produto mundial é previsto crescer, neste exercício de 2004, em 3% mais ou menos, o que se refletiria num crescimento do comércio internacional em praticamente o dobro. Se assim ocorrer, não ha-

verá sinais de crise de maior monta nesse particular, vale dizer nas correntes de comércio. Mas ainda tenderá a haver grandes desequilíbrios em função de políticas protecionistas, como, por exemplo, no caso dos produtos agrícolas, melhor dizendo, no caso das *commodities*. Não existem pontos de apoio consistentes para (*sic*) contrarestar tais desequilíbrios. A Organização Mundial de Comércio não se comporta bem no sentido de aplainar os caminhos dos países emergentes, por exemplo. E, mesmo no caso do relacionamento Estados Unidos/União Européia, a OMC claudica bastante. Os asiáticos não se conformam com as discriminações, tal como não se conformam os sul-americanos, embora alguns, como Chile e Equador, juntamente com países da América Central, arrumem-se via acordos bilaterais com os Estados Unidos. Do ponto de vista comercial, o panorama mundial, se não favorece, também não ameaça de pronto nossa economia. Isso não esmorece o fato de que precisamos fazer um grande esforço de exportação competitiva, agora, inclusive, com áreas asiáticas.

No campo financeiro, podemos ver a abundância crescente do capital circulante, grande parte de recursos de curto prazo e com sentido especulativo. Hoje, o vulto financeiro mundial é bastante superior à produção bruta de bens e serviços e essa dominância exerce efeitos diversos sobre as políticas monetárias e cambiais. Tal predominância se formou e se expandiu em escala, logo depois das duas crises do petróleo, cujos recursos acumulados foram alocados pelos sistemas financeiros ocidentais. Sur-

giram daí os fundos de investimento e capitalização, os fundos sociais e de previdência, os fundos securitários e a própria expansão do meio circulante nos grandes países. Usou-se o princípio da alavancagem para a faturação de recurso e, hoje, a via financeira é primordial no mundo todo.

Com a pletora de recursos disponíveis, os sistemas financeiros oficiais se encolheram e o dinheiro passou a comandar tudo na área privada, influenciando políticos e ações normativas na espécie e em outros setores.

De um modo geral, só existem dois ramos oficiais ou oficiosos no campo financeiro: o europeu, com seu banco de investimento voltado para as áreas menos desenvolvidas da união, e o sistema dado por FMI/BIRD, que cobre relativamente pequeno segmento do espectro financeiro mundial. Os Estados Unidos agem mais pelo instrumento do comércio, via acordos bilaterais e acordos multinacionais, como o NAFTA e agora a desejada ALCA, que comercialmente integraria as Américas.

O crédito internacional é dominado pelos Fundos Financeiros, que aceitam a colocação de bônus para encaminhar suas aplicações. Crédito externo é hoje menos dos bancos e mais dos fundos. Como a área ficou gigantesca e muito comandada pelo teor de rendimento ou retorno, apareceram os sistemas de risco: risco-país, risco-projeto, risco-empréstimo, risco-bônus etc., para cujo cômputo chegaram também as empresas de *rating*, que rotulam os candidatos na colocação de bônus segundo seus riscos e a classificação que a eles tais empresas atribuem.

Como perspectiva a médio prazo, no panorama externo ou internacional diria que a Ásia terá a preferência em termos comerciais e em termos financeiros. É uma questão de dimensões, à qual se aliam políticas oficiais de fomento e de atração de investimentos estrangeiros, tanto na China como na Índia, bem como na Franja Asiática em seu todo. Com maior ou menor racionalidade, a Ásia corre; e muito.

Na América Latina, inclusive no Brasil, o grau de atratividade não é grande e as políticas econômicas nacionais dos diversos países deverão buscar com esmero a capacidade de competir tanto comercialmente quanto em termos de atração financeira. Mais do que nunca talvez, para essas políticas, o exterior terá de contar tanto quanto o interior, isto é, o externo imbricase com o interno intimamente.

SITUAÇÃO DA ECONOMIA FINANCEIRA DO BRASIL

Visto de modo sintético o panorama internacional, passemos à situação brasileira.

A complexidade da situação nacional requer um *approach* globalizado. O que é o Brasil econômica e financeiramente?

De modo simples, sintético e global diria que:

- a) temos uma infra-estrutura esgotada, cuja logística está por ser readaptada para poder suportar novos impulsos na renda real (produção de bens e serviços);
- b) temos uma estrutura industrial diversificada, sim, mas frágil, desequilibrada, de insuficiente integração e sem condições de enfrentar um pro-

cesso de inserção de indústrias de ponta, assim deixando de acompanhar o ciclópico desenvolvimento de C x T;

- c) temos problemas sociais encadeados; é medíocre o nosso IDH e enormes os contingentes de população fora da economia monetária (± 35 milhões);
- d) temos avanços no agro que, embora valiosos e crescentes, expulsam braços; presentemente temos quase que uma transumância do campo para a urbe, que sofre de problemas agudos como favelização, segurança etc. Não avançamos em termos de reforma agrária e continuam limitados os assentamentos de excedentes rurais;
- e) temos um sistema de crédito deficiente e caro, que acumula nacos significativos da renda social e segmentos restritos de beneficiários;
- f) é fraco o teor da poupança doméstica e, como tal, sofre o índice de investimentos, os quais não são quantitativamente bem servidos por créditos de longo prazo – nesta quadra atuam negativamente também a falta de confiança e o não estímulo do mercado.

São esses problemas estruturais de fundo que não podem ser atendidos por políticas conjunturais. As potencialidades materiais e humanas do Brasil são excepcionais, não há dúvida, mas falta-nos capital, somos carentes em avanços tecnológicos e sofremos forte dependência financeira do exterior. Nossas inquestionáveis potencialidades é que permitiram grandes saltos em três ins-

tantes da nossa trajetória econômica: a era Vargas, a era Kubitschek e a era dos governos militares.

Mas faltou-nos continuidade e nos debates sempre, inclusive nos três casos, com dois grandes embaraços: os temores ideológicos e os desencontros na vida político-partidária. Têm-nos faltado lideranças competentes, honestas e fiéis a princípios sólidos de idoneidade cívica.

Quando se computam dados sobre crescimento do PIB, verifica-se que tivemos períodos com crescimento anual médio de 7% a 8% ao ano e períodos em que a taxa média de crescimento mal alcançou a taxa média do crescimento demográfico, ficando em torno de 2% ao ano. A defasagem acumulou-se e transformou-se numa formação econômica e social que sucedia ao aumento demográfico médio de 3,5% ocorrido em longo período anterior. O crescimento do produto bruto, num período mais largo, não chegou a igualar a marca dos 3,5%, em média. Acumulou-se, assim, a força de trabalho e tornou-se a urbanização em fator de crescimento dos setores industrial e de serviços, que não conseguiam, porém, absorver o excesso de braços acumulado. Concentrou-se muito a renda gerada socialmente e segmentou-se o crescimento com grandes desequilíbrios regionais.

Que o Brasil tem condições iminentes de ultrapassar seu atraso isso é incontestável. Contudo, enfrenta agora não só problemas acumulados, tal como referidos linhas atrás, mas problemas que se avultaram pela orientação escolhida para dar impulso à retomada de seu processo de desenvolvimento que

havia sido interrompido no período que se seguiu ao sucesso ocorrido da década de 1960 à metade da de 1980. Três foram os pontos básicos dessa escolha: a abertura comercial ao exterior, a privatização do patrimônio público e o endividamento. Na sequência dos três, adotou-se a política de mercado financeiro aberto, como forma de materializar dois postulados – o do neoliberalismo com a prevalência do financismo privado e a substituição da intervenção do Estado de qualquer tipo ou natureza. Da década de 1990 para cá as dificuldades cresceram bastante. Foi quase uma faturação de problemas impositivos.

Chegamos, assim, aos dias presentes.

Não se precisa de muito esforço para qualificar o que vai pelos escaninhos oficiais. Temos perseguido a estabilidade conjuntural por três vias: rigor de política monetária com taxa de juros oficialmente estabelecida, hoje em torno de 10% reais, com o crédito à atividade econômica praticamente livre ou com indicações muito indiretas (a taxa de juros é aí da monta de 30% ao ano, em média, e com diferenciais muito acentuados); política fiscal baseada em elevada carga tributária – 36% a 37% do produto; e superávit orçamentário em torno de 4,5% do PIB e de indiscriminação burocrática total; restrição severa no reajuste dos salários nominais, que perdem valor real pelo andar da inflação, ainda de uns 10 a 11% ao ano, de fato.

A essa tríade restricionista se soma a perda dos salários reais, contidos pelo desgaste pretérito da inflação não repostos, ficando a remuneração no setor oficial completamente aviltada, com forte perda

efetiva ao longo do tempo, de proventos dos que militam em segmentos públicos. Soma-se a isso forte teor de desemprego e baixo ritmo de crescimento do produto interno. Não tivemos, em 2002, crescimento superior a 2% e provavelmente será muito baixo, se houver, o crescimento comprovado em 2003. O ano de 2004 é uma incógnita. A taxa de aumento demográfico é estimada atualmente entre 1,6% e 1,7% ao ano, o que indica ainda expansão populacional com agravante de crescente concentração em áreas urbanas. Estima-se que o grau dessa concentração já seja da ordem de 80%. Esse fenômeno e o alto nível de desemprego – 11% – em dezembro último, levam a que a situação social e a ordem pública se tornem altamente problemáticas. Inclusive porque as mudanças tecnológicas têm trazido forte tendência a economia de braços, sem que setores ligados à serviços compensem, mesmo que em parte, essa perda de trabalho efetivo.

A situação do emprego é verdadeiramente nevrálgica, se admitirmos como válida a regra não técnica, mas prática, de que um aumento de 1% no PIB não absorve mais do que um aumento de 0,3% do pessoal ocupado. A meu juízo, com a inserção de tecnologia nos processos produtivos nem esses 0,3% serão confirmados. Estamos, pois, agora, com a contingência composta por uma ainda ativa taxa de inflação, que tenderia a ser cadente tanto em função de nulo ou fraco aumento do produto bruto quanto pelos efeitos de técnicas que economizam mão-de-obra e por um complicado, agressivo e maléfico esquema de distri-

buição social da renda. As indicações mais recentes a esse respeito são de que tal distribuição se concentra nas camadas mais altas, ao mesmo tempo em que a demanda de mão-de-obra se contrai. O hiato da capacidade global de compra se amplia. O mercado de bens vai, portanto, encolhendo-se progressivamente de modo relativo. Difícil, no entanto, é fazer previsões quanto à marcha da inflação e seu processo social. Estima-se ser 35 milhões o número de pessoas fora do mercado monetário, reduzindo-o, ao mesmo tempo, toda uma pressão financeira que se processa através de um sistema de financiamento ao consumo severamente oneroso e com impactos inflacionários.

O crescimento do produto interno é indispensável por vários motivos, mas não pode dissociar-se da eficiência econômica sob pena de frustrar-se logo em seguida. E isso complica nossa situação porque, no mundo, o desenvolvimento se processa sob a égide da competição e essa está cada vez mais dependente do nível tecnológico da mão-de-obra, conseqüentemente, do grau de capitalização técnica e financeira da economia e dos conseqüentes problemas de partição social e geográfica da renda. O grau de redistribuição social da renda gerada e o do crescimento do nível de emprego são as indagações mais duras de atender, tendo em vista a pressão demográfica, o insatisfatório nível de capitalização das empresas e a forte concentração urbana da população. Com o crescimento demográfico ainda ativíssimo e a forte presença de idades economicamente úteis ou reprodutivas, torna-se

problemático prever as curvas de comportamento social que o país terá de enfrentar. Atuam no referido comportamento social, repita-se com ênfase, o nível de emprego, o grau de distribuição da renda e a escala de refrações do trabalho humano em qualquer nível, ora muito aviltada.

Para finalizar diria que, na área externa, temos que decidir rapidamente como armar nosso relacionamento, tendo por base, pelo menos, quatro pontos, a saber:

- relação com os Estados Unidos, o grande ás da economia mundial;
- relação com a União Européia, que nos compra e nos vende de modo ponderável;
- relações dentro do MERCOSUL, em cuja realização nos engajamos profundamente; e
- avaliação do que poderá ser, a médio prazo, o mercado asiático.

Nesse cenário, surge o caso da ALCA, ou seja, a proposta de criação de uma grande área de livre comércio nas Américas. Uma espécie estilizada do Mercado Comum Europeu, hoje União Européia. Há divergências sérias entre o Brasil, que implicitamente lidera o bloco sul-americano, e os Estados Unidos, que não deixam nem querer deixar de exercer sua influência sobre todo o hemisfério ao qual pertencemos. É o assunto do momento, pois embora os Estados Unidos já negociem, à parte, com Chile e países centro-americanos, seria difícil para nós uma situação de ruptura ou mesmo de não colaboração. A situação é bastante complexa se considerarmos que as nossas relações com os Estados Unidos são

relevantes, como o são com a União Européia, não sendo recomendável para o Brasil rupturas num campo e noutro, embora lhe caiba, por circunstâncias, a progenitura do MERCOSUL e seu desenvolvimento.

De um ponto de vista imediato, o que vejo como perspectiva nacional a ser alcançada é um programa de redução da dívida mobiliária interna a um nível de 30% a 35% do PIB e a redução da taxa nominal de juros a um nível em torno dos 13%, com efeitos induzidos e ativados oficialmente sobre a redução dos juros bancários ao mercado de bens e serviços. Com esse esforço, o país ganharia condições de renegociar sua dívida externa no sentido de alongar prazos e reduzir juros. Daí para a frente deveria cuidar que os dois tipos de endividamento – interno e externo – fossem devidamente disciplinados. Essas conquistas permitiriam reduzir sobremodo os superávits orçamentários e pelo menos estabilizar, senão mesmo reduzir, a violenta carga tributária que hoje anda aí, como dissemos, pelos 36% a 37% do produto bruto, contundindo, sobretudo, os que vivem de rendimentos fixos – isto é, de salários, ordenados, soldos etc., além de prejudicar a evolução das empresas, cuja capitalização é onerosíssima, fruto de alta taxa de juros, impostos, requisitos burocráticos, corrupção etc.

Não pude ser auspicioso ou ufanista neste ensaio. É que no meu enfoque assomam duas das alternativas de Churchill aos ingleses em 1943: suor e lágrimas. Senão lágrimas, pelo menos pesados sacrifícios.



A Arbitragem na História Naval Brasileira



*Petronio Raymundo Gonçalves Muniz**

Resumo: O artigo, extraído do texto de palestra proferida pelo autor no IGHMB, apresenta sinteticamente um estudo de caso. Trata-se da arbitragem aplicada como solução para a disputa entre o Império do Brasil e seu ex-Primeiro Almirante, Lorde Cochrane, pela posse das presas de guerra conquistadas em operações navais travadas na fase de consolidação da nossa independência.

Palavras-chave: Arbitragem, Lorde Alexander Thomas Cochrane.

CENÁRIO

INDEPENDÊNCIA OU MORTE! Estas palavras tão conhecidas dos brasileiros por muito pouco não constituíram o epitáfio de uma esperançosa nação. Proferidas por um impetuoso príncipe regente de 23 anos em meio a uma viagem – dizem as más línguas, galante – à cidade de São Paulo, tiveram na época conflituosa ressonância. Ecoaram nas províncias do Sul e do Sudeste, notadamente no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. No Norte do País, o Pará e o Maranhão olímpicamente as ignoraram, permanecendo fiéis às Cortes de Lisboa. No Nordeste

a situação era indecisa. O Piauí e Alagoas, obedecendo a Portugal; o Rio Grande do Norte e o Ceará, em confusão. A Província de Pernambuco, após algumas vacilações, definindo-se pela causa da Independência.

Em Montevidéu, capital da Província Cisplatina, e na cidade do Salvador, Bahia, fortes guarnições portuguesas controlavam ambas as praças. Essa última dominava o teatro de operações e estava apoiada por uma esquadra que mantinha abertas as comunicações com a Europa, ou seja, assegurava a chegada de reforços do Reino para esmagar a rebelião. O perigo avultava real e iminente, sendo o Rio de Janeiro o alvo prioritário e óbvio.

Com 8 mil quilômetros de costa a garantir, fácil entender-se a relevância estra-

* Professor Doutor. Advogado iniciador e coordenador da "Operação Arbiter", que deu origem à nova Lei de Arbitragem Brasileira.

tégica de uma Marinha de Guerra capacitada para aquela missão. Esse instrumento fundamental do Poder Marítimo não estava disponível a D. Pedro. Os poucos navios precariamente operacionais eram comandados e guarnecidos por uma marinhagem reinol, inconfiáveis, portanto, em um confronto armado com os seus compatriotas.¹

O “Grito do Ipiranga” arriscava-se a desvanecer-se na vastidão do Atlântico.

Esse trágico desfecho não ocorreu pela decidida, desassomburada e imediata atuação de uns poucos homens que “recusaram baixar a cabeça ante o destino”. Porta-estandartes de uma nação e nunca porta-bandeiras de um bloco político, enfrentaram de frente o desafio. Merecem nomeação. José Bonifácio de Andrade e Silva, o Patriarca da Independência, o General Felisberto Caldeira Brant, *chargé d'affaires* do Governo brasileiro em Londres, o Ministro da Marinha, Luiz da Cunha Moreira, e o próprio futuro Imperador.

O Real Tesouro estava arrasado e o Banco do Brasil em bancarrota. As receitas do País insuficientes até mesmo para atender a 50% das despesas da guerra. Um ataque português em grande escala estava em perspectiva. Tal era a situação.

In extremis foi lançada uma “subscrição nacional” destinada ao levantamento de

recursos necessários à compra de navios e material logístico, inclusive recursos humanos para uma armada então quase inexistente. Com D. Pedro e Dona Leopoldina dando o exemplo ao adquirirem 350 cotas, o patriotismo popular assegurou os fundos necessários. O povo brasileiro uma vez mais atendia ao apelo aflito da Pátria – ditosos tempos em que a nação podia acreditar nos homens que a governavam!

Navios de guerra e de transporte, armas, munições e equipamentos, juntamente com oficiais descomissionados ou a meio soldo da *Royal Navy* e marinheiros britânicos, todos com larga experiência nas guerras napoleônicas, passaram a integrar a nova força naval em uma tentativa de reequilibrar a balança do poder.

Faltava, porém, o imprescindível. Uma liderança militar de incontestável prestígio, com experiência, capacidade e autoridade suficientes para a difícilíssima missão. Um homem cujo nome apenas aterrorizasse o inimigo.

Esse homem raro, raríssimo, para felicidade nossa, existia. E bem perto do Brasil. Até recentemente havia comandado com espetacular sucesso a Marinha do Chile na guerra de independência daquele país: um controvertido ex-oficial da Marinha Real Britânica que, “excetuando Nelson, ninguém causou mais forte impressão no seu tempo como herói de romance”. Seu nome? Lorde Alexander Thomas Cochrane, 10^o Conde de Dundonald – *Britannia Last of Sea Kings*.

*O povo brasileiro
uma vez mais atendia
ao apelo aflito da
Pátria – ditosos tempos
em que a nação podia
acreditar nos homens
que a governavam!*

¹ A desastrosa expedição do Comodoro Rodrigo Delamare em julho de 1822 para desalojar aquelas tropas o havia sobejamente demonstrado. (N. D. A.)

O convite brasileiro é concludente: “Venha, *Milord*, a honra vos convida, a glória vos chama... Confie no reconhecimento brasileiro, na munificência do Príncipe, na probidade sem manchas do atual governo.”

As ações da recém-formada esquadra nacional (anglo-brasileira, para sermos mais precisos) sob o comando do Primeiro-Almirante (posto hierárquico exigido pelo Lorde Cochrane para o comando geral da armada e das operações navais) excederam as melhores expectativas.

Em apenas seis meses – abril a setembro de 1823 – reverteu o quadro militar existente. Determinou a expulsão do Exército português na Bahia com o suporte de uma força naval extremamente mais poderosa. Perseguiu-a através do Atlântico até a Foz do Tejo, apreendendo-lhe 78 navios. Ocupou as cidades de São Luiz, no Maranhão, e Belém do Pará, forçando o retorno das respectivas guarnições para Portugal, e isolou o restante da tropa real em Montevideú, levando-a posteriormente à rendição.

Sob qualquer ótica e em todo o tempo a atuação do Lorde Cochrane e seu *Band of Brothers* ultrapassou o excepcional. Militarmente, as operações da armada foram as principais responsáveis pela expulsão das forças portuguesas do País. Politicamente, consolidou a Independência do Brasil, com as províncias do Norte e Nordeste integradas ao Império, agora unido. O reconhecimento internacional da nova nação viria rapidamente.

Quanto às presas de guerra, atingiram elas níveis consideráveis: 78 navios mercan-

tes, de transporte e de guerra, inclusive uma fragata de 44 canhões, recém-construída; vultosa quantidade de bens públicos e particulares apreendidos no Maranhão e no Pará. Estimativas coevas totalizaram essas presas em £ 255 mil ao câmbio da época, aproximadamente o orçamento de toda a Marinha Brasileira um ano inteiro aos valores de 1823.

Estava montado o cenário para uma disputa de cinquenta anos, resolvida finalmente por arbitragem e da qual cuidaremos em suas grandes linhas, por ser o objetivo primeiro deste trabalho histórico-jurídico.

O PRIZE MONEY

O direito ao valor das presas tomadas ao inimigo durante a guerra mantinha-se como uma sacrossanta e imemorial prática marítima. Fazia mesmo parte intrínseca da estrutura naval. Uma diabolicamente inteligente maneira de incentivar comandantes, oficiais e tripulações a enfrentar os inacreditáveis riscos do mar nos tempos da marinha a vela, perigos esses acrescidos de sangrentas batalhas navais. Quem assistiu ao filme *O Mestre dos Mares* teve uma pálida idéia daquela terrível realidade.

O dinheiro das presas nas guerras napoleônicas, nos séculos XVIII e XIX, enriqueceu muitos almirantes e comandantes audazes com essa loteria de sangue. O Lorde Cochrane foi um deles. A sua genialidade militar aliada a uma audácia sem limites o transformaram em um ganhador sucessivo. Muito jovem ainda, comandando a pequena fragata *Pallas*, em pouco tempo capturou tantas presas valiosas que o navio passou a ser conhecido como

Pallas Dourada, provocando disputas para a escolha da tripulação. Isso em uma época onde o recompletamento das guarnições dos navios de Sua Majestade Britânica era feito a força pelo temido sistema do *press gang*.²

O direito às presas (navios e bens), regulamentado por Ato de 1708, com a participação de toda a tripulação, era tradicionalmente vigente na *Royal Navy*. Tinha correspondência na legislação portuguesa pelos alvarás de 07 de dezembro de 1776 e 09 de maio de 1797, com vigência mantida no Brasil pós-independência, por ato do Imperador D. Pedro I. Havia ainda o Decreto de 30 de dezembro de 1822 regulando a atividade de corsários, não se aplicando aos navios de guerra.

Para um homem com a formação do Lorde Cochrane, o *prize money* era assunto que não comportava dúvidas ou questionamentos. Ademais, uma das características de sua personalidade era o amor pelo dinheiro. “Buscar o ouro com a glória” poderia ser a sua divisa. A via legal existia e dela nunca abriria mão. A questão das presas assumiu extrema gravidade, chegando mesmo a prejudicar a eficiência da esquadra nacional.

Deixemos o Professor Brian Vale, autor do melhor trabalho sobre o problema das presas, pronunciar-se sobre o assunto:

“Para Cochrane e os homens da esquadra, a quantidade de mercadorias inimigas e o grande número de presas fluando nos seus ancoradouros na Bahia

eram evidência concreta dos triunfos que tinham obtido e das recompensas que se deveriam seguir. Mas, para o governo, a magnitude da vitória da Marinha era agora um embaraço. A restauração de propriedades portuguesas capturadas era tábua rasa de qualquer política de conciliação interna ou de paz externa e, como resultado, a administração parecia ter decidido assegurar a liberação de tantas presas quanto fosse possível por meios legais. Quando o Conselho Militar Supremo começou a examinar os casos que lhes eram apresentados, cada brecha e sutileza na lei foram utilizadas para liberar as capturas da esquadra. Uma decisão de que nenhum vaso capturado no porto ou dentro de duas léguas da costa era presa, dentro da lei, assegurou a liberação da maioria dos mercantes. As reivindicações da esquadra para navios de guerra capturados foram desaprovadas com base em que eles eram Direitos da Coroa, e as pretensões de Cochrane, de entrar na posse de todas as propriedades capturadas no Maranhão, foram dissolvidas por um entendimento de que a província nunca tinha sido território inimigo, fora sempre parte do império brasileiro, embora sob temporária ocupação portuguesa. Dentro de dois meses, a Corte Superior de Presas dissolveu a reivindicação da esquadra em cerca de metade das propriedades que eles tinham capturado e reivindicações por danos já estavam sendo despachadas pelos proprietários.”³

2 *Press gang* – grupo de homens que cercavam outros homens e os forçavam ao serviço militar ou naval contra a vontade.

3 In “Almirante Cochrane e a Questão das Presas”, *Navigator*, p. 67 e 69.

Sentindo-se prejudicado e mesmo traído, o primeiro-almirante abriu as baterias com progressiva violência contra aquela Corte, acusando-a de parcialidade e demora injustificada nos procedimentos. Sem a menor dúvida, uma boa parte de razão lhe assistia. Seguiram-se negociações diversas, a maioria infrutífera, ora por falta de boa-fé das partes, ora por problemas administrativos e processuais, ora por questões políticas, ora pela desconfiança permanente do Lorde Cochrane em relação aos ministros partidários de Portugal na Corte de Presas.

Finalmente, por intervenção direta do Imperador em documento pelo próprio transcrito, ficou acertado então que a esquadra seria credora do valor de todas as presas tomadas antes de 12 de fevereiro de 1824, com os valores dos respectivos *prize money* definidos por árbitros indicados pelas partes, independentemente do crédito de £ 8 mil pela captura da nova fragata, rebatizada *Imperatriz*. Em 23 daquele mesmo mês, foi publicado Decreto Imperial ratificando os termos do acordo.

Voltemos ao Professor Brian Vale para as suas considerações:

“No seu modo simplista, Cochrane atribuíra todas as suas queixas sobre a Corte de Presas à obstrução deliberada dos portugueses, não somente as decisões desfavoráveis, mas também as demoras que haviam sido fonte de tanta ira. Esperava Cochrane que o acordo de 12 de fevereiro fosse seguido por uma imediata aceleração das decisões da Corte de Presas e pelo pagamento do dinheiro das presas, e quando nada disso aconteceu ele imediatamente chegou a con-

clusão de que o governo o tinha enganado. Para um homem do temperamento do primeiro-almirante, somente provas concretas, na forma do mais rápido julgamento das presas e a respectiva indenização poderiam superar essas suspeitas, e nas circunstâncias nada disso era possível, primeiro por causa da natureza dos processos legais envolvidos e, segundo, das dificuldades financeiras do governo.”

Detalhar tão extenso quanto complexo litígio em um simples artigo como este torna-se impensável. Injusto, contudo, obscurecer o empenho do Ministro da Marinha e do próprio Imperador em atender – dentro das possibilidades de um erário deficitário (para não dizer, quase falido) – os reclamos, nem sempre procedentes, de um grande homem visivelmente obcecado em receber somas a que, no seu entendimento, julgava-se credor. Segundo Tobias Monteiro (*História do Império*, v. I, p. 320), “ao morrer em 1861, ele havia embolsado 447 contos e a sua viúva ainda perceberia 60, perfazendo as duas parcelas o total de 507 contos (...) nunca servidor algum do Brasil teve tão farta recompensa monetária”. A toda evidência aquele autor nem sonhava com as ocorrências do Brasil dos nossos dias.

Por outro lado, evidencia-se injustificável que, somente em 1865, a Corte de Presas tenha chegado a uma sentença final quanto aos apresamentos feitos pelo Lorde Cochrane na Guerra da Independência, quarenta e dois anos antes.

Segundo aquela decisão, os direitos do ex-primeiro-almirante, deduzidos os valo-

res anteriormente pagos, atingia o montante de £ 9.450, entregues ao seu filho, Thomas Barnes Cochrane, 11^o Conde de Dundonald. O velho lobo do mar havia falecido cinco anos antes.

Discordando dos valores atribuídos pela sentença, o referido herdeiro voltou à carga, solicitando do Governo Imperial uma compensação adicional de £ 77.750 – setenta e sete mil, setecentas e cinquenta libras esterlinas! Uma nova demanda se abria, sem perspectivas de breve conclusão.

A SOLUÇÃO ARBITRAL

Não há cabida nem constitui pretensão nossa efetuar um juízo de valor sobre os fatos ocorridos e as partes envolvidas na disputa. Pretende-se tão somente demonstrar, com um exemplo marcante de nossa história, três importantes posicionamentos:

- Primeiro, que nem sempre a melhor prestação jurisdicional se verifica sob uma justiça estatal vinculada a normas codificadas e sujeita a vetores exógenos de diferentes naturezas.
- Segundo, que a nação brasileira historicamente tem recorrido a formas alternativas de resolução de disputas, a exemplo dos litígios de fronteiras, conduzidos pelo Barão do Rio Branco, e a questão das presas entre o Governo do Império e o Almirante Lorde Cochrane.

(...) a arbitragem internacional tem sido o instrumento legal adotado com êxito para a efetiva resolução de conflitos em impasse ou não resolvidos adequadamente pela justiça comum.

- Terceiro, que a arbitragem internacional tem sido o instrumento legal adotado com êxito para a efetiva resolução de conflitos em impasse ou não resolvidos adequadamente pela justiça comum.

As novas pretensões do 11^o Conde de Dundonald e as contramedidas do Império levavam a crer que o litígio necessitaria décadas para ser solucionado. Uma perspectiva indesejada pelo Império do Brasil e sobretudo pela Legação da Sua Majestade Britânica no Rio de Janeiro. Com a situação nesse quadro de impasse, e sob intensa pressão da representação britânica, o Governo brasileiro concordou que o litígio fosse resolvido por arbitragem internacional.

No mês de fevereiro de 1873 (cinquenta anos após o início da disputa) os embaixadores dos Estados Unidos, James R. Partridge, e da Itália, Barão A. Cavalchini, aceitaram as indicações das partes para desempenharem as funções de árbitros, convidando o seu colega embaixador M. Bartholynes de Fosselaert como *Umpire*, ou árbitro desempatador, em caso de divergência entre os dois primeiros, o que não ocorreu.

A leitura da cópia do documento original do *Settlement of Claim on Brazilian Government to 11th Earl of Dundonald* é bastante ilustrativa. O *award* consiste em 27 páginas manuscritas, tamanho ofício, em

letra miúda, assinado pelos dois árbitros citados, não constando a assinatura do *Umpire* por não ter sido necessária a sua atuação. Data: 6 de outubro de 1873.

Em sete meses de trabalho, os árbitros concluíram uma tarefa que a Corte de Presas necessitou meio século. A estrutura do laudo arbitral lembra os elementos exigidos pelo art. 26 da vigente lei brasileira sobre arbitragem. Os árbitros se identificam, escolhem o *Umpire* e passam a analisar detida e detalhadamente cada um dos sete pleitos apresentados, em verdadeiro moderno Relatório, decidindo fundamentadamente caso a caso. O documento respira isenção, independência e conduta ética, características de uma boa arbitragem.

Enquanto reafirma a generosidade do Governo brasileiro e de S. M. o Imperador para com o Lorde Cochrane, declara ter existido descumprimento de muitas promessas, atrasos e longas demoras no pagamento, fazendo o almirante, de fato, jus a uma reparação pecuniária.

Sob um prisma técnico, a arbitragem pode ser classificada como *ad hoc*, e solucionada por equidade pelos árbitros à vista das declarações e documentação apresentadas pelas partes.⁴ *Having carefully*

read and considered the statements, narrative and all the papers presented (...). Não há menção de convenção de arbitragem, regulamentos nem “leis de fundo”. Tampouco existe alusão ao “contrato de trabalho”, a toda evidência celebrado entre o Governo Imperial e o Lorde Cochrane, documento básico para a determinação dos direitos e deveres recíprocos, que certamente haveria de existir em um contexto dessa natureza. A arbitragem, contudo, funcionou a contento. Segundo os ditames do *leal saber y entender* dos árbitros na consagrada expressão castelhana.

O Governo Imperial pagou £ 38.675 com quitação completa de qualquer dívida para com o seu ex-primeiro-almirante. Singularmente o laudo foi lavrado em duas vias. *One in the French language to be delivered to the Imperial Government, and one being in the English language to be delivered to her Britannic Majesty's Legation in Rio de Janeiro.*

O Brasil, mesmo sendo uma das partes, ainda não possuía prestígio bastante para fazer constar a língua portuguesa em um documento internacional de tanta relevância.*



4 “Não raro pratica injustiça o magistrado que com insensibilidade formalística segue rigorosamente o mandamento do texto legal.” “Há casos em que é necessário abrandar um texto, operando-se tal abrandamento através da equidade, que é, portanto, a justiça amoldada a especificidade de uma situação real.” (Miguel Reale, in *Lições Preliminares de Direito*, p. 295.)

* Este artigo teria sido impossível sem a colaboração do Almirante Armando de Senna Bittencourt, Diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha.

Os Porões de Solano López

Aureliano Pinto de Moura *

Resumo: O artigo, extraído de palestra proferida pelo autor no IGHMB, apresenta uma coletânea de depoimentos e registros que relatam as atrocidades praticadas no Paraguai ao longo da Guerra da Tríplice Aliança, que teriam sido patrocinadas ou estimuladas por Solano López.

Palavras-chave: Solano López, Guerra do Paraguai.

Francisco Solano López, Presidente da República do Paraguai durante a Guerra da Tríplice Aliança, é um personagem polêmico da história sul-americana. Considerado, no passado, responsável pela grande tragédia sofrida pelo povo paraguaio, só veio a ter sua memória reabilitada, em seu país, pelos escritos de Juan Emiliano O'Leary em seu livro *El Mariscal Solano López* (1925). O antigo tirano, o Átila do Prata, hoje é considerado o maior herói do povo guarani, *El Mariscal de Acero*.

Ao ser abordada a sua biografia, alguns autores enaltecem os seus feitos e o tratam como um grande líder e chefe militar ou líder do anticapitalismo. Outros criticam-no

e apresentam-no como um tirano, vingativo, que condenou à morte inúmeras personalidades, homens do povo, chefes militares e simples soldados. Tudo em nome da Pátria, apontando-os como traidores.

Paralelamente aos horrores da guerra, havia um submundo na escuridão das masmorras assuncenhas, onde atuavam os *piragues* e os sicários de Solano López. Ali funcionaram os "porões" da República, onde paraguaio e estrangeiros pagaram caro, com a própria vida, por atos muitas vezes não cometidos. Bastava que tivessem caído em desgraça junto a Solano López ou Elisa Lynch.

É impossível aceitar que todas as bárbaries tenham ocorrido sem o seu conhecimento. Não é possível justificar, no intuito de absolvê-lo, que tudo haja ocorrido a sua

* General-de-Divisão Médico. Sócio titular do IGHMB.

revelia. Ninguém seria capaz de cometer tal imprudência, pois pagaria com a própria vida.

Os escritos de vários autores contemporâneos de Solano López e que tiveram alguma convivência com ele ou com a sociedade paraguaia enumeram as atrocidades cometidas contra paraguaios e estrangeiros residentes no país. Os coronéis George Thompson (inglês), Jorge Federick Masterman (inglês) e Max von Versen (prussiano) deixaram o seu testemunho registrado em seus livros. Outros, como o arquiteto Alonso Taylor (escocês), ou o Sr. H. Charles A. Washburn, responsável pela Legação norte-americana, fizeram-no em seus depoimentos.

As barbáries dos porões de Solano López ficaram registradas nesses livros e depoimentos, assim como em relatórios existentes.

Já em 1863, antes mesmo do início do conflito, quando Solano López ainda se preparava para a guerra, uma grande inquietação surgiu entre estrangeiros residentes no país e alguns paraguaios. Várias pessoas vinham sendo presas por “haver-se expressado com demasiada franqueza, pelo andamento dos acontecimentos”. (F. Masterman)

DO RELATO DE FEDERICO MASTERMAN

Jorge Federick Masterman, boticário inglês, chegou a Assunção em 25 de dezembro de 1861, admitido como Coronel Boticário Principal do Exército paraguaio. Trabalhou na indústria para a produção de enxofre e de pólvora. Trabalhou também como “médico”, tendo chegado a dirigir o Hospital Central Militar.

Em seu livro *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*, Masterman afirmou ter “visto em duas ocasiões um grupo de homens da polícia, com baionetas caladas, levando com grande pressa para o cárcere gente bem vestida, que talvez não voltassem a ser vistos nunca mais pelos parentes (...) raras vezes conhecia-se a verdadeira acusação”. As prisões foram sendo feitas em uma contínua e crescente frequência.

Para os recém-chegados ao país, Assunção era uma bela e calma cidade, onde seria possível viver bem. Ignoravam o que ocorria no dia-a-dia a sua volta.

Não é o caso de expor aqui todas as condenações e as conseqüentes mortes ocorridas por determinação de Solano López ou pela iniciativa de seus sicários.

Não é o caso de discorrer, detalhadamente, sobre os brasileiros, nus, atados nos canhões de bronze e açoitados, sob o sol de Corumbá; nem sobre os açoites e degola dos dois filhos do Barão de Villa Maria; ou da crueldade e atroz pilhagem da cidade (F. Masterman). Mas é interessante recordar sobre as orelhas arrancadas dos marinheiros brasileiros e expostas hasteadas nos mastros do navio *Yporá* (mandadas retirar em Assunção), “por ordem suprema” (G. Thompson), ou adornando o pescoço de marinheiros paraguaios, como se fossem colares (J. C. Centurión).

Não será o caso de detalhar, aqui, um relato sobre os onze maquinistas e foguistas ingleses dos navios argentinos *25 de Mayo* e *Gualeguay*, aprisionados em Corrientes e que vieram a morrer de fome nos calabouços assuncenhos, por se negarem a prestar serviços para a Marinha paraguaia.

O Capitão Pedro Ignacio Meza, ferido mortalmente na batalha do Riachuelo, chegou moribundo em Humaitá. López mandou alertá-lo de que seria fuzilado, caso sobrevivesse, acusado de covardia. O Sr. Gibson, maquinista inglês, foi preso e declarado traidor porque teria arriado a bandeira paraguaia para poupar a tripulação, quando seu navio *El Guairá* foi afundado pelo *Belmonte*. Permaneceu três meses a ferros, vindo a falecer.

No decorrer da guerra, com o aumento das deserções, quando não conseguiam “recuperar o criminoso” para julgá-lo e fuzilá-lo, Solano López “estabeleceu um sistema de castigos aos parentes dos desertores, fossem verdadeiros ou supostos”. Foi o que aconteceu com os familiares de dois jovens paraguaios, Jaime Corbolan e um tal González (sobrinho do Ministro da Agricultura). Os dois jovens aproveitaram uma oportunidade e desertaram. Mal chegada a notícia em Assunção, e já a senhora Corbolan encontrava-se em poder da polícia. Teve todos os seus bens confiscados e foi desterrada para o povoado de Caaguazu, juntamente com as suas filhas. Levadas para os confins do Chaco, terras inóspitas, vieram a morrer pouco tempo depois. O velho ministro foi colocado no “cepo uruguaio” e, após permanecer acorrentado por vários meses, foi levado para a linha de frente, para combater como soldado. E o engenheiro polaco Capitão Michkolski foi preso sob acusação de “ter facilitado a deserção”. Foi rebaixado a soldado e mandado para a linha de frente, onde veio a ser morto. (F. Masterman)

Durante uma escaramuça com a vanguarda aliada, próximo a Estero Bellaco, al-

guns militares paraguaios, remanescentes das tropas de Estigarribia, agora fazendo parte da Legião Paraguaia, integrante da tropa argentina, conseguiram atravessar as linhas e apresentarem-se ao Exército a que, de fato, pertenciam. Tentavam retornar à luta, para a defesa de seu país. Solano López não titubeou. Mandou fuzilar todos os oficiais “por não terem retornado antes”. (F. Masterman)

No início de outubro de 1867, os coronéis médicos ingleses John Fox e James Rhind receberam ordens diretas de Paso Pocu para atenderem a D. Juana Pabla Carrillo, mãe de Solano López. Ao se apresentarem no Palácio do Governo, estava aquela senhora de mau humor e recusou-se a recebê-los. Na manhã seguinte, a mesma coisa. Não desejava recebê-los. À tarde, receberam uma nota escrita pelo Coronel Stewart (médico inglês), por ordem de Solano López, para que informassem onde haviam estado no dia anterior e porque haviam se ausentado do seu posto de trabalho, durante a manhã. O Dr. Fox, após discutir com o Major Gómez, da polícia local, sugeriu que o prendessem. O Dr. Rhind, muito doente (estava tuberculoso), desesperado procurou Masterman em busca de auxílio. De nada adiantou. Fox e Rhind foram presos, Masterman foi designado Diretor do Hospital Central Militar, no lugar de Fox, e o Tenente Ortellano passou a ser responsável pelos hospitais de Estanco e San Francisco. Segundo Masterman, Ortellano “sabia tanto de cirurgia como o homem da lua”. Os dois ingleses permaneceram presos por três meses, tendo sido libertados em péssimas condições de saú-

de. Rhind nunca mais voltou a ser o mesmo até a sua morte, um ano depois.

Na manhã de 22 de outubro, o Sr. Lament Cochelet, cônsul francês, levou ao Coronel Masterman algumas cartas que lhe haviam sido entregues, vindas do exterior, através de Paso Pocú. Duas eram para o próprio Masterman, as demais eram destinadas ao Dr. Rhind. Por ter-se recusado a entregar as cartas ao chefe da prisão (*el colégio*) onde se encontrava Rhind, recebeu voz de prisão. Interrogado, foi ameaçado e forçado a assinar uma confissão. De sua cela lhe foi possível ouvir, por dias a fio, os gritos de agonia dos prisioneiros torturados e observar os martírios de homens e mulheres acorrentados. Todos os presos (homens e mulheres) eram postos a ferros, com até três grilhões.

A prisão de Masterman deveu-se à acusação de ter envenenado o Sr. M. Atherton e não às cartas recebidas. Ao sair da prisão, após onze meses, Masterman estava enfermo e com a visão prejudicada. Deveu sua liberdade ao Sr. Whashburn.

Masterman dedicou o Capítulo XIII do seu livro, *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*, ao relato desse período da sua vida. Em certos momentos, recebeu algumas regalias, como ler uns livros ou mesmo beber um ou outro copo de vinho.

Muitos foram os presos políticos, nacionais ou estrangeiros residentes. Dentre esses, o Capitão De Villa, argentino, forte comerciante de Assunção, que se julgava protegido graças aos seus conhecimentos com a elite paraguaia. Isso de nada adiantou. Foi aprisionado e mandado para Humaitá, enquanto a sua esposa procurava

subornar a senhora Eliza Lynch, o que lhe rendeu a liberdade. Emocionado e decidido pela situação dos seus companheiros de calabouço, enviou algumas roupas e um pouco de comida para os desgraçados. Essa atitude foi considerada uma afronta a Solano López, o que o levou acorrentado de volta ao *colégio* (calabouço). Foi avisado por outros prisioneiros com dupla vara de grilhões, tendo a sua cama recolhida, restando-lhe a terra como leito. Passado algum tempo, foi-lhe acrescentado mais um grilhão. Chegou a um ponto que, para se deslocar, só era possível andar de quatro, arrastando o peso dos ferros. Apesar de todos os horrores e sofrimentos, conseguiu sobreviver ainda por vários meses.

Outra vítima do arbítrio foi o argentino Acurva, homem idoso (72 anos), por muitos anos diretor do Correio de Assunção. Pessoa muito estimada pela sociedade assuncenha, era casado com uma paraguaia, filha do ex-cônsul brasileiro. Sem motivo aparente, atraiu o ódio das autoridades, sendo encarcerado juntamente com a sua esposa. Foram soltos sete meses depois, já moribundos, falecendo pouco tempo após terem sido libertados.

As crueldades não pararam por aí. Masterman descreveu em seu livro algumas das cenas por ele presenciadas. Relatou que, quando via “homens bem vestidos, seguidos de um grupo de selvagens policiais e sabendo do que se tratava, tapava os ouvidos com os seus dedos ou metia a cabeça em baixo da roupa de cama, para não ouvir os terríveis gritos e gemidos de agonia que à tarde ou pela manhã revelavam as crueldades infernais dos verdugos”.

“Em uma tarde, um pobre indivíduo foi estaqueado e crucificado horizontalmente sob a janela. Nunca esquecerei o que sofri àquele dia imaginando seus espantosos sofrimentos, ao escutar-lhe gemer algumas vezes, a urrar outras freneticamente ou pedir piedade aos verdugos,” escreveu F. Masterman em seu livro.

Após permanecer preso por onze meses, quase sem sair do calabouço, Masterman vislumbrava, ao seu redor, uma atmosfera pútrida onde muitos presos morriam também de cólera. Foi solto em 22 de setembro de 1867, graças ao empenho do Sr. H. Charles A. Washburn, Ministro dos Estados Unidos junto ao governo paraguaio. Além desse empenho, Washburn ofereceu-lhe um emprego, como “médico”, na Legação norte-americana.

Em Humaitá, Solano López mantinha uma jaula contendo duas enormes onças, alimentadas com cães vira-latas. Em certa ocasião, acusados de espionagem, três brasileiros foram presos e atirados nessa jaula, onde tiveram um fim terrível.

Em 21 de março de 1868, com Humaitá praticamente cercada, Solano López resolveu retirar-se, com o grosso de suas tropas, através do Chaco. Antes de partir, mandou eliminar, à arma branca, cerca de dois mil prisioneiros. Procurava evitar um possível transtorno em sua retirada para San Fernando. Ordenou o uso de arma branca para não chamar a atenção do inimigo. (F. Masterman).

No mês de julho, diante da realidade na linha de frente, o Coronel Paulino Alén, comandante de Humaitá, deu conhecimento a Solano López da situação insustentável em

que se encontrava, cercado pelos aliados, com carência absoluta de víveres e inúmeros feridos e doentes. Diante do exposto, solicitou permissão para evacuar a fortaleza, rompendo a linha de sítio, ao norte de Humaitá. Buscaria, em seguida, reunir-se ao grosso do exército em Tebicuari, através de Pilar.

Mesmo sem ter sido autorizado, o Coronel Paulino Alén retirou-se da fortaleza com os seus melhores homens. Permaneceram em Humaitá os feridos, os debilitados, as mulheres e as crianças, sob o comando do Coronel Francisco Martínez. Tão logo Solano López soube do fato, determinou ao Coronel Martínez que, sem perda de tempo, passasse com suas tropas para o Chaco e seguisse para Timbó.

Ao chegar em San Fernando, o Coronel Alén foi considerado traidor, por ter abandonado a fortaleza. Foi encarcerado e executado após tentar suicídio (E. Cardozo). Todos os oficiais que acompanharam o Coronel Alén em sua retirada passaram a ser tratados como criminosos.

Martínez, sem mais condições de prosseguir no combate, rendeu-se aos brasileiros. Em 24 de julho, Humaitá já estava totalmente evacuada e ocupada pelos aliados. Seu subordinado Coronel Hermosa, que havia deixado Humaitá, apresentou-se, em 27 de julho, a Solano López acusando Martínez de “se fazer de surdo” diante das ordens para acelerar a evacuação de Humaitá e seguir para Timbó. Tal fato enfureceu Solano López, que o considerou traidor. Como nada podia fazer contra ele, mandou fuzilar a sua esposa e a sua mãe “pela sua deserção”.

No dia 1º de julho, 118 presos foram embarcados nos navios *Yberá* e *Pirabebé*, com destino a San Fernando, a maioria estrangeiros. Em 7 de agosto, seguiram pelo *Amanbay* mais 22 estrangeiros, alguns acompanhados de suas mulheres. (E. Cardozo)

No início de 1868, vários estrangeiros residentes em Assunção procuraram asilo na Legação norte-americana. Dentre estes estava o Coronel Frederick Masterman, o Major Manlove (norte-americano) o Sr. José Maria Leite Pereira (cônsul português), o Coronel Porter Frederick Bliss (médico norte-americano), o Dr. Antônio Carreras (diplomata uruguaio) e outros.

O Sr. José Maria Leite Pereira chegou repentinamente à legação, no início de junho. Estava acompanhado de sua esposa, paraguaia. A sua credencial de cônsul havia sido caçada e teve receio de ficar desprotegido, diante das arbitrariedades dos governantes. No dia 12, julgou melhor sair, para não comprometer Washburn. Mal colocou os pés na rua, Leite Pereira e sua esposa foram presos e acorrentados, sendo mais tarde levados para San Fernando, como outros tantos prisioneiros.

No dia seguinte, as autoridades policiais passaram a exigir que a Legação norte-americana entregasse o Dr. Bliss e o Dr. Masterman por haverem “cometido outros crimes igualmente graves”.

Certa noite, a Legação norte-americana recebeu a visita de pessoa credenciada pelo governo paraguaio, com a exigência de que fossem entregues os “papéis de Berges” e comunicar que “tudo havia sido descoberto”. Portanto, não havia mais o que escon-

der. Ele, Washburn, deveria “confessar tudo”. A própria Sra. Elisa Lynch, segundo Masterman, aconselhou Washburn a confessar a culpa, pois, segundo afirmara o Sr. José Berges, “os papéis haviam sido depositados em seu poder”.

Washburn solicitou às autoridades paraguaias os passaportes das pessoas internadas em sua legação, para que pudessem sair do país. A resposta foi que Masterman e Bliss deveriam permanecer no país para serem julgados. Diante da situação insustentável, Washburn, alguns cônsules, os coronéis Masterman e Bliss, e mais algumas pessoas procuraram sair sorrateiramente da Legação. Procuraram chegar até a canhoneira *Wasp*, surta no porto. Nesse momento o cerco foi fechado e todos foram aprisionados. Washburn e os cônsules ficaram separados. Os demais foram para o quartel de polícia. Foi o início da saga de Jorge Frederick Masterman, descrita em seu *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*. A Legação norte-americana ficou totalmente bloqueada a partir daquele momento.

Dias depois, apesar de diplomata, o Sr. Washburn foi preso, agrilhado, torturado e teve suas declarações registradas por um escrivão. Washburn foi acusado de conspiração contra Solano López, procurando levá-lo à rendição. “Acusam-no de haver recebido uma grande soma em dinheiro de Benigno López (...) para distribuí-la entre os demais conspiradores.” Acusavam-no de possuir documentação comprometedora a respeito de vários dos “envolvidos na conspiração”.

Logo ao chegar no quartel, Masterman foi levado à presença do Chefe de Polícia,

por quem foi tratado de maneira grosseira. Foi mandado despir-se, sendo revistado rigorosamente e levado para o calabouço. À noite, foram retirados os seus grilhões e substituídos por uma barra de ferro presa nos tornozelos.

Presos pouco tempo depois, Masterman, Bliss e Baltasar (criado da Legação norte-americana) foram levados sobre mulas até Villeta, com grande sofrimento para os prisioneiros, por terem que agüentar o transporte portando as barras de ferro. Durante o trajeto esses homens puderam ver o *Wasp* que partia rio abaixo, com Washburn a bordo.

Na manhã seguinte, foram acordados a pauladas e mandados caminhar até um laranjal. Andavam com dificuldade, devido à barra de ferro presa como grilhões. No trajeto, várias pauladas foram distribuídas para estimular a marcha.

Chegando ao destino, Masterman foi levado para interrogatório, onde pesava a acusação de conspiração. Durante todo o tempo negou veementemente, o que fez com que fosse colocado no “cepo uruguaio”. Após longa permanência nesse suplício, foi levado a novo interrogatório. Como continuasse a negar a acusação, foi espancado barbaramente e levado outra vez para o cepo. Não agüentando mais o suplício, resolveu se “confessar” culpado. Soube então que Bliss, pressionado pelos algozes, já havia se declarado culpado, sem o ser.

Ao “confessarem” a culpa, os prisioneiros esperavam contar com a “magnânima decisão” de Solano López, perdoando-os ou aliviando-lhes a pena. Foram induzidos pelas “sugestões” de seus algozes. Assim

ocorreu com Masterman que, após um violento interrogatório e a ameaça de voltar ao cepo, acabou aceitando o “conselho” de um de seus inquisidores, que chegou a sugerir os termos do documento. Após a assinatura, Mastermann voltou para a prisão, onde teve os pés agrilhoados.

O criado Baltasar foi cruelmente torturado, de nada adiantando os seus gritos pedindo piedade. Açoitaram-no violentamente e esmagaram seus dedos a marteladas. Nada pode fazer o humilde servidor, pois de nada sabia.

Masterman, ao fazer a sua “confissão”, procurou relatar a história já contada por Antônio Carreras, José Berges, Benigno López e outros acusados. Washburn havia lido para Masterman as declarações dos envolvidos e orientado o seu depoimento.

Washburn saiu do país a salvo. Mas outros não tiveram a mesma sorte. Alguns foram fuzilados, outros vieram a morrer pelos maus tratos ou doenças. Dentre esses estavam Vicente Barrios e Gumercindo de Bendoya.

Em 30 de março de 1869, Whasburn, perante o Congresso dos Estados Unidos fez um relato sobre os acontecimentos conseqüentes à reação violenta de Solano López diante de uma duvidosa conspiração.

Ao acordarem, no dia seguinte, os presos estavam todos molhados pelas águas da chuva que haviam inundado as choupanas durante a noite. Os presos foram acordados a pauladas e tiveram seus grilhões retirados.

Próximo ao local onde se encontrava Masterman, existiam cerca de outros quarenta prisioneiros. Um pouco mais distante,

um outro grupo onde estavam Venâncio López, o Capitão Fidanza, Alonso Taylor e Antônio Carreras, esse com os dedos mutilados, em estado lastimável. Baltasar estava deitado de bruços e assim permaneceu até morrer de inanição, pois não aceitou mais comer.

No centro do acampamento podiam ser vistos oito sacerdotes postos a ferros. Mais ao longe, alguns prisioneiros de guerra, seminus, cobertos de feridas, debilitados, porém sem estarem a ferros. Próximo, alguns malfeitores, todos nus e presos por um único anel de ferro, no tornozelo direito. Estes últimos eram usados para os serviços de faxina, carregamento de lenha e outros trabalhos. A cada passo recebiam pauladas e pontapés.

A comida era servida em cochos de madeira usados para porcos, sendo disputada desesperadamente por todos. A água era escassa e negada com freqüência para os prisioneiros políticos, mas não para os criminosos e prisioneiros de guerra. (F. Masterman)

Após novo interrogatório, Masterman foi levado para outra choupana, onde já estavam os majores paraguaios Tecilevalle e Aveiro. Após insistência, Masterman foi convencido a assinar uma carta onde confessava, de livre vontade, ser culpado do crime de conspiração. No dia seguinte recebeu grilhões mais leves, melhorando a comida e o tratamento.

Em determinada data, os prisioneiros reiniciaram a marcha. Foi “uma triste proclamação daquelas centenas de prisioneiros (...) os enfermos e retardatários eram espancados sem compaixão”. Dentre os prisioneiros

seguia Benigno López, bem vestido mas a ferros; José Berges em estado lastimável; D. Gumercindo Benitez, sucessor de Berges no Ministério, seguia apoiado em um bordão, descalço e arrastando os grilhões; mais atrás dois velhos seminus, um com grilhões tão pesados que não conseguia andar, a não ser de quatro. Deslocavam-se para o leste, escoltados por soldados armados de baionetas ou sabres que serviam para “estimular” os caminhantes retardatários. Em determinado momento, os dois velhos já não conseguiam andar. Foram espancados terrivelmente.

A marcha ia se tornando cada vez mais difícil pelo cansaço, pela terra arenosa e pelas colinas a serem vencidas. As sendas estreitas faziam com que os grilhões se enroscassem na vegetação, dificultando a andadura. Ao longe se ouvia a artilharia brasileira.

O avanço aliado forçara a retirada dos prisioneiros da proximidade da linha de frente. Masterman tinha certeza de que se os aliados chegassem mais próximo os prisioneiros seriam todos eliminados. Solano López com freqüência mandava levar os prisioneiros próximo às avançadas “e logo manifestar o seu profundo pesar porque um movimento inesperado dos aliados lhe havia obrigado a mandá-los fuzilar para não caírem nas mãos do inimigo”. (F. Masterman)

Eram cerca de seiscentos prisioneiros que seguiam nessa trágica marcha. Eram velhos, homens, mulheres e crianças sofrendo aquela barbárie. Na retaguarda, seguiam alguns retardatários, e de lá vinham gritos e gemidos, fruto dos rebenques, lanças, sabres, baionetas e paus utilizados para acelerar a marcha. Era rotina que os que vies-

sem a cair de inanição fossem “libertados” pelas lanças e baionetas.

Certo dia, Masterman teve a oportunidade de ver a Sra. Elisa Lynch ultrapassar a coluna de marcha, toda risonha, em sua caruagem. Essa senhora costumava, em qualquer oportunidade, falar da “conspiração e injuriar o Sr. Washburn e seus amigos na presença de López, procurando indispor-lo contra o diplomata”. (F. Masterman)

Ao chegar em um desfiladeiro a cena descrita por Masterman é chocante. Trapos humanos, famintos e sedentos, jogavam-se em qualquer lugar, vencidos pelo cansaço. A seu lado jogou-se um velho, bem vestido. Um estrangeiro, assim parecia. No mesmo momento, dois cabos paraguaios agarraram-no, desnudaram-no e espancaram-no, sem piedade. Ao levantar-se com os seus grilhões para tentar safar-se do martírio, não resistiu e caiu. Repetiu-se o espancamento, reforçado pelo sabre de um oficial que também usou o salto de sua bota para atingir a cabeça do desgraçado.

A marcha continuou até chegar no Piquisiri, estacionando em um *estero* seco. Para agravar o martírio, os prisioneiros foram vítimas de fortes ventos e chuvas torrenciais.

Em 23 de setembro de 1868, pela manhã, Masterman assistiu levarem Benigno López para “interrogatório”. Retornou no início da tarde, arrastando-se até a choupana que lhe servia de abrigo. Em seguida, chegaram três soldados com seus fuzis e levaram Benigno, outra vez, para trás de umas moitas, colocando-o no “cepo uruguaio”. Após algum tempo retornou, totalmente desfigurado.

Em 27, foi a vez de Antônio Carreras e Gumercindo Benitez. Ambos levados para trás das já citadas moitas, onde “foram barbaramente espancados” e, por fim, mortos. No dia seguinte foram executados quarenta oficiais paraguaios.

Certa ocasião, Masterman avistou José Berges, ajoelhado, de mãos postas, diante do Major Caminos, implorando piedade. O martírio parecia não ter fim.

Próximo à choupana onde estava abrigado Masterman, encontravam-se as duas irmãs de Solano López – D. Inocência Barrios e D. Rafaela de Bendoya, ambas já viúvas do General Vicente Barrios e do Ministro Saturnino de Bendoya. Encontravam-se presas em uma carreta de 2,10m de comprimento por 1,20m de largura e 1,50m de altura. Aí permaneceram até Cerro Corá.

Em dezembro de 1868, Solano López determinou que sua mãe, D. Juana Pabla Carrillo, deixasse a sua casa em Trindade (Assunção), onde se encontrava prisioneira havia dois anos. Deveria ser levada para Luque. Aí chegando, tentou obrigá-la a reconhecê-lo como seu único filho e “maldizer Benigno e Venâncio”. Como ela recusasse, foi ameaçada de morte por um oficial que, com muito esforço, conseguiu finalmente o seu intento. Durante o seu interrogatório, D. Juana Pabla Carrillo negou o seu envolvimento em qualquer conspiração contra o seu filho Solano López. Negou de forma categórica, apesar de ter sido castigada pela espada do Coronel Silvestre Aveiros.

Na proporção em que López seguia na retirada, ia descarregando sobre os seus conterrâneos o “punho forte da justiça”. Se

é que como isso “pode-se entender os justiciamentos havidos”. (F. Masterman)

Em Capiivary foram executados 69 soldados e o Alferes Aquino, acusados de conspiração, e na vila de Curuguaty foi lançada a Sra. Pancha Garmendia.

Presumidos conspiradores, traidores ou desertores eram fuzilados ou lanceados, sem a menor piedade ou o “amplo direito de defesa”.

Ao chegar Solano López a San Estanislao surgiu nova denúncia de conspiração. Estariam implicados na confabulação os seus irmãos e irmãs, a sua mãe, o Coronel Hilário Marcó (herói de Tuiuti) e vários oficiais de sua guarda pessoal. Marcó, até então um dos verdugos integrantes dos tribunais sumários, apareceu lacerado pelos açoites e com as feridas cobertas de moscas.

Atuaram como juízes, no julgamento dos novos acusados, o presbítero Fidel Maiz e Justo Román, tendo como fiscais o General Isidoro Resquin, Manuel Palácios e Silvestre Aveiros.

DA CARTA DO SR. WASHBURN

Chegando em Buenos Aires, após deixar o seu cargo junto ao Governo paraguaio, em setembro de 1868, o Sr. Washburn, Ministro dos Estados Unidos, escreveu uma longa carta ao Sr. Stuart, Ministro britânico junto ao Governo argentino. O extrato dessa carta está publicado no livro *Guerra do Paraguai*, de George Thompson. Assim expressou-se o Sr. Washburn: “Lamento informar a Vossa Excelência que, quando deixei o Paraguai, a 12 do corrente, quase todos os estrangeiros naquele país, inclusive vários compa-

triotas de Vossa Excelência, se encontravam na prisão.”

Após relatar a situação dos estrangeiros refugiados na Legação norte-americana, discorreu sobre as exigências do Governo paraguaio para que eles deixassem o local. Diante da pressão, vários deles abandonaram a Legação, sendo presos imediatamente. Colocados a ferros, foram entregues à polícia e levados para a estação ferroviária. Após serem reunidos com os prisioneiros trazidos de Luque, seguiram para San Fernando, exceto o Sr. Watts, que foi fuzilado ali mesmo na estação ferroviária, sem a menor explicação.

No dizer de Washburn, ninguém sabia “a razão de tudo aquilo”, ninguém fazia a menor idéia do que estava acontecendo. Mais tarde soube-se que o governo “suspeitou, ou fingiu suspeitar de uma conspiração, alegando que o ex-Ministro Berges era um traidor em conluio com o inimigo”.

Em sua carta, o Sr. Washburn confirma que “López nunca se expôs a qualquer perigo pessoal; jamais, em nenhuma ocasião, se arriscou em qualquer batalha; e quando se encontrava em Paso Pocú, tinha uma imensa caverna, ou melhor, uma casa com muralhas e cobertura de terra de mais de vinte pés de espessura, da qual, por semanas a fio, não se aventurou a sair uma vez sequer”. Em outra oportunidade “uma granada caiu à distância de meia milha ou mais de Sua Excelência. Instantaneamente, o bravo López voltou-se a correr, como ovelha assustada, com seus assistentes atrás dele”.

O Major Manlove, ao sair da Legação norte-americana, onde estava asilado, para dar água às vacas, foi preso. Washburn

libertou-o, à força. No dia seguinte, porém, Manlove se desentendeu com Washburn e deixou a Legação. Foi preso novamente e levado para Villeta. Manlove era um oficial confederado, exímio atirador, tendo servido nas tropas argentinas. Passou-se para o Paraguai, solicitando carta de curso para realizar ações contra os portos e navios brasileiros. Por julgá-lo um espião aliado, Solano López mandou fuzilá-lo.

Em seu depoimento, o Sr. Wahsburn fez referência a um livro capturado em Lomas Valentinas, em 28 de dezembro de 1868, contendo os registros das execuções diárias, cuja lista dos executados disse estar em suas mãos. Entre estrangeiros e paraguaios executados, “falecidos na prisão ou na estrada” de San Fernando e Piquissiri, até dezembro daquele ano haviam sido registradas 596 vítimas da barbárie. “As pessoas que não queriam confessar eram postas em tortura [cepo uruguaio] (...). Os prisioneiros eram também espancados, muitos até morrer, com lanças e paus, e alguns tiveram as mãos esmagadas a golpes de malho.”

Ainda em sua carta o ministro norte-americano referiu-se aos horríveis espancamentos sofridos pelas duas irmãs de Solano López, “por razões quase desconhecidas”.

DO DEPOIMENTO DE J. F. GOULD

Em agosto de 1867, o Sr. J. F. Gould, secretário da Legação britânica em Buenos Aires, foi mandado a Assunção para tratar da situação dos súditos britânicos residentes no país, onde viviam como verdadeiros prisioneiros. Sua missão não foi coroada de êxito. Conseguiu apenas libertar três senho-

ras e cinco crianças (F. Masterman), retornando para Buenos Aires, apesar de existirem mais de oitenta britânicos residentes no país. Os governantes paraguaios procuraram sempre dissimular a realidade angustiante em que viviam os súditos britânicos. Gould nem sequer conseguiu conversar com os seus conterrâneos, pois todos tinham receio de demonstrar o desejo de sair do país.

O engenheiro Henry Valpy, por ter acabado o seu contrato, pois a construção da ferrovia fora paralisada, demonstrou desejo de retornar a sua terra natal. Foi chamado, incorporado ao Exército como coronel e mandado para a linha de frente.

O Sr. Gould deixou relatos do que presenciou no Paraguai, que foram mais tarde publicados por determinação do Ministério de Relações Exteriores do seu país.

Em 18 de agosto, ao ser recebido por Solano López, foi-lhe dito não ser possível atendê-lo, pois “de nenhuma maneira poderia passar sem os serviços dos súditos britânicos residentes no Paraguai, que eram todos empregados seus e estavam obrigados por contratos”. Alegou ter se recusado a atender “petição urgente e reservada que o Sr. Washburn, ministro dos Estados Unidos (...) havia-lhe dirigido em favor de um cidadão americano”. Tratava-se do Major Manlove.

A decisão do governo paraguaio era de que “não se daria licença a nenhum estrangeiro para sair do país”. Ficaram, praticamente, como verdadeiros prisioneiros. Solano López queixou-se da pouca simpatia do Governo britânico para com o Paraguai e acusou-o de “violação das leis da neutralidade em relação à guerra”.

Em seus relatos, o Sr. Gould deixou claro que o tratamento dado aos britânicos não era muito diferente do concedido aos demais estrangeiros residentes no país e aos próprios cidadãos paraguaios. Em relação a estes, “não os tem nenhuma consideração e os ocupa da maneira que lhe aprouver, sem que eles se atrevam a manifestar seu desagrado”. A menor imprudência, por parte do cidadão, poderia acarretar-lhe “as mais graves e penosas conseqüências”. (F. Masterman)

O desejo do Dr. John Fox de retornar à Inglaterra foi registrado pelo Sr. Gould. Não possuía mais contratos com o Governo paraguaio, e a sua saúde estava seriamente abalada. Apesar da insistência do Sr. Gould junto ao governo paraguaio, nada foi conseguido.

Solano López julgava-se com o direito de tratar ou usar os estrangeiros como bem lhe aprouvesse. Não tinha muita consideração com residentes no país. Costumava encarcerar os empregados do arsenal pela mais insignificante falta e mandá-los para bordo dos navios, onde sofriam trabalho forçado e ficavam expostos ao fogo inimigo. Eram, em sua maioria, ingleses.

DO RELATO DE ARTURO BRAY

O Coronel Arturo Bray, médico paraguaio, lutou na Primeira Guerra Mundial como tenente de Infantaria do Exército britânico. Na Guerra do Chaco, destacou-se como comandante de batalhão. É um dos principais biógrafos de Solano López. Escreveu *Solano López – Soldado de la Gloria y del Infortunio*, onde relata a sua vida com isenção.

Por “não ter percebido a conspiração”, o Coronel José Vicente Mongelós, comandante da guarda pessoal de Solano López, foi condenado ao fuzilamento, apesar dos insistentes apelos de Elisa Lynch em favor do oficial. “Sei, Mongelós, que você é pessoalmente inocente da conspiração, mas tão pouco nada sabia sobre ela, e, por isso, vou mandá-lo fuzilar; é delito muito grave ignorar o que ocorre no próprio lar”, teria dito Solano López a seu subordinado, ao condená-lo. Junto com Mongelós foram executados 17 oficiais e 86 soldados. Entre eles, o Major Riveros, herói do Sauce.

As execuções foram tendo continuidade – agora, em Igatini e Panadero, onde as sentenças de morte passaram a ser cumpridas tendo a lança como instrumento de execução. Procuravam economizar munição. Esse tipo de execução, por vezes, transformava-se em verdadeiro suplício, pois os soldados já exauridos, sem forças, precisavam lancear várias vezes para executar a sentença. Diz-se que chegavam a dar sete lanceadas até cumprir a missão.

De todos os condenados, ninguém mais que Venâncio López sofreu nas mãos dos carrascos. Foi açoitado diariamente durante toda aquela triste e prolongada marcha. Seu corpo ficou coberto de ferimentos repugnantes, pelo sangue e pelo pus que vertiam. Sujo, barbudo e debilitado, era arrastado por uma corda amarrada em sua cintura. As “horríveis torturas e inumanas crueldades que se fez” padecer o Coronel Venâncio López não se justificam jamais, por mais graves que pudessem ter sido os delitos por ele cometidos. O martírio sofrido por Venâncio López atingiu os limi-

tes da crueldade, da brutalidade, do sadismo. Na picada do Chirigüelo faleceu, suplicando por um gole de água. Teria bastado o fuzilamento.

Isidoro Resquin, Silvestre Aveiros, Manuel Palácios e Matias Goiburu, juízes dos tribunais de Solano López, ao término da guerra, já prisioneiros, passaram a renegar Solano López. Procuravam culpá-lo por todas as tristes ocorrências. Esses depoimentos de pós-guerra chegaram a ser constrangedores. Silvestre Aveiros chegou ao cúmulo de escrever uma carta ao Conde D'Eu, onde afirmou deplorar todas as verdades e que não restava mais nada "senão a esperança da bondade e clemência".

"A realidade é que a barbárie não podia ser ignorada por Solano López (...) por essa época, parece haver perdido o domínio de si mesmo."

DO DEPOIMENTO DE ALONSO TAYLOR

Alonso Taylor, construtor e arquiteto, nascido em Chelsea (Escócia) em novembro de 1858, foi contratado para trabalhar no Paraguai por três anos, contrato depois ampliado para quatro anos.

Trabalhou, juntamente com Masterman, na construção das instalações para a produção de enxofre, visando à produção de pólvora, da mesma forma como na da fábrica de moldes para a fundição, destinados ao Arsenal de Assunção. Trabalhou na construção das estações ferroviárias e do palácio de López.

Diante da perspectiva de guerra, procurou retirar a sua família do território paraguaio. Além de não permitir-lhe a saída da família, o Governo paraguaio recusou-se a

renovar seu contrato. Obrigou-o, no entanto, a continuar trabalhando.

O sofrimento de Taylor teve início numa noite em que foi chamado à Assunção. Taylor residia em Luque. Embora fosse bem tarde, na mesma hora seguiu para a capital em seu cavalo, acompanhando o soldado que lhe trouxera a ordem. Foi levado diretamente para o cais do porto, sem maiores explicações. Indiferentes aos seus protestos, prenderam-no com grilhões e colocaram-no junto com outros prisioneiros. Pela manhã, embarcados no *Salto de Guayrá*, sob as vistas de Elisa Lynch e de seu filho Francisco, foram levados para Tebicuarí, onde ficava o quartel-general de Solano López naquele momento.

Mal desembarcaram, encetaram uma longa marcha (cerca de seis milhas) até um acampamento, onde tiveram início os interrogatórios e suplícios. Eram ao todo quinze presos, dos quais apenas um paraguaio. Todos carregavam um ou dois grilhões (23 libras cada um). O primeiro a ser castigado foi o ancião Sortera, já enfermo e "meio louco". Foi golpeado sem dó.

Taylor contou que "via torturar diariamente a muitos homens, no cepo uruguaio". Viu matarem homens e mulheres à baioneta, além de os açoitarem da maneira mais bárbara. Todos os castigados eram acusados de traição e conspiração, "apesar de serem completamente inocentes". Sortera faleceu logo após a chegada em Villeta.

Em San Fernando, Taylor assistiu o Sr. Stark, ancião inglês, ser açoitado e tratado com a maior crueldade. Stark, residente há anos em Assunção, era conhecido e bem quisto na sociedade assuncenha. Acabou fuzilado, juntamente com outros prisioneiros.

O inglês John Watts, maquinista de uma canhoneira, e o Major Manlove, norte-americano, tiveram o mesmo fim. O fuzilamento de Watts foi na própria estação de Assunção. Já o Sr. Neumman faleceu durante uma sessão de tortura. Seus gritos foram ouvidos por todo o campo de prisioneiros.

Em seu depoimento, Taylor descreveu a situação, que não fugia das já descritas por outros depoentes. Muitos prisioneiros nem sequer sabiam os verdadeiros motivos de suas prisões. Taylor só veio a saber que acusação o levava à prisão após a sua libertação.

Em cada *curral* eram colocadas cerca de cinquenta pessoas. Umas amarradas às outras, pelo “cepo de laço”. A vigilância era cerrada e as sentinelas atentas distribuíam pontapés e pancadas a bel-prazer. Tinham ordem para fuzilar, lancear ou golpear com baioneta a quem tentasse fugir.

Certo dia, Taylor observou a chegada de um prisioneiro, oficial argentino, com o corpo todo arreventado por pancadas. No dia seguinte, no momento em que Taylor examinava suas costas, ele riscou no chão o número 100 – número dos açoites recebidos. Na mesma tarde voltou a ser castigado. No retorno, riscou o número 200. Acabou sendo fuzilado.

Taylor explicou que a sua prisão deveu-se ao contato que tivera com um italiano chamado Tubo, tendo ido à casa deste apenas uma vez. Tubo pregava a franco-maçonaria. Mas, no dizer de John Watts, nada entendia do assunto. O mau caráter procurava atrair as pessoas para tirar-lhes dinheiro. Como os demais prisioneiros, Taylor foi acusado de conspiração e “por conhecer o nome do novo [futuro] presidente”.

Taylor descreveu, confirmando Masterman, o sofrimento dos prisioneiros durante a trágica marcha, acorrentados e espancados. Seguiam por difíceis caminhos, enquanto os soldados “estimulavam” os retardatários com a ponta da baioneta. A situação se complicava na transposição dos cursos d’água, muitas vezes chegando-lhes a água na cintura.

O martírio da Sra. Juliana Isfrán Martínez, esposa do Coronel Martínez, ex-comandante da guarnição de Humaitá, foi descrito por Taylor. Essa senhora deslocou-se a pé, desfigurada pelo sofrimento, marcada pelas feridas causadas pelo açoite, com as costas em carne viva. Por seis vezes foi colocada no “cepo uruguaio”, antes de ser executada. Seu crime foi ser esposa de um destacado oficial que se rendeu, levado pela fome de seus soldados, a quem não quis repudiar para salvar-se.

Em meados de dezembro, chegou ao acampamento o Coronel Hilário Marcó, trazendo uma lista de prisioneiros condenados à morte. Dentre estes estavam: a Sra. Juliana Martínez, a Sra. Dolores Recalde, a Sra. Luiza Egusquiza, Benigno López, José Berges, José Bogado, o Coronel Alén, Simon Fidanza e Leite Pereira. Taylor denunciou Simon Fidanza pelas acusações feitas a esses prisioneiros, seus companheiros de desgraça.

Taylor descreveu o martírio do Sr. Antônio Carreras, ministro uruguaio, ao qual se refere como um dos culpados pela “destrutiva guerra”. Esse ministro chegou a San Fernando em uma carreta, acompanhado de Benigno López e de Leite Pereira, cônsul português.

Os relatos de Taylor registram a execução de “vários sacerdotes e cerca de cinquenta oficiais”. Além desses, mais trinta estrangeiros e alguns paraguaios que haviam sido trazidos de Cerro León. Taylor só foi salvo da execução por ter tido a sorte de Solano López passar pelo local onde se encontrava e, ao reconhecê-lo, ordenar libertá-lo, juntamente com outros poucos prisioneiro. Ao se afastarem do acampamento, todos caíram prisioneiros dos brasileiros, sendo imediatamente libertados por ordem do Marquês de Caxias.

DO DEPOIMENTO DO CORONEL FRANCISCO MARTÍNEZ

Em 18 de janeiro de 1869, o Coronel Francisco Martínez, comandante de Humaitá no momento de sua rendição, foi levado para Buenos Aires, onde prestou depoimento ao juiz fiscal argentino. Por decisão desse juiz, seu depoimento foi feito por escrito, respondendo a 14 quesitos formulados.

Nesse depoimento, o Coronel Martínez informou que embora sua esposa, D. Juliana Isfrán Martínez (prima-irmã de Solano López) e a sua mãe residissem em Villa Rica, no momento da rendição ambas estavam em Assunção, onde foram presas por ordem de Solano López, tão logo soubera este da queda de Humaitá.

Por informações que obtivera por intermédio de paraguaio prisioneiro dos aliados, elas haviam sido levadas para San Fernando e depois para Villeta, em uma marcha a pé por mais de quarenta léguas, juntamente com outros presos, todos sob cerrada vigilância e com “ordens para serem executados à baioneta se não pudessem

mais acompanhar o exército em sua retirada precipitada”.

Durante essa marcha, sua esposa fora submetida a “todas as classes de torturas e por último fuzilada, pelo que todos dizem, por não haver se prestado a renegar o seu casamento. Igual sorte coube, segundo notícias da mesma origem, à sua sogra, mãe de sua desgraçada esposa”.

Segundo Martínez, a disciplina no Exército paraguaio era severa. Castigavam as faltas militares segundo as ordenanças espanholas, onde era rotina a tortura e o açoite aos suspeitos de conspiração. “A pena de morte era aplicada, na maior parte das vezes, nos casos prescritos pelas ordenanças espanholas ou por uma simples ordem de Solano López, sem forma alguma de processo.”

Recorda Martínez a execução do Tenente Ibañes, “valente oficial de cavalaria, por haver dito que o inimigo estava fortemente entrincheirado, o que o Marechal López resolveu traduzir como covardia”.

DO DEPOIMENTO DO CAPITÃO MATIAS GOIBURU

No acampamento argentino, em Trinidad, em 12 de fevereiro de 1869, foi tomado o depoimento do Capitão Matias Goiburú, um dos principais algozes do Exército paraguaio e ajudante do quartel-general de Solano López.

Goiburú desertou em 27 de dezembro de 1868, “voluntariamente, valendo-se da confusão do combate”.

Ao ser perguntado sobre o trato que recebiam os prisioneiros de guerra, respondeu que só podia falar a partir de novembro de 1867, por ignorar o que se passava

anteriormente, “o que não queria dizer que, de pública voz e fama, não soubesse que os prisioneiros eram já tratados com crueldade”. Disse ainda que “salvo algumas exceções, era cruel e sangrentamente bárbaro, e que é necessário haver presenciado o muito que aqueles infelizes sofriam para crer-lo”. Afirmou ainda que em 3 de novembro, no combate em Tuiuti, foram tomados de duzentos a trezentos prisioneiros, “dos quais foram estaqueados e açoitados a laço dobrado mais de 100 e fuzilados 45”.

O prisioneiro que não declarasse o que desejava saber o seu inquisidor, “era irremediavelmente estaqueado e açoitado até que se arrancasse a confissão desejada”. “Nessa época de que vinha falando, os chefes e oficiais prisioneiros gozavam de uma relativa liberdade e, em consequência da fuga de um capitão brasileiro de nome Correa, que fora recapturado no dia seguinte de seu desaparecimento, todos os chefes e oficiais foram colocados em rigorosa prisão, com barras de grilhões e a meia ração de tropa.” Em consequência desse tratamento, alguns desses oficiais vieram a perecer de miséria e fome.

Quando perguntado sobre os fuzilamentos, Goiburu cita inúmeras pessoas, individualizando as causas, a nacionalidade e o sexo. Além desses relatados por ele, muitos mais foram executados. Alegou que os “julgamentos” dos prisioneiros eram feitos sob rigorosa fiscalização de inspetores especiais, que lhes ordenavam o que fazer. Sabia disso por ter sido fiscal por várias vezes.

No final do seu depoimento, Goiburu afirmou que “salvas muito raras exceções,

López sacrificou o melhor e mais decente da população do Paraguai”.

Em 14 de março, já em Assunção, Goiburu prestou novo depoimento. Na oportunidade, afirmou que “é crença geral que López sacrificou, por ordem direta, da ordem de 1.800 a 2.000 pessoas”, e relaciona muitos nomes de pessoas importantes da sociedade paraguaia e militares. Falou também que “foram martirizados vários ajudantes, assistentes e escravos dos generais Barrios, Bugres (general do exército)” e de outros personagens.

DO DEPOIMENTO DE D. BARTOLOMÉ QUINTANILLA

D. Bartolomé Quintanilla esteve prisioneiro em San Fernando, tendo participado da trágica marcha. Em seu interrogatório, acusou ter assistido o Tenente-Coronel Gaspar Campos e o Capitão Falcón sendo colocados no “cepo uruguaio” para obrigá-los a declarar as condições da tropa aliada. Ambos vieram a morrer pelos maus tratos sofridos. Afirmou ter assistido ao fuzilamento dos tenentes Murillo e Ibero, ambos prisioneiros de guerra. Descreveu, ainda, a marcha entre San Fernando e Lomas Valentinas, onde os retardatários eram “estimulados” pelas baionetas.

Em relação a D. Juliana Insfrán Martínez, declarou que a mesma foi vítima do “cepo uruguaio” e açoitada, barbaramente, antes de ter sido executada por ordem do Capitão Matias Goiburu. No mesmo dia, foram fuziladas D. Dolores Recalde e D. Mercedes Egusquiza.

Em seu depoimento, relatou nominalmente os fuzilamentos e seqüestro dos bens

de inúmeros estrangeiros, dentre eles vários diplomatas. Enumerou, dentre outras 89 pessoas: Antônio Nin Reyes (cônsul uruguaio); Antônio Carreras (diplomata uruguaio); Major Júlio Carranza (argentino); Tenente Mauricio G. Soto, morto no “cepo” (argentino); Carneiro de Campos, presidente da Província de Mato Grosso (brasileiro); e Antônio Vasconcellos (vice-cônsul português).

Dentre os paraguaios enumerou: Saturnino de Bendoya (casado com Rafaela, irmã de Solano López); Sebastião Ibarra (ministro do Governo); Bernardo Ortellano (juiz de direito); Gumercindo Benítez (ministro de Relações Exteriores); Francisco Fernandes (ministro da Guerra); Vicente Barrios (general e cunhado de Solano López); Benigno López (irmão de Solano López); José Berges (ministro de Relações Exteriores); Francisco Palácios (bispo); e Joaquim Talaveras (presbítero), num total de mais de duzentas pessoas.

DOS RELATÓRIOS DO GENERAL RESQUIN

Resquin, um dos mais destacados chefes militares paraguaios, herói de Tuiuti, foi um dos principais inquisidores dos “tribunais” de Solano López.

Em seus relatórios diários relativos aos prisioneiros, registra, dia a dia, a morte das vítimas da barbárie.

No relatório relativo aos fuzilamentos entre 31 de maio e 13 de setembro de 1868, registra, nominalmente, 331 fuzilados, indicando a sua nacionalidade. No relatório de mortes durante as marchas para San Fernando e Cumbarity, entre 27 de agosto e 3 de dezembro do mesmo ano, 605 óbitos, por motivos vários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Solano López sempre foi considerado uma pessoa autoritária e vingativa. Porém, com o decorrer do tempo, foi também se tornando desconfiado.

Nas duas vezes que participou de expedição militar em Corrientes, acabou mandando fuzilar seus oficiais.

À proporção que a guerra se prolongava, Solano López se tornava mais autoritário, mais violento e mais vingativo.

A partir de certo momento, foi ficando obcecado pela possibilidade de uma traição. E cada vez mais violento e vingativo.

Elisa Lynch parece ter tido muita influência sobre ele. Da mesma forma que conseguiu salvar algumas pessoas do seu relacionamento, fez com que várias outras fossem presas, torturadas ou mortas.

Era por meio do terror que Solano López impunha a sua liderança e a disciplina da tropa. Também por isso foi chamado de Átila do Prata.



BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, G. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- BRAY, Arturo. *Solano López – Soldado de la Gloria y del Infortunio*. 38. ed. Assunção: Carlos Schanman Ed., 1984.
- CANARD, Benjamin e col. *Cartas sobre la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ed. da Academia Nacional de la Historia, 1999.

- CARDOZO, Efraim J. *Hacen Cien Años*. Assunção: Ed. EMASA, 1971.
- . *El Paraguay Independiente*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- CASCUDO, L. da Câmara. *Conde D'Eu*. São Paulo: Bibliotheca Pedagógica Brasileira, série V, v. XI, 1933.
- CENTURION, J. C., Tenente-Coronel. *Memorias e Reminiscencias Históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Assunção: Ed. Guaranía, 1948.
- CHAVES, O. Emir. *Cinco Páginas da História Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.
- CUARTEROLO, M. A. *Soldados de la Memoria*. 1. ed. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2000.
- CUNHA, M. A. *A Chama da Nacionalidade*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- DORATIOTO, Francisco M. *O Conflito com o Paraguai*. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- . *Maldita Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- . “O Duque Revisitado”. *Nossa História*. Ano 1, n. 2, dezembro 2003.
- ESCUADERO, A. G. *Francisco Solano López – el Napoleón de Paraguay*. Madri: Biblioteca Ibero-Americana.
- GODOI, J. S. *El Fusilamiento del Obispo Palacios y los Tribunales de Sangre de San Fernando – Documentos Históricos*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- LORETO, A. *Os Antecedentes da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1953.
- MAGNATERRA, O. J. *La Guerra de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Ed. Dunken, 2002.
- MASTERMAN, J. F. *Siete Años de Aventuras en el Paraguay*. Buenos Aires: Juan Pablum Ed., 1911.
- MOURA, Affonso H. S. de, Major. *Guerra da Tríplice Aliança e suas Contribuições para a Evolução do Exército Brasileiro*. Monografia da ECEME. Rio de Janeiro, 1996.
- MOURA, Aureliano P. de, General. *Tuiuti*. Palestra no IGHMB, 2002.
- ORDENS DO DIA da Guerra do Paraguai – de 1864 a 1870. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército.
- RESQUIN, F. *La Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Assunção: Ed. El Lector, 1996.
- RUBIANI, J. *La Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: ABC Color, 2001.
- RUAS SANTOS, F. *A Arte da Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
- SALLES, R. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1990.
- . *Guerra do Paraguai – fotografias e imagens*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2003.
- SENA MADUREIRA, A. *Guerra do Paraguai*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SILVEIRA, M. C. *Adesão Fatal – a Participação Portuguesa na Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- THOMPSON, G. *Guerra del Paraguay*. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1968.
- VON VERSEN, M. *História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues Pioneiro do Correio Aéreo Nacional

*Manuel Cambeses Junior **

Resumo: Síntese biográfica do Major-Brigadeiro Lysias Rodrigues, pioneiro do Correio Aéreo Nacional.

Palavras-chave: Lysias Augusto Rodrigues, Correio Aéreo Nacional, CAN.

O Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1896. É praça de 25 de março de 1916, na Escola Militar do Realengo, tendo sido declarado aspirante-a-oficial da Arma de Artilharia em dezembro de 1918.

Em 1921, como tenente, integrou a primeira turma de Observadores Aéreos ao lado do Capitão Newton Braga, dos tenentes Eduardo Gomes, Ivo Borges, Amílcar Velloso Pederneiras, Gervásio Duncan de Lima Rodrigues, Ajalmar Vieira Mascarenhas, Sylvino Elvidio Bezerra Cavalcante, Plínio Paes Barreto e Carlos Saldanha da Gama Chevalier. Como capitão, em 1927, concluiu o curso de piloto realizado na Escola de Aviação Militar, conquistando o *brevet* de aviador. Sua turma era composta pelos tenentes Floriano Peixoto da

Fontoura Neves, Godofredo Vidal, Francisco de Assis Corrêa de Mello e do Aspirante-a-Oficial da Reserva João Egon Prates da Cunha Pinto.

Indubitavelmente, foi ele uma figura humana ímpar. Cultura extraordinária, inteligência brilhante, historiador, pesquisador, desbravador, piloto militar, engenheiro, escritor, poliglota e profundo conhecedor de Geopolítica.

Lysias Rodrigues era uma personalidade tão multifacetada e rica em sua abrangência que, com extrema facilidade, encontramos adjetivos laudatórios para definir a sua intensa vida intelectual e a brilhante trajetória percorrida durante décadas, como aviador militar, geopolítico, escritor, desbravador e engenheiro geógrafo.

Seus inúmeros livros e artigos publicados no Brasil e no exterior conferem-lhe especial destaque no meio acadêmico, e

* Coronel-Aviador. Sócio honorário do IGHMB.

uma notável repercussão como intelectual da mais alta envergadura, em níveis nacional e internacional.

A par de suas inúmeras virtudes intelectuais, o inolvidável brigadeiro tinha como paradigma de vida a transparência e a sinceridade.

Porte altivo, coragem e determinação, integridade moral e honestidade, aliados a um coração terno e generoso, outorgaram-lhe uma personalidade muito especial, tal qual o raro brilho de um cristal puro e radiante de luz.

Não seria difícil distinguir-se entre as várias nuances de sua ímpar e marcante personalidade – plasmada no amor e na dedicação ao trabalho –, a de maior significação. Destacava-se, entretanto, o seu devotado amor à Aviação, seu acendrado patriotismo e seus inquebrantáveis dotes morais. Foi desses homens notáveis que se sobressaíram pela cultura, pela autenticidade, coragem e, sobretudo, pela grandeza de alma. Qualidades que os tornam figuras incomparáveis – faróis balizando, nos meandros da caminhada humana, a direção certa na incerteza aparente da existência. Homens dotados de integridade de caráter e talento, aliados a longa existência adquirida no contato com as asperezas da vida, características que lhes enriquecem o espírito, que se transborda, em busca do semelhante, proporcionando-lhe, sob variadas formas, ensinamentos, cultura e educação, em prol do desenvolvimento da Pátria.

Com a criação do Correio Aéreo Militar, em 12 de junho de 1931, que dez anos mais tarde passou a ser chamado de Correio Aéreo Nacional, o CAN – nome pelo

qual ficou conhecido em todo o Brasil e é lembrado até hoje –, os bravos bandeirantes do ar deram início à árdua tarefa de desbravar o interior do Brasil, implantando campos de pouso. Naquela época, havia grande interesse da *Pan-American Airways* em reduzir o tempo gasto por seus aviões cumprindo a rota Miami-Buenos Aires, e não dispondo de equipamento aéreo mais veloz, foi levada a procurar uma rota aérea que encurtasse o caminho. Assim, o Governo federal resolveu designar, por indicação tanto do Ministério da Guerra como pelo da Viação, o então Major Lysias para acompanhar e fiscalizar a missão da companhia americana, dando a ele a incumbência de, a par de sua atividade precípua na expedição, estudar as possibilidades de ampliar os vôos do CAN pelo interior, pois havia a manifesta intenção de estender a rota Rio-São Paulo até o Estado de Goiás.

Em 19 de agosto de 1931, é dada partida na expedição composta por Lysias Rodrigues, Felix Blotner, inteligente e destacado funcionário da *Panair do Brasil*, a serviço da congênere americana, e seu prestimoso auxiliar, um jovem chamado Arnold Lorenz. Percorreram os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Maranhão, até chegar a Belém. O objetivo dessa árdua jornada era reconhecer o território e implantar campos de pouso, de modo a viabilizar a navegação aérea e criar as condições imprescindíveis que facultassem a execução de vôos dos grandes centros do Brasil para a Amazônia e que permitissem, também, uma nova e econômica rota para os vôos realizados entre os Estados Unidos e o Cone Sul do Continente. Àquela época,

as aeronaves percorriam o arco irregular de círculo que descreve o litoral brasileiro para se deslocarem de um extremo a outro do País, devido à existência de aeroportos em várias cidades litorâneas. Por sobre a Amazônia e a região central, apenas mata fechada. Daí a importância da missão que foi atribuída a Lysias Rodrigues e o ímpeto com que o notável desbravador abraçou o desafio, penetrando em profundidade, com destemor, na natureza virgem daquela região, em realidade, um mundo desconhecido e cheio de mistérios sedutores para um homem nascido e criado no Rio de Janeiro, então capital do País. Varando por terra o sertão bruto, com galhardia e tenacidade, logrou alcançar Belém do Pará em 9 de outubro daquele mesmo ano. Esta marcante epopéia ficou registrada em seu diário de viagem e, mais tarde, foi incluída no livro que batizou de *Roteiro do Tocantins*.

Há pessoas que se identificam com a História pelo desempenho extraordinário de sua missão, nas exigências de cada época. Lysias Rodrigues foi uma delas. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, no posto de major, combateu ao lado de São Paulo, comandando o 1º Grupo de Aviação Constitucionalista, sediado no Campo de Marte. Foi com o cognome de “Gaviões de Penacho” que este combativo grupo, a despeito dos poucos recursos, cobriu-se de glórias. Após o armistício de 3 de outubro, ele e seus companheiros insurretos Major Ivo Borges, Capitão Adherbal da Costa Oliveira, tenentes Orsini de Araújo Coriolano e Arthur da Motta Lima foram reformados pelo Governo e exilaram-se em Portugal e na

Argentina. Em 1934, foram anistiados e reintegrados ao Exército.

Retornando do exílio, deu continuidade ao trabalho iniciado com a exploração terrestre empreendida em 1931, na companhia de dois destacados funcionários da *Panair do Brasil*. Em 14 de novembro de 1935, decolando do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, em companhia do Sargento Soriano Bastos de Oliveira, em uma aeronave *Waco C.S.O.*, deu início ao levantamento aéreo da área anteriormente esquadrinhada, inaugurando todos os campos de pouso que havia implantado em seu famoso périplo, quatro anos antes, percorrendo as cidades de Ipameri, Formosa, Palma, Porto Nacional, Tocantínia, Pedro Afonso, Carolina e Marabá, antes de atingir Belém. Por onde passaram causaram estupefação, curiosidade e incredulidade, trazendo alegria e esperança àquela gente simples do sertão.

Por uma feliz coincidência, o destino resolve juntar, nos mesmos ideais do Correio Aéreo Militar, o Brigadeiro Eduardo Gomes e o então Tenente-Coronel Lysias. Aqueles que esposavam idéias antagônicas na Revolução Constitucionalista de 1932, passaram a lutar bravamente por um pensamento comum: desbravar pelos meios aéreos o interior do Brasil, cooperando intensamente na integração nacional e com a pretendida unidade política da Nação.

Como escritor de escol, vigoroso e ardente, projetou as cintilações de sua genialidade nos inúmeros e formidáveis artigos publicados no *Correio da Manhã* – expressivo jornal do Rio de Janeiro à época –, e, ainda, através da publicação de dois livros

intitulados *Roteiro do Tocantins e Rio dos Tocantins* – compêndios que ainda hoje constituem a mais completa radiografia da região –, instigando, como corolário, o despertar do Brasil para a importância estratégica de integrar o território nacional, propugnando pela criação do Território Federal do Tocantins, tendo elaborado uma minuciosa carta geográfica da região e apresentado, em 1944, anteprojeto constitucional nesse sentido.

No dia 5 de outubro de 2001, o governador do Estado do Tocantins, na presença do Presidente da República, inaugurou o aeroporto da capital, Palmas, que através do Projeto de Lei nº 233/2001, de 6 de março de 2001, foi batizado com o nome de Brigadeiro Lysias Rodrigues, em homenagem à memória do heróico desbravador.

Além de *Roteiro do Tocantins e Rio dos Tocantins*, escreveu, ainda, *História da Conquista do Ar*, *Geopolítica do Brasil*, *Estrutura Geopolítica da Amazônia*, *Formação da Nacionalidade Brasileira e Gaviões de Penacho*, onde narra o emprego da Aviação Militar na Revolução Constitucionalista de 1932.

Entretanto, sua intensa e profícua atividade não se limitou à literatura, sendo o primeiro piloto a sobrevoar e pousar nos aeródromos que ele próprio implantou. Juntamente com o Brigadeiro Eduardo Gomes, iniciou as primeiras linhas do Correio Aéreo Nacional sobrejacentes às regiões Centro-Oeste e Norte, consolidando uma complexa rede de aerovias, interligando-as aos centros mais avançados do Brasil.

Como renomada autoridade em Geopolítica, reconhecida internacionalmente,

ombreado-se a outros ilustres exegetas desta ciência, tais como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos, Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, lutou, enfaticamente, pela construção da rodovia Trasbrasiliana, hoje denominada Belém-Brasília.

De maneira análoga, exerceu notável influência para que fosse ativado um organismo que congregasse a evolução e o emprego do avião, a exemplo do que já vinha ocorrendo nos Estados Unidos, Inglaterra, Itália e França, defendendo a tese de que o Brasil necessitava de um Ministério próprio, de modo a dispor de uma aviação apta a atender à sua imensidão geográfica.

Movido por esse propósito, deu início a uma intensa campanha para a criação do Ministério da Aeronáutica, publicando vários artigos sobre o tema na imprensa do Rio de Janeiro, então capital da República. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, evidenciou-se a importância do poder aéreo unificado para a segurança nacional, vindo justamente a corroborar a benfazeja idéia por ele esposada, culminando, assim, com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 20 de janeiro de 1941, hoje Comando da Aeronáutica.

Lysias Rodrigues foi um daqueles homens extraordinários que marcaram os momentos gloriosos e históricos da Aeronáutica brasileira, através de uma intensa participação em várias iniciativas férteis, com energia inesgotável, tendo deixado como herança a sua devoção no cumprimento do dever e a confiança num notável engrandecimento do Ministério da Aeronáutica e de uma ativa e fecunda par-

ticipação da Aviação no desenvolvimento do País.

Há em cada cidadão brasileiro o sentimento desenvolvido de nacionalidade e de apego ao torrão natal. Poucos, entretanto, puderam manifestá-lo de forma tão viva como Lysias Rodrigues.

O Brasil deve a Lysias Rodrigues o reconhecimento pela dedicação, competência e patriotismo que demonstrou, de modo contumaz, durante toda a sua extraordinária carreira, sem medir esforços para elevar e honrar a imagem de nosso País no cenário internacional. Um nome querido e respeitado, uma reserva moral, um patrimônio de inteireza e caráter e um exemplo edificante para os brasileiros de todas as épocas.

Estamos convictos de que o Brigadeiro Lysias morreu tranqüilo quanto ao julgamento de seus concidadãos. Certamente a Pátria saberá guindá-lo aos píncaros da glória, quando a perspectiva do tempo permitir uma avaliação mais exata de sua obra e um conhecimento perfeito de sua pureza de intenções.

À época de seu desenlace, em 21 de maio de 1957, aos 61 anos, a Força Aérea compartilhou com seus entes queridos, admiradores e amigos a amargura desse momento inexorável da existência humana, última parte do desenrolar de uma vida em que o gênero humano – a exemplo dos inolvidáveis vôos empreendidos pelo ilustre brigadeiro, nas asas do Correio Aéreo –, realiza uma decolagem, deslança um vôo de cruzeiro e, finalmente, vê chegado o momento da aterrissagem e o final de uma gloriosa jornada.

Esteja onde estiver, Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues – insigne pioneiro do Correio Aéreo Nacional –, receba os nossos agradecimentos pela prestimosa atenção e carinho dispensados à Aeronáutica Brasileira. Que seus edificantes atributos morais e intensa dedicação à aviação, à vida militar e ao País ecoem por muito tempo em todos os rincões deste nosso amado Brasil.



“Tal como o movimento das nuvens nos indica a direção do vento nas alturas, assim também os espíritos mais livres e claros prenunciam, em seu movimento, o tempo que está para vir.”

Frederick Nietzsche, *Humano, mais que humano*, 1880.

A Trilogia D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II

*Paulo Napoleão Nogueira da Silva **

Resumo: Artigo extraído de texto da palestra proferida pelo autor no IGHMB. Seu tema diz respeito ao Rei D. João VI e aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, à atuação de cada um deles no contexto da formação e da consolidação do Brasil como Estado soberano, destacando a continuidade de suas ações na direção dos assuntos públicos durante o período compreendido entre os anos de 1808 e 1889.

Palavras-chave: D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II.

Como alguém de autoridade no assunto já disse que a História depende de quem a relate, não vamos aqui colocar opiniões pessoais, mas apenas fatos históricos, deixando o julgamento aos que nos lêem. Nesse contexto, inclui-se também a cautela de não compactuar com alguns mitos que, à custa de repetição estereotipada, alçaram-se à categoria de verdades.

A propósito dessa última consideração, não parece demasiado observar que a historiografia brasileira baseia-se em diversas falácias, e a primeira delas refere-se ao próprio Descobrimento por Cabral, em 1500.

Na verdade, é certo que, já na década de 1480, havia diversos portugueses sediados no Brasil, inclusive o famoso “Bacharel de Cananéia”. Este, tendo chegado à praia nessa região, hoje limítrofe entre São Paulo e Paraná, conseguiu entender-se bem com o cacique local, chefe de cerca de duzentos mil índios. O cacique, dando-se conta dos conhecimentos e da utilidade do estranho recém-chegado pediu-lhe que não fosse mais embora; e para convencê-lo, desde logo lhe deu por esposas nada menos do que 12 de suas filhas! O português permaneceu lá até morrer; atuava como uma espécie de lugar-tenente do cacique.

Acrescente-se que, ainda na década de 1480 – antes de 1490, portanto – Diogo Pacheco Pereira fez duas viagens ao Brasil.

* Professor Doutor.

a mando do rei D. João II, para proceder a levantamentos diversos.

Cabral, que não era almirante, mas um bom general nas batalhas terrestres do Norte da África, veio apenas para tomar posse oficial do território, em nome da Coroa portuguesa. E por que só em 1500? Porque as disputas entre Portugal e Espanha ainda não haviam sido solucionadas sobre novas terras que viessem a ser descobertas, o Tratado de Tordesilhas ainda não havia sido assinado, e por isso o astuto Dom João II – considerado o maior homem de Estado do seu tempo – mantinha a existência do Brasil como segredo de Estado.

Apesar de tudo, a historiografia afirma ter sido o Brasil descoberto por Cabral em 1500, o que é uma das falácias antes mencionadas. Mas, não se deve perder de vista a opinião abalizada do Almirante Max Justo Guedes, segundo quem não importa se Cabral foi ou não o primeiro; o importante é que ele “fundou” oficialmente o Brasil!

Outra falácia da historiografia, para ficarmos apenas em mais uma, é a da Inconfidência Mineira. Evidentemente, uma conspiração integrada por um Capitão-Mor (mais tarde denominado Governador de Província), um coronel, dois tenentes-coronéis, vários capitães, um bispo, três desembargadores, e várias outras autoridades institucionais não poderia ter sido chefiada por um alferes (suboficial).

Por isso mesmo, aliás, é que Tiradentes foi o único executado. De longa data no Brasil, sempre a punição – do “bode expiatório” – é reservada aos menos importantes, e o seu papel era apenas o de correio entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, tanto

que os pedaços do seu corpo foram exibidos ao longo dessa estrada.

Os hoje chamados “peixes graúdos”, os mentores da conspiração, foram absolvidos ou condenados ao degredo na África. Cumprido o prazo, diversos voltaram ao Brasil. Um deles chegou a ser deputado à Assembléia Geral; outros, fizeram fortuna em Angola ou Guiné e não quiseram regressar. Apesar de todas essas evidências, que são fatos comprovados, a historiografia entronizou Tiradentes como chefe da Inconfidência.

Acrescente-se, aliás, que sua execução aconteceu contra a vontade da rainha D. Maria I que, ainda não acometida pela loucura – os historiadores modernos apontam-na como excelente governante, antes da demência –, enviou carta aos desembargadores que julgavam o caso dizendo-lhes que agissem segundo suas consciências, mas que não queria penas de morte. No entanto, como para o contexto português no Brasil era preciso um “culpado”, o Vice-Rei Marquês de Rezende não deu conhecimento da carta real aos desembargadores.

Retornando agora ao nosso tema central, à parte a historiografia e mantendo-nos fiéis aos registros históricos, Dom João VI empreendeu obra de estadista no Brasil. Antes de aqui chegar, o então regente só tinha conhecimento do País através dos relatórios dos vice-reis. Mas, ao deparar *in loco* com a realidade brasileira, toda a sua ótica mudou: ainda na Bahia, abriu os portos aos navios de todas as nações amigas, o que jogou por terra o monopólio português no comércio; e mais, criou a

primeira fábrica de vidro, a primeira companhia de seguros para o transporte marítimo, a primeira Escola de Medicina e Cirurgia, e mandou abrir uma estrada que ligasse Salvador ao Rio de Janeiro. Ainda determinou o reaparelhamento das fortalezas existentes, a instalação de outras, assim como a criação de novas unidades da tropa de linha.

Já no Rio de Janeiro, suas criações e realizações foram tantas que seria ocioso e difícil enumerá-las todas. Mas, destacam-se a Real Academia Militar, precursora da AMAN, as Polícias Militares, o Corpo de Bombeiros, a Intendência Geral de Polícia e os diversos hospitais militares. Além de tudo, criou o Exército Brasileiro e o Ministério da Marinha.

É certo que o Exército já existia desde a famosa batalha de Guararapes, que determinou a expulsão dos holandeses, mas não era ainda uma instituição nacional e permanente. Foi Dom João quem lhe atribuiu essa qualidade, e assim também o fez com a Marinha, ao criar o respectivo Ministério.

Ainda no campo da saúde pública, criou a quarentena para navios vindos do exterior; os hospitais e recolhimentos para leprosos; diversos hospitais militares; determinou o saneamento de mangues e o ajardinamento de ruas e praças, sempre com muita água, fontes ou chafarizes. Fundou a segunda Escola de Medicina e Cirurgia. Estabeleceu pessoalmente a dieta e o tratamento dos internados em hospitais civis, seu comportamento e o dos médicos e enfermeiros, além de outras providências. E mais, criou os laboratórios químico-vacínicos.

No campo das artes e ciências, criou os atuais Biblioteca Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Conservatório Nacional de Música, Escola Nacional de Belas Artes, e patrocinou permanentemente a vinda de companhias teatrais européias. Além disso, mandou vir o maestro Neukomm e os *frascatti*; e adaptou a Capela Real com um palco para apresentações musicais; estimulou a concorrência pessoal entre Neukomm e o maestro Marcos Portugal, o que desenvolveu o gosto pela música. Trouxe ao Brasil escultores, pintores, gravadores, cinzeladores e outros artistas, todos de renome e subsidiados por contrato pelo Real Erário.

A instrução não mereceu menor atenção do príncipe bragantino: mandou abrir em todo o País o ensino do português, do latim e do inglês, e mandou vir professores europeus para formarem professores brasileiros, que ensinassem a alunos brasileiros.

No que respeita à Administração Pública, inicie-se por lembrar que D. João mandou abrir as estradas que ligaram Cuiabá a Belém, Cuiabá a Vitória, Vitória a São Paulo, e São Paulo a Rio Grande, inclusive aproveitando as hidrovias. Criou o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Imprensa Régia – com a qual estimulava a edição de livros que mostrassem o Brasil no exterior – e a Junta Governativa, que mais tarde seria transformada em SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito, hoje rebatizada como Banco Central do Brasil.

Na verdade, cumpre dizer que toda a Administração Pública brasileira da atualidade está pautada nos princípios gerais estabelecidos por esse monarca; e estabele-

cidos de próprio punho, inclusive com previsão de cargos e de salários: as denominações mudaram, também os salários e funções, mas não se modificou a ótica que norteia a estruturação.

Enfim, seria fastidioso continuar a enumerar a obra de D. João VI. Sem ser preciso lembrar que toda a Campanha da Guiana – inclusive com os nomes dos comandantes – foi traçada por ele próprio, assim como as disposições para a ocupação da Banda Oriental do Prata, mais tarde Uruguai.

Em síntese, em exíguos 13 anos de permanência no Brasil, esse rei lançou as bases do Estado Nacional brasileiro e fez florescer o sentimento de nacionalidade brasileira. Por isso, aliás, até hoje é visto com reservas em Portugal. E também por isso, até o fim do Império ainda se usava – com conotação positiva – a expressão “no tempo do Rei”. Aliás, nem foi por outra razão que 130 anos depois de sua volta a Portugal esse monarca ainda foi lembrado num famoso samba de carnaval (*A Lapa*) gravado por Francisco Alves.

Quanto à escravidão, foram tantas as providências de D. João VI para terminá-la e, no mínimo, atenuá-la, que mereceu do Imperador da Áustria uma carta elogiosa e agradecida – pode ser encontrada no Arquivo Nacional – dizendo que ele se tornara credor da gratidão dos povos.

Entretanto, o rei também deixou marca em outros campos: isentou de impostos as pequenas propriedades rurais e, do serviço militar, os lavradores; mandou demarcar terras de lavoura para os índios, estimulou o plantio do chá, a criação do

bicho-da-seda, e diversas outras providências destinadas à agricultura, e, em boa medida, ao que contemporaneamente se denomina agronegócio.

Homem extremamente simples, também teve suas atenções voltadas para as coisas simples e essenciais da natureza, o meio ambiente. Mandou navios à África e à Índia – voltaram abarrotados – para trazerem mudas de plantas e árvores que aqui não existiam, e fundou o atual Jardim Botânico para cultivá-las. Esse primeiro Jardim Botânico foi a semente para tantos outros que existem por todo o País.

De pleno acordo com sua nora Dona Leopoldina, que era botânica, D. João VI desapropriou as fazendas de café que haviam devastado a floresta da Tijuca e mandou replantá-la integralmente com suas espécies nativas.

Depois de D. João VI veio Pedro I, que pôde fundar um novo Estado soberano porque encontrou pronta sua estrutura política, cultural e administrativa. No entanto, em todo o seu reinado procurou alargar o alcance dessa estrutura. Sendo o Rio de Janeiro o centro do qual emanava a vida do Império, e também ele um homem simples como o pai – além disso, cômico das nossas limitações – não tinha pejo em, nas horas vagas, entrar numa repartição pública para ensinar os amanuenses a preencher uma guia, lavrar uma certidão, e tarefas desse tipo.

Pedro I produziu a mais severa lei que o Brasil conheceu contra a corrupção: as penas variavam de cinco a vinte anos de reclusão, sem *sursis*, sempre com confisco

de bens e, após o integral cumprimento, a proibição de contrair empréstimos bancários e de residir a menos de sessenta léguas da capital.

O primeiro Imperador se ateve pouco a novas criações voltadas à instrução e ao ensino primário, mas criou os cursos jurídicos e debateu, pessoalmente, com o Visconde da Cachoeira, Secretário de Estado, sua estrutura, disciplinas a serem incluídas, duração e formas de avaliação. Inclusive, pediu ao Visconde que incluísse no Regulamento dos cursos (foi o art. 9º) a exigência de que os professores teriam de ser lentes, os doutores de hoje. E como o Secretário de Estado retrucasse que não tínhamos lentes, assegurou: “Não faz mal, os cursos levam quase dois anos para serem instalados; o senhor procure dez ou quinze entre os melhores bacharéis que temos, e vamos mandá-los para a Europa, por conta do Estado, para obterem o grau.”

Quanto à escravidão, apesar de pouco poder fazer, já que a economia estava baseada nesse elemento, promulgou leis severas de combate ao tráfico. Mas estas, infelizmente, eram burladas pelos interessados e pelos próprios agentes da aduana.

No que respeita ao ambientalismo, com certeza também influenciado por Dona Leopoldina, Pedro I foi inflexível na conservação da floresta da Tijuca.

Acrescente-se, o Imperador agilizou operacionalmente e de forma expressiva o funcionamento das instituições criadas por D. João VI, o que foi fundamental para a consolidação do Estado brasileiro. Na sua clássica *História do Brasil*, o inglês John Armitage, que viveu muitos anos no Rio

de Janeiro diria, em 1841, que durante os nove anos do reinado de Pedro I o Brasil crescera mais do que nos trezentos anos anteriores.

Finalmente, chegou a hora de Pedro II. No início, apalpando e deixando-se levar pela influência do Visconde de Sepetiba, já aos 22 anos assumiria efetivamente a condução máxima do Estado, o que hoje se denomina Chefia do Estado. A partir da criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847, ficou livre dos problemas da execução de providências governamentais, e dedicou-se quase que integralmente à tarefa de nortear os rumos dos sucessivos governos.

O então jovem Imperador tinha condições para fazer isso, porque fora, desde os 5 anos, preparado exaustivamente pelos seus dois tutores – primeiro José Bonifácio, depois o Marquês de Itanhaém – e pelos professores por estes escolhidos. Ficou célebre a habitual frase com a qual se despedia das reuniões do Conselho de Estado, e muitas vezes do Conselho de Ministros: “Bem, dei minha opinião, agora é com vocês que são o governo.”

O pioneirismo de D. João VI nas artes e nas ciências, Pedro II o teve de acordo com o seu tempo. Se o avô trouxe para o País professores, artistas e cientistas, ele fez o mesmo em sentido contrário: mandou estudar no exterior pintores, escultores e compositores, como Almeida Júnior, Pedro Américo, Rodolfo Bernardelli, Carlos Gomes, e muitos mais. Igualmente o fez com gênios da lingüística, da física e de outras disciplinas, como João Gomes de Souza e outros.

Na senda modernista do avô, trouxe para o Brasil o telefone, a fotografia, o cabo submarino, as estradas de ferro, a iluminação pública moderna, e manteve rigidamente o controle das contas públicas – na Guerra do Paraguai, providenciou para que o nosso próprio Arsenal de Marinha construísse navios para a Armada.

Como o pai, Pedro II batalhou incansavelmente pela agilização das estruturas administrativas do País, e contra a corrupção de qualquer espécie. Quando escrevia o nome de alguém com o seu famoso lápis azul – que os políticos chamavam de “lápis fatídico” – já se sabia que essa pessoa estava excluída de qualquer cargo público.

O famoso romancista José de Alencar, autor de obras clássicas como *Iracema*, não conseguiu ser senador. Apesar de primeiro colocado na lista dos mais votados, Pedro II recusou-se a nomeá-lo, em virtude de notória fraude eleitoral que praticara e da qual se valera para ocupar a cabeça da lista.

No que respeita à escravidão, lutou tenazmente para extingui-la. Logo após sua coroação, tomou empréstimo no Banco do Brasil para comprar e em seguida alforriar todos os escravos pertencentes à Coroa. Depois, sempre a coberto da Constituição e da Lei, lutou junto à Assembléia Geral para aprovar as denominadas Lei Eusébio de Queiroz, que acabou definitivamente com o tráfico, Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários.

Quanto ao meio ambiente, também Pedro II seguiu as pegadas do pai e do avô. Em última análise, a única herança que o pai lhe deixara eram as imensas terras da

Fazenda do Córrego Seco, que o então ainda Príncipe Regente do Brasil comprara numa de suas viagens a São Paulo, maravilhado que ficara com a vegetação luxuriante e paradisíaca existente no local.

Pedro II resolveu fundar com a herança a cidade de Petrópolis. Encarregou o major Frederico Köeller de elaborar e executar todo o projeto urbanístico, mas colocou parâmetros ambientalistas, tais como as espécies de árvores que podiam ou não ser abatidas, qual o diâmetro máximo dos caules, e outras disposições, inclusive determinando que os lotes a serem transferidos aos interessados teriam que ir até o topo dos morros, para impedir eventual pletoira de construções inadequadas – porque a região é acidentada –, e também determinou as condições de utilização dos córregos.

Apesar da situação de degradação que a periferia da cidade de Petrópolis sofre na atualidade, sobretudo em virtude do crescimento demográfico e da baixa renda que grassa nas populações brasileiras, tais disposições ainda impedem que o pior aconteça em termos ambientais e urbanísticos. E, nas florestas da região, que se incluem na herança do Córrego Seco, a preservação continua até hoje como uma realidade. Invasões de sem-terra e desmatamentos jamais ultrapassaram a casa dos 0,002% de sua área.

Naturalmente, esses três monarcas não foram perfeitos, ninguém o é. Mas, houve uma seqüência na sua atuação, o que a rotatividade republicana dificilmente pode proporcionar. Os três reinados – 1808-1821, 1822-1831 e 1840-1889 – se complementaram. Na verdade, eles formaram uma es-

pécie de trilogia seqüencial, nunca mais vista no Brasil. Além de tudo, sua atuação ainda se faz presente na atualidade.

De D. João, além de no Banco do Brasil, na Casa da Moeda e outras instituições, pode-se constatar que está presente em diversas construções do denominado centro velho do Rio de Janeiro: na Bica da Rainha, Cosme Velho – hoje infelizmente abandonada – e em inúmeros monumentos públicos da antiga capital do País. Há até quem afirme – inclusive seu tetraneto, o príncipe D. Pedro Gastão – que de sua preferência gastronômica derivaram os restaurantes denominados “frango assado”, “galeto” etc.

Dom Pedro I continua com sua presença proliferada nas centenas de cursos jurídicos hoje existentes no País. E mais – embora o comum das pessoas não o saiba – no sentimento geral que hoje interessa à sociedade brasileira, de combate à corrupção no Poder Público.

A presença de Pedro II segue marcante, igualmente, quanto ao combate à corrupção. Mas, também na denominada modernidade, na conquista de novos avanços da ciência e da cultura em geral, em que brasileiros vêm se destacando a nível internacional e, bem assim, no campo social.

Quanto ao segundo Imperador, ainda cumpre lembrar as páginas do ano de 1861, do seu *Diário*, nas quais registrou que precisava convencer os ministros a não abrirem a navegação do Rio Amazonas aos navios norte-americanos, sob pena de virmos a perder a soberania sobre o Pará. Não conseguiu convencer os ministros, mas suas palavras foram verdadeiramente proféticas, em face dos riscos e ameaças que hoje en-

volvem a Amazônia: com confirmações aqui e negativas ali, parece certo que essa região é alvo da cobiça internacional.

A ONU já aprovou três Resoluções – apoiadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – que permitem a invasão de territórios nos quais haja desmatamento, problemas para a proteção de comunidades indígenas e narcotráfico: tudo caindo como luva à Amazônia brasileira. E, não é possível deixar de considerar, o Brasil tem a água que escasseia no mundo, e com os orçamentos verdadeiramente indigentes de que dispõem nossas Forças Armadas – que, com eles, fazem milagres – seria muito improvável resistir militar e convencionalmente ao assalto internacional. Por isso, a par de haver aumentado substancialmente seus efetivos na região, as Forças Armadas vêm ministrando, aos alunos das suas escolas avançadas, cursos de “guerra de resistência” a “guerra de guerrilha”, em boa parte com base nas lições do General vietnamita Nguyen Giap.

Assim, a visão de Pedro II lançada no seu *Diário* de 1861 é mais atual do que à época em que foi registrada. Trata-se, reitera-se, de visão profética.

Os três monarcas ainda tiveram antevisão muito clara de um problema que na atualidade galvaniza o mundo: a preservação ambiental. Assim, por suas ações e pelos pensamentos que as inspiraram, continuam perfeitamente inseridos e presentes na realidade de nossos dias.

Essa notável continuidade de propósitos, no entanto, deixou um legado ainda maior, a unidade e integridade territorial do Brasil, pela qual os três lutaram perseverantemente.

É certo que, após seu amigo Luiz XVIII haver se consolidado no trono francês, D. João VI devolveu a Guiana, mas esta não era território brasileiro, apenas fora invadida e ocupada como represália contra Napoleão I. Apesar de tudo, é claro, houve as compensações de natureza econômica.

Igualmente, para acabar com as quere-las no Prata – o que não conseguiu, aliás, veja-se a Guerra do Paraguai quase qua-renta anos depois – Pedro I concordou com a independência do Uruguai. Este, porém, tal como a Guiana Francesa, não era terri-tório brasileiro, apenas uma região-tampão com a qual seu pai procurara proteger o atual Rio Grande do Sul contra as preten-sões dos “castelhanos”, os argentinos.

A luta desses três homens pela integri-dade territorial do Brasil foi ingente, políti-ca e militarmente quase épica: Confedera-ção do Equador, Revolução Praieira, Sabi-nada, Balaiada, a revolta dos muçulmanos em Salvador, Revolta Liberal em São Pau-lo, Guerra dos Farrapos, República de San-ta Catarina, e outros transtornos à consoli-dação territorial, tudo foi vencido pela sua determinação e pertinácia.

Em muitos desses últimos episódios, Pe-dro II contou não só com sua determinação

e proficiência, mas também com a mão forte do Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, chefe militar e político que – ao meu ver – deveria ter vivido mais vinte anos do que viveu. Bastavam a sua existência e pre-sença, o respeito que emanava de si, em que pesassem os problemas de saúde, para im-pedir desvios. E isto sem esquecer, durante a Guerra da Tríplice Aliança, a figura ímpar do Marquês de Tamandaré.

Na verdade, não será demais frisar, hou-ve uma continuidade de atuação baseada numa comunhão de concepções, até certo ponto lógica na ótica da dinastia, e aqui se ressalta, é necessário reconhecer essa ótica. Sem estar escrito, mas presente na orienta-ção geral desses três monarcas, havia um projeto nacional mais ou menos permanente.

Depois de 1889, exceto durante os pe-ríodos 1930-1945 e 1964-1979, esse pro-jeto desapareceu. Cada novo presidente imprime novos rumos políticos e adminis-trativos ao seu mandato e, com isso, o País fica permanentemente sem decolar. Os três personagens objeto deste ensaio, como não tinham problemas político-eleitorais e ad-ministrativos, puderam seguir um rumo uni-forme ao longo de oitenta e nove anos.



*“Nada é tão forte
quanto uma idéia
cujo tempo chegou.”*

Victor Hugo

tos, para realizar a mais difícil obra literária – aquela que brota de imediato, como a luz sai do céu, a água jorra da fonte, o vôo provém da asa... Este orador que sois vós, Senhor Pedro Calmon.

Todo o Brasil o aclama e festeja como o seu maior e melhor intérprete, na linguagem falada, colorida, própria, cronométrica, perfeita, nobre, ilustre. Ainda recorde no Gabinete Português de Leitura o recurso de uma imagem, de que vos valestes, fazendo inveja aos mais arrojados e iluminados oradores. Em dado momento, fitando aquelas veneráveis estantes pejudadas de livros do chão ao teto, exclamastes, numa referên-

cia, que eles ali se arrumavam e sucediam “como cardeais em concílio”.

E em sessão do nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, homenageando a memória de Max Fleiuss, proferistes uma oração que a todos comoveu pela surpreendente feitura poética de balada que lhe destes. Nunca a eloquência foi tão bela, em lábios brasileiros, como naquela hora!

Pois bem; o maior orador do Brasil, de hoje em diante, pertencerá também a este Instituto, que se engalana para recebê-lo.

Jonas Correia

No IGHMB, Rio, GB, 20 de julho de 1971

Ata da Sessão de Instalação da Liga de Defesa Nacional

Transcrição do original

Acta 1ª

Às desesete horas de 7 de Setembro de 1916, no salão das conferencias da Bibliotheca Nacional, foi aberta a sessão de installação da Diretoria Central da Liga de Defesa Nacional estando presentes os señores General Caetano de Faria, Dr. Pedro Lessa, Dr. Miguel Calmon, Almirante Julio Cesar de Noronha, Senador Bernardo Monteiro, Oscar da Porciuncula, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Commandante Müller dos Reis, Conselheiro Nuno de Andrade, Dr. Guilherme Guinle, Monsenhor Vicente Lustosa, Dr. Cícero Peregrino da Silva, Dr. Homero Baptista, Affonso Viseu, Candido Gaffre, Almirante

Teixeira Bastos, Dr. João Teixeira Soares, Dr. Alberto de Faria, Dr. Oscar Lopes, Alvaro Zamith, Dr. Osorio de Almeida, Jorge Street, Dr. Raul Pederneiras, Dr. Pereira Lima, Senador Soares dos Santos, Conde Carlos de Laet, Dr. Joaquim Luis Osorio, Dr. Araujo Lima, Conde de Affonso Celso, Coelho Netto, Dr. Miguel Couto, Felix Pacheco, Marechal José Bernardino Bormann, Joaquim de Sousa Ribeiro e Olavo Bilac. Convidado para ocupar a cadeira da presidencia o General Caetano de Faria, aquiesceu, sentando-se a direita de s. ex. o sr. dr. Pedro Lessa e a esquerda os srs. Olavo Bilac e Dr. Miguel Calmon. Aberta a sessão, o Sr. Olavo Bilac procedeu a leitura

de telegrammas dos Srs. Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Rodrigues Alves, Marechal Jeronymo Jardim, Senador Alfredo Ellis e Deputado Antonio Carlos excusando-se por não poderem comparecer e protestando inteira solidariedade a idéa da fundação da Liga de Defesa Nacional. Terminada a leitura do expediente, fallou o Sr. Olavo Bilac, que proferiu o seguinte discurso: “– Peço permissão para poucas palavras – não um discurso – apenas uma singela nota, que explique sumariamente os motivos desta primeira reunião. O patriotismo e a influencia, a fé e a responsabilidade, a abnegação e o credito dos Srs. Pedro Lessa e Miguel Calmon conseguiram reunir-vos. Apellando para a vossa competencia, para a vossa sabedoria e para o vosso fervor patriótico, esses dous grandes brasileiros viram coroada de triumpho a sua nobre iniciativa. A Liga da Defesa Nacional esta fundada. Contendo representantes de todas as classes produtoras e defensoras do paiz, este Directorio Central, se não congrega todos os grandes nomes do Brasil (o que seria impossivel), congrega alguns dos maiores, dos mais bellos e respeitados, alguns que ja fazem parte do patrimonio moral da nossa terra. Perdoareis, de certo, o meu atrevimento, attendendo e estas attenuantes: a simplicidade, a clareza, a brevidade do que vou dizer. O paiz ja sabe, pela rama (?), o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; – propagar a instrucção primaria, professional, militar e civica; e defender: com a disciplina – o trabalho; com a força – a paz; com a consciencia – a liberdade; e com o culto do heroismo, a dignificação da nossa

historia e a preparação do nosso porvir. O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistencia e de conselho, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranquillo e assegurado dos dirigidos. O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciencia propria nunca estiveram ausentes do maior numero das almas brasileiras. Mas, esses sentimentos oscillam e vascillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deplorável, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do territorio, a pobreza das communicacões, o accordo pouco definido de uma federação mal comprehendida, a mingua da ventura em muitos sertões desamparados, a inopia da instrucção popular sustentam e aggravam esta desorganização. A descrença e o desanimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a communhão enfraquece-se. É tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarchia e essa tendência para o desmembramento. O protesto e a reacção estão n’ esta Liga, cujo titulo é claro e synthetico. A defesa nacional é tudo para a Nação. É o lar e a Patria; a organização e a ordem da familia e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a industria, o commercio; a moral domestica e a moral politica; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrucção; a escola, a officina, o quartel; a paz e a guerra; a historia e a politica, a poesia e a philosophia; a sciencia e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade. Todo este programma vasto e complexo não pode ser estudado e esclarecido

pela minha palavra incompetente. Fundada a Liga, devemos hoje confiar-vos esta missão altamente nobre. Pedimos as vossas luzes um estatuto para a Liga e um corpo de doutrinas e de exemplos, de bôa palavra e de bôa acção, que sejam guia e conforto para o governo e para o povo. Às vossas mãos entregamos toda a segurança do Brasil. Quisemos que esta primeira reunião do Directorio Central se realizasse n'este dia. Assim celebraremos, sem solenidade, mas com o simples e sereno respeito dos verdadeiros crentes, o aniversario da Independencia. Quisemos que esta celebração se fizesse n'este logar, na casa dos livros, no templo das idéas, no cerebro do Brasil. Na minha consciencia, na humildade da minha fervorosa esperanza, acredito que este dia será para a nossa Historia o complemento e o remate da obra de 7 de Setembro de 1822. Inaugura-se hoje a victoria inteira da verdadeira independencia da nossa nacionalidade. Recebei com carinho a Liga da Defesa Nacional, creação de Pedro Lessa e Miguel Calmon. Deus vos inspire e a Patria vos abençoe. —" O Sr. Candido Gaffree, pedindo a palavra, propoz que a directoria da Liga ficasse assim constituída: Vice-Presidentes, General Caetano de Faria, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Almirante Alexandrino de Alencar,

Sete 1^o

Às dez e meia horas de 7 de Setembro de 1916, no salão das conferencias da Bibliotheca Nacional, foi aberta a sessão da instituição do Directorio Central da Liga da Defesa Nacional, estando presentes os senhores General Caetano de Faria, Sr. Pedro Lessa, Sr. Miguel Calmon, Almirante Julio de Noronha, Senador Bernardo Monteiro, Deputado Bernardino de Figueiredo, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Comandante Wilhelm dos Reis, Conselheiro Augusto de Almeida, Sr. Guilherme Guimarães, Monsenhor Vicente Lustosa, Sr. Feres Engrino da Silva, Sr. Honório Lyra, Affonso Celso, Conde de Gaffree, Almirante Teixeira Bastos, Sr. João Teixeira Soares, Sr. Alberto de Faria, Sr. Oscar Lopes, Álvaro Belmonte, Sr. Osorio de Almeida, Jorge Street, Sr. Ruy Barbosa, Sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Senador Francisco de Lima, Senador Francisco de Sá, Sr. Joaquim Luiz Osorio, Sr. Araújo Lima, Conde de Affonso Celso, Conde Netto, Sr. Miguel Couto, Sr. Felix Pacheco, Marechal José Beneditino Bormann, Joaquim de Sousa Ribeiro e Álvaro Belmonte. Presidido a sessão a presidência do Sr. General Caetano de Faria, assistido, sendo a esquerda os Srs. Álvaro Belmonte e Sr. Miguel Calmon. Aberta a sessão, o Sr. Álvaro Belmonte preside a leitura de telegrammas dos Srs. Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Marechal Jeronymo Jardim, Senador Alfredo Ellis e Deputado Antonio Carlos e encerrando-se por não poderem comparecer e protestando contra a solidiedade a esta da fundação da Liga da Defesa Nacional. Terminada a leitura do expediente, fallou

Fac-símile da primeira página da ata.

Conselheiro Ruy Barbosa, Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, Monsenhor Vicente Lustosa de Lima, Dr. Gabriel Osorio de Almeida, Dr. Pedro Lessa, Dr. João Pandiá Calogeras, Dr. Miguel Couto, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida. E, mais propoz para a Commissão de estatutos os Srs. Conde de Affonso Celso, Coelho Netto, Felix Pacheco, Homero Baptista, Joaquim Luiz Osorio, Alfredo Ellis, Marechal Bormann, Almirante Julio de No-

ronha, Dr. Raul Pederneiras, Dr. Pereira Lima, Alberto de Faria, Bernardo Monteiro, Dr. Miguel Couto, Dr. Nuno de Andrade e Monsenhor Vicente Lustosa. O Sr. General Caetano de Faria, submettendo á aprovação da assembleia essas propostas, declarou que na referente a directoria não era indicado o presidente por ficar subentendido que o Presidente da Liga será sempre o Presidente da República. As propostas foram aprovadas por aclamação, depois de breves palavras sobre a comissão de estatutos proferidas pelo Sr. Conde de Affonso Celso que lembrou a conveniencia de nella figurarem os Srs. Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac, o que ficou resolvido unanimemente. Orou em seguida o Dr. Pedro Lessa que disse ser a Liga da Defesa Nacional obra de Olavo Bilac, criação que exaltou, citando como marco memoravel da actual campanha civica a conferencia do poeta em S. Paulo. O Dr. Pedro Lessa teve tambem referencias encomiasticas para o Sr. Miguel Calmon, sa-

lientando o seu papel ao lado de Olavo Bilac na fundação da Liga. Por ultimo fallou o Dr. Miguel Calmon apologando a obra de Olavo Bilac e o concurso do Dr. Pedro Lessa, tornando publica a satisfação que dominava a Commissão que se entendeu com o Sr. Presidente da Republica sobre a Liga da Defesa Nacional, acolhida com a maior sympathia e entusiasmo pelo Chefe da Nação, o exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz. O Sr. General Caetano de Faria agradeceu a presença da directoria e encerrou os trabalhos – as dezoito horas. Durante a sessão prestou guarda de honra o 7º batalhão de atiradores (Tiro nº 7). Ao sahir do edificio da Bibliotheca Nacional recebeu a Directoria Central da Liga da Defesa Nacional continencias do batalhão do referido Tiro nº 7 que, prestou por sua vez as devidas honras ao General Caetano de Faria, Ministro da Guerra. – Foi approvada a redacção d’esta acta. 28 de setembro de 1916.
Olavo Bilac

do edificio da Bibliotheca Nacional recebeu a Directoria Central da Liga da Defesa Nacional continencias do batalhão do referido Tiro nº 7 que, prestou por sua vez as devidas honras ao General Caetano de Faria, Ministro da Guerra. –
Foi approvada a redacção d’esta acta. 28 de setembro de 1916.
Olavo Bilac

Fac-símile da última página da ata com a assinatura de Olavo Bilac.



SEMINÁRIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO ALMIRANTE BARROSO

Promovido pelo IHGB, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha e pelo IGHMB, teve lugar, nos dias 17 e 18 de agosto de 2004, no Salão Nobre do IHGB, um seminário em homenagem ao bicentenário de nascimento do Almirante Francisco Manoel Barroso da Silva, Barão do Amazonas.

O programa do evento cívico-cultural constou, no primeiro dia, da sessão de abertura, com alocução do Presidente do IHGB, Professor Dr. Arno Wehling, seguida de conferência proferida pelo Professor Guilherme de Andrea Frota, versando sobre o “Panorama Estratégico às Vésperas da Guerra da Tríplice Aliança”.

Na mesma tarde, em mesa presidida pelo Presidente do IGHMB, tiveram lugar as seguintes comunicações:

– “O Bloqueio Naval e a Batalha do Riachuelo”, pelo Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt;

– “O Almirante Barroso”, pelo Vice-Almirante Rui da Fonseca Elia; e

– “A Atuação de Barroso como Chefe de Estado-Maior em Passo da Pátria”, pelo

Capitão-de-Fragata Mônica Hartz Oliveira Moitrel.

No segundo dia, presidiu a mesa o Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt e foram apresentadas as seguintes comunicações:

– “Barroso e Osório: um paralelo”, pelo General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto; e

– “Barroso e Tamandaré – Correspondências”, pelo Capitão-de-Fragata Edina Nogueira da Gama.

A conferência de encerramento versou sobre o tema “A Ação da Força Naval Brasileira” e esteve a cargo do Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins.

O prestigiado Seminário terminou com elegante coquetel, que contou com a presença de altas autoridades da Marinha e do meio acadêmico.

IGHMB NA INTERNET

No endereço www.ighmb.org.br, desde setembro de 2004, encontra-se no ar a página do IGHMB na Internet. Nele serão encontradas informações sobre o histórico da Instituição, suas finalidades e objetivos, seus fundadores, sedes ocupadas, símbolos, administração, galeria dos presidentes, quadro social, sessões e anos culturais, informativos mensais, revistas e *links*.

Para fazer contato com o Instituto, utilize o “fale conosco”.

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA MILITAR *LATO SENSU*

Foi assinado em 13 de maio do corrente ano, no Salão Nobre do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército Brasileiro, um convênio entre o DEP, a UNIRIO e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil para a realização do II Curso de Especialização em História Militar *Lato Sensu* em 2004. Firmaram o documento o General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto, pelo DEP; o Magnífico Reitor da UNIRIO, Professor Doutor Pietro Novelino; e o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, Presidente do IGHMB. Testemunharam o ato solene os generais-de-divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, Vice-Chefe do DEP, Antônio Gabriel Esper, Diretor de Assuntos Culturais, Professora Doutora Cláudia Beltrão e Professor Doutor Marcos Sanches, da UNIRIO, e o Coronel de Engenharia e Estado-Maior Luiz Carlos Carneiro de Paula, do IGHMB, além de oficiais superiores do DEP.

A Aula Inaugural teve lugar, em 15 de julho, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro. Foi proferida pelo Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello. Estiveram presentes ao ato o General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto, Chefe do DEP, a Professora Doutora Cláudia Beltrão, representante do Reitor da UNIRIO, o Professor Doutor Arno Wehling, Presidente do IHGB, diversas autoridades civis e militares, e os corpos docente e discente do Curso, este constituído por trinta alunos – oficiais das Forças Armadas e civis.



Flagrante do ato de assinatura do convênio pelo Reitor da UNIRIO, Professor Doutor Pietro Novelino, pelo Chefe do DEP, General-de-Exército Sérgio Ernesto Alves Conforto, e pelo Presidente do IGHMB, Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho. À esquerda, o General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, Vice-Chefe do DEP. À direita, a Professora Doutora Cláudia Beltrão, da UNIRIO.

ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DO IGHMB APROVAÇÃO

Foi aprovado, pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro, o Estatuto do IGHMB, revisto e ajustado ao novo Código Civil Brasileiro.

Como decorrência, foi debatido e aprovado o Regimento Interno do Instituto, em sessão de 14 de dezembro coordenada pelo sócio emérito General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga.

REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

Em comemoração ao 40º aniversário da eclosão do movimento militar de 31 de março de 64, o IGHMB organizou, no dia 30 desse mês, o painel Revolução Democrática de 31 de Março de 1964, tendo, como coordenador, o General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga e, como painelistas, o Doutor Aristóteles Drummond e o jornalista Olavo de Carvalho.

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2005-2006

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2004, foi eleita a diretoria do Instituto para o biênio 2005-2006 com a constituição abaixo especificada, a qual tomou posse em 21 de dezembro do mesmo ano:

Presidente: General-de-Divisão Médico Aureliano Pinto de Moura

1º Vice-Presidente: General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto

2º Vice-Presidente: Brigadeiro-do-Ar José Eduardo Magalhães Motta

1º Diretor-Secretário: Coronel Marco Antonio Cunha

2º Diretor-Secretário: Coronel Darzan Neto da Silva

1º Diretor Financeiro: Doutor Marcos Ribeiro Corrêa

2º Diretor Financeiro: Professor Guilherme de Andrea Frota

Diretor de Comunicação Social: Coronel João Ribeiro

Suplentes: Coronel José de Sá Martins
Coronel Dartanham Marques de Amorim

Coronel Arivaldo Silveira Fontes

Conselho Fiscal

Membros:

General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos

Vice-Almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino

Suplentes:

General-de-Exército Sebastião José Ramos de Castro

General-de-Exército Alberto dos Santos Lima Fajardo

General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado

MISSÃO CUMPRIDA: PALAVRAS DE DESPEDIDA

Após dez anos de produtiva gestão, eleito que foi por unanimidade em sucessivas Assembléias Gerais, o Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho entregou o cargo de Presidente do IGHMB ao General-de-Divisão Médico Aureliano Pinto de Moura, no dia 21 de dezembro de 2004.



Flagrante da passagem do cargo de Presidente do IGHMB.

Transcreve-se abaixo, por dever de justiça, suas palavras de despedida, entre as quais ele relaciona as ações marcantes de sua gestão, sem favor considerada uma das mais profícuas e dinâmicas da vida do Instituto:

“Há, para todas as coisas, um tempo determinado por Deus. Tudo tem sua ocasião própria e todo propósito debaixo do céu tem seu tempo, ensina-nos o Eclesiastes.

“Tudo tem começo e fim. Decorridos dez anos de gratificante labor à testa do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, hoje é tempo de prestação de contas, de agradecimentos e de despedidas, uma vez que nos afastamos da presidência dessa instituição cultural à qual nos dedicamos de corpo e alma, com todas as nossas forças vivas e aprendemos a amá-la.

“Muitos e variados tempos vivemos nessa década consagrada integralmente ao serviço do IGHMB. Registraram-se tempos de procela e de calma, de lutas e vitórias, de alegrias e de tristezas, marcadas por imperecíveis cicatrizes na carne e, continuamente, tempos de intensa e compensadora labuta. Nesse longo período, procuramos estar sempre presente a todas as atividades desenvolvidas na Casa Histórica de Deodoro. Mesmo à custa de dissabores, nunca nos omitimos. Tentamos pautar nossa conduta e orientar nossas ações visando a manter as nossas tradições e valores, com imparcialidade e impessoalidade. Sentimos, por isso, em paz com a nossa consciência e, o que é muito importante para nós, com o nosso quadro social.

“Embora não tenhamos alcançado plenamente os objetivos colimados, sentimos satisfeitos com os resultados obtidos e

com o esforço despendido e, assim, aquilo que não foi concretizado na nossa época certamente o será no devido tempo. Acreditamos que, apesar dos pesares, das dificuldades de toda sorte defrontadas, logramos atingir a maioria das metas a que nos propusemos: conseguir uma sede para o Instituto – a Casa Histórica de Deodoro; criar o seu estandarte e emblema; informatizar a secretaria; lançar uma página na Internet e dispor de correio eletrônico; reformular e revisar o Estatuto, ajustado ao novo Código Civil, bem como aprovar o Regimento Interno; lançar o Boletim Informativo mensal com moderna roupagem; difundir a História Militar brasileira no exterior; fazer-se respeitar na Comissão Internacional de História Militar; participar de Congressos Internacionais de História Militar; promover simpósios internacionais no Brasil e em Portugal, comemorativos dos 500 Anos do Tratado de Tordesilhas e de História Militar Luso-Brasileira, além do Simpósio comemorativo do 70º Aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo; realizar simpósios sobre os 300 Anos da Criação da Aula de Fortificação no Rio de Janeiro e o Bicentenário de Nascimento de Caxias; finalmente, introduzir no Brasil os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu* em História Militar na universidade.

“Sendo hoje, também, tempo de agradecimento, acreditamos que primeiro devamos agradecer ao Onipotente por nos ter proporcionado forças para servirmos de instrumento na continuidade da nobre cruzada encetada há 68 anos por Severino Sombra e uma plêiade de militares idealistas em prol da difusão da Geografia e da História Militar.

“Muito devemos ao apoio recebido do Ministro Zenildo de Lucena e das chefias do DEP na gestão dos generais-de-exército Domingos Miguel Antônio Gazineo, Frederico Faria Sodré de Castro e Gilberto Barbosa de Figueiredo. Cabe-nos salientar a confiança em nós depositada pelo quadro social em cinco sucessivas reeleições, por unanimidade e aclamação, ao qual esperamos não haver desapontado.

“Temos o dever de tributar muito do realizado aos ilustres membros das sucessivas diretorias que nos acompanharam e dos conselhos fiscais, particularmente os estimados Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, General-de-Exército Sebastião Ramos de Castro, General-de-Exército Pedro Luís de Araújo Braga, Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho, Tenente-Brigadeiro Murillo Santos, General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos e Coronel Virgílio da Veiga. Especial menção merecem também o diretor da Biblioteca do Exército, Coronel Luiz Eugênio Duarte Peixoto, e o Capitão Hélio Justo Monteiro, a quem creditamos muitas das realizações levadas a efeito. O nosso reconhecimento cabe, ainda, ao Professor Doutor Arno Wehling, nas duas vezes em que nos acolheu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e em todas as ocasiões em que foi solicitado a cooperar conosco.

“Impõe-se agradecer a todos e a cada um individualmente, confrades, amigos e auxiliares diretos ou indiretos, especialmente à Sra. Josinete de Oliveira Militão, pela desinteressada e valiosa colaboração emprestada para levar a bom termo a nossa missão.

“Finalmente, somos gratos a todos aqueles que aqui vieram apresentar suas despedidas, nessa hora tão significativa para nós.

“Onde há homens não faltam ambições e conflitos. Pedimos a todos relevar desacertos ou atos praticados involuntariamente, que tenham desagradado a alguns. Desse modo, despedimo-nos neste momento da legendária Casa Histórica de Deodoro, do histórico Campo de Santana ou da Aclamação, dos nossos maiores, dos confrades e amigos que nunca nos faltaram. Afirmamos ser hoje tempo de calma despedida e de rendermos graças por termos tido a honra de dirigir esta já tradicional instituição que dignifica a cultura militar e a História Militar do Brasil, irmanando marinheiros, soldados e aviadores com civis.

“Sendo tempo de despedida, é hora também de esperança e de fazer votos. Votos de continuados êxitos para nosso sucessor, General-de-Divisão Médico Aureliano Pinto de Moura, nosso antigo companheiro de bancos acadêmicos na Praia Vermelha; votos de felicidade e prosperidade pessoais para todos aqueles que conosco conviveram durante esses anos, e de esperança que o futuro propicie dias cada vez melhores ao Instituto.

“Reafirmamos o dito em nosso discurso de posse: ‘A minguada de ideal é que mais nos abate, do que a falta de recursos ocasionada pela crise conjuntural atravessada.’

“Quando se cumpre uma missão difícil e ela chega ao fim, suspira-se de alívio. Uma enorme responsabilidade deixou de pesar sobre nossos ombros.

“Quando, porém, essa mesma missão é agradável – e nos enche o espírito –, che-

gar ao fim é abrir um vazio que com o tempo se vai dissipando no recordar inútil de um passado feliz, mas que não volta.

“Há para todas as coisas um tempo determinado por Deus.

“Valeu a pena o tempo vivido intensamente à testa deste cenáculo e as estreitas relações com ele mantidas desde jovem oficial.”

COOPERAÇÕES DO IGHMB EM 2004

– Na EsAO: Atendendo a pedido de cooperação na instrução desse estabelecimento de ensino do Exército, o IGHMB apresentou, em 16 de abril, ao ensejo do transcurso do Dia do Exército, um painel, a cargo do seu Presidente e dos sócios honorários Coronel Luiz Carlos Carneiro de Paula e Professor Doutor Marcos da Cunha e Souza.

– Na EsIE: Atendendo a pedido de cooperação na instrução desse estabelecimento de ensino do Exército, o IGHMB realizou uma palestra, representado pelo General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado, sobre o tema Guerra da Tríplice Aliança.

FALECIMENTO DE SÓCIOS EM 2004

Com profundo pesar assinalamos o falecimento dos seguintes sócios titulares do IGHMB em 2004:

– Em 14 de março, no Rio de Janeiro, o Coronel Pedro Schirmer, ocupante da cadeira 86 *João Henrique Bohm*.

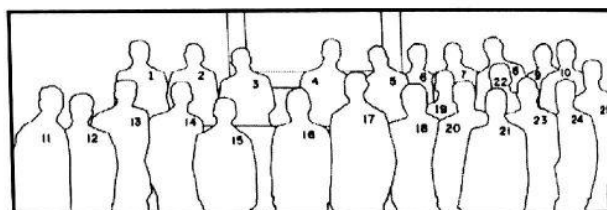
– Em 12 de agosto, no Rio de Janeiro, o Coronel Adhemar Rivermar de Almeida, ocupante da cadeira 79 *Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes*.

– Em 14 de setembro, no Rio de Janeiro, o Tenente-Coronel da Aeronáutica Alcyr Lintz Geraldo, ocupante da cadeira 96 *Marechal-do-Ar Eduardo Gomes*.

CURIOSIDADES HISTÓRICAS

Auditório singular

Composição do auditório à sessão do IGHMB realizada no IHGB em 25 de novembro de 1941



1. Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica; 2. Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; 3. Valentim Benício da Silva, General; 4. Gustavo Capanema, Ministro da Educação; 5. Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; 6. Aaulfo de Paiva, Ministro; 7. José Carlos de Macedo Soares, Embaixador; 8. Augusto Tasso Fragoso, General; 9. Genserico de Vasconcelos, Coronel; 10. Danton Garrastazu Teixeira, General; 11. Severino Sombra, Capitão; 12. Frederico Vilar, Almirante; 13. Adailton Sampaio Pirassinunga, Capitão; 14. Egon Prates, Tenente-Aviador; 15. Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Coronel; 16. Cândido Mariano Rondon, General; 17. João Ful-

gêncio de Lima Mindello, General; 18. Jonathan de Moraes Correia, Capitão; 19. Luiz Lobo, Coronel; 20. José de Lima Figueiredo, Major; 21. Manuel Nogueira da Gama, Almirante; 22. Antônio Leôncio Ferreira Ferraz, Major; 23. César Xavier, Capitão-Fragata; 24. Álvaro de Alencastro, Coronel; e 25. Francisco de Paula Cidade, Coronel.

Três avisos invulgares

– Todos os oficiais dos corpos arregimentados devem usar bigodes (Aviso de 4 de julho de 1837).

– A falta do olho direito ou esquerdo não inabilita o indivíduo para o Serviço Militar (Aviso de 6 de março de 1876).

– Nenhum oficial ou praça poderá raspar o bigode sem permissão prévia do Ministro da Guerra, visto constituir um dos sinais característicos do Exército. Só em caso de moléstia, com prescrição médica que a isso obrigue, se tolerará que o oficial ou praça raspe o bigode (Aviso de 3 de março de 1910).

CURTAS

Sócio emérito

De acordo com o n.1 da letra b do Art. 25 do Estatuto, a Assembléia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2004 aprovou, por unanimidade, a proposta feita pela diretoria de ascensão à categoria de sócio emérito do General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga, ocupante da cadeira n. 99 *Alexandre de Gusmão*, por sua marcante atuação e assinalados serviços prestados ao IGHMB.

Diploma de colaborador

Foram agraciados com diplomas de colaborador, com os respectivos medalhões do IGHMB, os seguintes sócios e personalidades: Gen Ex Pedro Luis de Araújo Braga; Gen Div Ulisses Lisboa Perazzo Lannes; V Alm Hélio Leôncio Martins; Cel Eng Luiz Eugênio Duarte Peixoto; Cel Eng Paulo Lisboa; Cel Cav Hélcio Pinheiro; Cel Art Antônio Ferreira Sobrinho; Prof Dr Arno Wehling; Prof Dr Ricardo Vélez Rodriguez; Capitão Justo Hélio Monteiro.

Jubilação de sócio titular

De conformidade com o Art. 12 do Estatuto do IGHMB, passa à situação de jubilado, a pedido escrito do interessado, a partir de 1º de novembro de 2004, o sócio titular ocupante da cadeira n. 83 *Almirante Manuel Pinto Bravo*, o Almirante João Carlos Gonçalves Caminha.

XXXI Congresso Internacional de História Militar

A Comissão Internacional de História Militar deverá realizar, em agosto de 2005, o XXXI Congresso Internacional de História Militar, na cidade de Madri, sobre tema ainda não comunicado.

Sessão Solene em homenagem ao 90º aniversário de sócio do IGHMB

Foi realizada, dia 3 de agosto, sessão solene em homenagem ao sócio emérito Coronel Francisco Ruas Santos, que completaria 90 anos de existência dia 4 do mesmo mês. Saudaram o homenageado o General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos e os coronéis Arivaldo Silveira Fontes e Celso José Pires.

IGHMB – Situação em dezembro de 2004

1. SÓCIOS EMÉRITOS

Com o número das cadeiras que ocupavam como Sócios titulares e respectivos Patronos.

Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS – 64 (*Calógeras*)
Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES – 3 (*Rio Branco*)
General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE – 47 (*Cunha Mattos*)
Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO – 88 (*Paula Cidade*)
Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES – 77 (*Visconde de Inhaúma*)
General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO – 72 (*Osório*)
Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES – 54 (*Rebouças*)
General CARLOS DE MEIRA MATTOS – 1 (*Taunay*)
Professor ARNO WEHLING – 7 (*Ribeiro de Souza*)
Almirante HÉLIO LEÔNCIO MARTINS – 8 (*Von Hoonholtz*)
Almirante ARLINDO VIANNA FILHO – 33 (*Vital de Oliveira*)
General SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO – 51 (*Tasso Fragoso*)
General PEDRO LUÍS DE ARAÚJO BRAGA – 99 (*Alexandre de Gusmão*)

2. SÓCIOS FUNDADORES

Relacionados em ordem alfabética e com o posto que tinham à época da fundação.

Capitão ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA
Coronel ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO
Capitão ALTAMIRANO NUNES PEREIRA
Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE
Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES
Comandante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA
Capitão ANTÔNIO LEÔNCIO PEREIRA FERRAZ
Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA
General AUGUSTO TASSO FRAGOSO
General CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON
Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER
Comandante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA
Coronel EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
General ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO
Tenente-Coronel FRANCISCO DE PAULA CIDADE
Coronel FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS
General FRANCISCO JOSÉ PINTO
Capitão FREDERICO AUGUSTO RONDON
Comandante FREDERICO VILLAR
Coronel GENSERICO DE VASCONCELOS
Almirante HENRIQUE BOITEUX
Capitão HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO
Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO
General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO
General JOÃO MANUEL BORGES FORTES
Capitão JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO
Major JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO
Capitão JONATHAS DE MORAIS CORREIA
Capitão JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO
Major JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO
General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES
Tenente-Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA
Comandante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX
Coronel LUIZ LOBO
Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA
General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT
Major PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO
Major RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA
Coronel RAUL BANDEIRA DE MELO
Almirante RAUL TAVARES
Capitão SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE
Coronel VALENTIM BENÍCIO DA SILVA

3. SÓCIOS TITULARES

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
1.	ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY, Visconde de Taunay	Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO - Fundador General CARLOS DE MEIRA MATTOS - Emérito Vaga
2.	General ALFREDO MALAN D'ANGRONE	General FREDERICO AUGUSTO RONDON - Fundador-Benemérito Coronel VIRGÍLIO DA VEIGA
3.	JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, Barão do Rio Branco	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE -Fundador Coronel JOAQUIM VICTORINO PORTELLA FERREIRA ALVES - Emérito Comandante DINO WILLY COZZA Vaga
4.	Chefe-de-Divisão ANTONIO CLÁUDIO SOÍDO	General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS Professor ODORICO PIRES PINTO Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ Vaga
5.	Almirante ANTÔNIO COUTINHO GOMES PEREIRA	Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA - Fundador Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA - Benemérito Vaga
6.	General ANTÔNIO JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA	General JOÃO MANUEL BORGES FORTES - Fundador General AFFONSO DE CARVALHO General ADALARDO FIALHO Vaga
7.	Engenheiro JÚLIO CÉSAR RIBEIRO DE SOUZA	Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES - Benemérito Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE Professor ARNO WEHLING - Emérito Vaga
8.	Almirante ANTÔNIO LUIZ VON HOONHOLTZ, Barão de Tefé	Almirante FREDERICO VILLAR - Fundador Almirante JOÃO DO PRADO MAIA - Benemérito Almirante HÉLIO LEÔNICIO MARTINS - Emérito Vaga
9.	Comandante MARIANO DE AZEVEDO	General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT - Fundador General NELSON WERNECK SODRÉ Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
10.	Coronel ANTÔNIO DE SENA MADUREIRA	Coronel ALVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO Coronel JARDRO DE ALCÂNTARA AVELLAR – Jubilado Vaga
11.	General ANTÔNIO TIBURCIO FERREIRA DE SOUZA	General GENSERICO DE VASCONCELOS – Fundador Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA General OLÍVIO GONDIM DE UZÉDA Professor PEDRO JACINTO DE MALLETT JOUBIM – Jubilado Vaga
12.	Almirante JÚLIO CÉSAR DE NORONHA	General EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
13.	Almirante ARTHUR SILVEIRA DA MOTTA, Barão de Jaceguai	Almirante RAUL TAVARES – Fundador-Benemérito Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA Almirante DOMINGOS PACÍFICO CASTELLO BRANCO FERREIRA
14.	Coronel AUGUSTO FAUSTO DE SOUZA	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA – Fundador General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS
15.	Chefe-de-Divisão AUGUSTO JOÃO MANUEL LEVERGÉ, Barão de Melgaço	Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES – Fundador General JOAQUIM VICENTE RONDON Almirante HERICK MARQUES CAMINHA – Benemérito Comandante GIL CORDEIRO DIAS FERREIRA Vaga
16.	Marechal CARLOS AUGUSTO DE CAMPOS	General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA – Fundador Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA Doutor MARCOS RIBEIRO CORRÊA
17.	General CONRADO JACOB DE NIEMEYER	General JOÃO DE MELO MORAIS Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS Coronel JUVENAL MILTON ENGEL
18.	Tenente-Coronel DIOGO AROUCHE	General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA – Fundador-Benemérito Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO Vaga
19.	General DIONÍSIO EVANGELISTA DE CASTRO CERQUEIRA	Marechal ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO – Fundador-Benemérito Coronel JOSÉ FERNANDO DE MAYA PEDROSA
20.	General EDUARDO JOSÉ DE MORAIS	General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO – Fundador-Benemérito Professor GUILHERME DE ANDREA FROTA

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
21.	Coronel EMÍLIO CARLOS JOURDAN	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA – Fundador-Benemérito General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR – Benemérito Coronel ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA – Jubilado Vaga
22.	Coronel FRANCISCO ANTÔNIO CARNEIRO DA CUNHA	General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO – Fundador General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA General OMAR EMIR CHAVES – Benemérito Vaga
23.	Marechal ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES	General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO General DANILO DA CUNHA NUNES
24.	Marechal FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS	General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador Marechal MÁRIO TRAVASSOS Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO General TASSO VILLAR DE AQUINO Vaga
25.	Acadêmico EUCLIDES RODRIGUES PIMENTA DA CUNHA	General UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES Vaga
26.	Marechal HENRIQUE PEDRO CARLOS DE BEAUREPAIRE ROHAN – Visconde de Beaurepaire Rohan	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS – Fundador-Benemérito Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS Coronel PAULO DARTANHAM MARQUES DE AMORIM
27.	Major ANTÔNIO FLORÊNCIO PEREIRA DO LAGO	General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA General HUGO SILVA Professor LOURENÇO LUIZ LACOMBE Vaga
28.	JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, Visconde de São Leopoldo	General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA Professor JOSÉ NEVES BITTENCOURT – Jubilado Vaga
29.	General JERÔNIMO FRANCISCO COELHO	General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES – Fundador Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA Coronel FERNANDO OSCAR WEIBERT
30.	General JOÃO SEVERIANO DA FONSECA	General CARLOS SUDÁ DE ANDRADE General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO Almirante MARIO JORGE DA FONSECA HERMES

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
31.	Marechal JOSÉ BERNARDINO BORMANN	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO – Fundador- Benemérito Coronel JOÃO BAPTISTA DE MAGALHÃES Coronel FELICIANO THAUMATURGO MENDES DE MORAIS
32.	Almirante JOSÉ CÂNDIDO GUILLOBEL	Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA – Fundador Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILLOBEL Comandante LEVY SCAVARDA Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA – Benemérito Doutor JOAQUIM PONCE LEAL Vaga
33.	Comandante MANUEL ANTÔNIO VITAL DE OLIVEIRA	Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA Almirante ARLINDO VIANNA FILHO – Emérito Vaga
34.	General FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA SOARES DE ANDRÉA, Barão de Caçapava	Coronel LUIZ LOBO – Fundador General LUIZ FELICIO MONTEIRO DE LIMA Coronel ARIVALDO SILVEIRA FONTES
35.	General JOSÉ INÁCIO DE ABREU E LIMA	Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER – Fundador Almirante GERSON DE MACEDO SOARES General LAURO ALVES PINTO Coronel HIRAM DE FREITAS CÂMARA – Jubilado Vaga
36.	General JOSÉ JOAQUIM MACHADO DE OLIVEIRA	Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO – Fundador Vaga
37.	General JOSÉ JOAQUIM BARBOSA, Visconde do Rio Comprido	General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA – Fundador Brigadeiro JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES MOTTA
38.	Almirante INÁCIO JOAQUIM DA FONSECA	Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA – Fundador Almirante JUVENAL GREENHALGH Almirante MAX JUSTO GUEDES – Jubilado Vaga
39.	General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES	General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO – Fundador Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT – Benemérito General FERNANDO GUIMARÃES DE CERQUEIRA LIMA Brigadeiro LAURO NEY MENEZES
40.	Major LADISLAU DOS SANTOS TITARA	General ANTÔNIO LEÔNCIO PEREIRA FERRAZ – Fundador Coronel GERMANO SEIDL VIDAL

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
41.	Coronel JOÃO DE SOUZA MELLO ALVIM	General FERDINANDO DE CARVALHO Vaga
42.	Capitão ALFREDO PRETEXTATO MACIEL DA SILVA	General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO - Fundador Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA Coronel NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA Vaga
43.	Comandante LUIZ BARROSO PEREIRA	Almirante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX - Fundador Comandante LÉO FONSECA E SILVA Vaga
44.	Major JOÃO MARTINS DA SILVA COUTINHO	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO - Fundador General SALM DE MIRANDA Vaga
45.	General FRANCISCO DE PAULA BORGES FORTES	General FRANCISCO JOSÉ PINTO - Fundador General AMYR BORGES FORTES Vaga
46.	Coronel JOSÉ SATURNINO DA COSTA PEREIRA	General RAUL BANDEIRA DE MELLO - Fundador General WALDEMIRO PIMENTEL Doutor LUIZ DE CASTRO SOUZA - Jubilado Vaga
47.	General RAYMUNDO JOSÉ DA CUNHA MATTOS	General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE - Fundador-Emérito Coronel NEY SALLES Vaga
48.	Coronel RICARDO FRANCO DE ALMEIDA SERRA	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON - Fundador-Benemérito Doutor GUSTAVO BARROSO General RAUL SILVEIRA DE MELLO - Benemérito Coronel LUIZ GONZAGA DE MELLO - Jubilado Vaga
49.	General RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVÃO, Visconde de Maracaju	Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA - Fundador General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA - Benemérito General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS Coronel NILTON FREIXINHO
50.	Almirante FRANCISCO CORDEIRO DA SILVA TORRES E ALVIM, Barão de Iguatemi	Almirante HENRIQUE BOITEUX - Fundador Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA Comandante CARLOS GARRIDO Comandante ANTÔNIO LUIZ PORTO E ALBUQUERQUE - Jubilado Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
51.	General AUGUSTO TASSO FRAGOSO	Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE - Benemérito General SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - Emérito Vaga
52.	Marechal INNOCÊNCIO VELLOSO PEDERNEIRAS	General DJALMA POLY COELHO Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO Brigadeiro HUMBERTO CESAR PAMPLONA COELHO - Jubilado Vaga
53.	FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro	General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES Tenente-Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO Coronel SÉRGIO PAULO MUNIZ COSTA
54.	Engenheiro ANDRÉ PINTO REBOUÇAS	Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO Coronel ELBER DE MELLO HENRIQUES - Emérito - Jubilado Coronel MARCO ANTONIO CUNHA
55.	General JOAQUIM DE SALLES TORRES HOMEM	General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS - Benemérito Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER - Benemérito General HEITOR BORGES FORTES Coronel MANOEL SORIANO NETO
56.	Engenheiro AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO	Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY - Benemérito Doutor KEPLER ALVES BORGES
57.	Marechal PEDRO DE ALCÂNTARA BELLEGARDE	General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES - Benemérito Doutor ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ Vaga
58.	Marechal LUÍS ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias	Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES General ALFREDO SOUTO MALAN Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER General ALBERTO DOS SANTOS LIMA FAJARDO
59.	Marechal EMÍDIO DANTAS BARRETO	General OTÁVIO ISMAELINO SARMENTO DE CASTRO
60.	Marechal-do-Ar ALBERTO SANTOS DUMONT	Coronel LUIZ PEDRO MIRANDA DA COSTA
61.	Padre BARTOLOMEU DE GUSMÃO	Brigadeiro GODOFREDO VIDAL Coronel HERNANI D'AGUIAR Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
62.	Almirante LUIZ FELIPE DE SALDANHA DA GAMA	Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA - Fundador Almirante ANTÔNIO MENDES BRAZ DA SILVA - Jubilado Vaga
63.	Marechal GREGÓRIO THAUMATURGO DE AZEVEDO	Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO - Benemérito General ALBERTO MARTINS DA SILVA
64.	Engenheiro PANDIÁ CALÓGERAS	General AURÉLIO DE LYRA TAVARES - Benemérito Coronel FRANCISCO RUAS SANTOS - Emérito - Jubilado Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS Engenheiro CHISTÓVÃO DIAS DE ÁVILA PIRES JUNIOR
65.	Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON	General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ - Benemérito Major ELZA CANSANÇÃO MEDEIROS
66.	Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO	General SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO
67.	General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA	Professor ALBERTO LIMA General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS Vaga
68.	General MANUEL LIBERATO BITTENCOURT	General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO - Fundador-Benemérito Coronel CELSO JOSÉ PIRES
69.	Brigadeiro-do-Ar LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES	Coronel AMERINO RAPOSO FILHO - Jubilado Vaga
70.	General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA	Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM Vaga
71.	Almirante JOAQUIM MARQUES LISBOA, Marquês de Tamandaré	Almirante ESTANISLAU FAÇANHA SOBRINHO
72.	Marechal MANOEL LUIZ OSÓRIO, Marquês do Herval	General JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - Emérito Almirante ARMANDO DE SENNA BITTENCOURT
73.	Marechal ANTONIO DE SAMPAIO	General MURILO RODRIGUES DE SOUZA General MORIVALDE CALVET FAGUNDES Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO Vaga
74.	Marechal EMÍLIO LUÍS MALLETT, Barão de Itapevy	Coronel LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
75.	Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA	Coronel ASDRÚBAL ESTEVES - Jubilado Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
76.	Almirante FRANCISCO MANUEL BARROSO, Barão do Amazonas	Almirante ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
77.	Almirante JOAQUIM JOSÉ IGNÁCIO, Visconde de Inhaúma	Almirante MÁRIO CÉSAR FLORES - Emérito Tenente-Coronel HUGO JORGE DE BRITO CHAVES
78.	General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS	Professor PAULO BRAGA DE MENEZES Coronel DARZAN NETO DA SILVA
79.	Marechal JOÃO BAPTISTA MASCARENHAS DE MORAIS	General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA Coronel ADHEMAR RIVERMAR DE ALMEIDA - Jubilado Vaga
80.	Tenente-Coronel JOSÉ DE MIRALES	Professor GILBERTO FREYRE Vaga
81.	Tenente HENRIQUE DUQUE ESTRADA DE MACEDO SOARES	Professor RAUL DO REGO LIMA General AURELIANO PINTO DE MOURA
82.	Capitão TEOTÔNIO MEIRELLES DA SILVA	Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA Vaga
83.	Almirante MANOEL PINTO BRAVO	Almirante JOÃO CARLOS GONÇALVES CAMINHA - Jubilado Vaga
84.	Capitão-de-Fragata JOSÉ EGYDIO GARCEZ PALHA	Professor ARISTIDES PINTO COELHO
85.	Marechal JOÃO CRISÓSTOMO CALLADO	Professor HERCULANO GOMES MATHIAS Vaga
86.	General JOÃO HENRIQUE BÖHM	Coronel PEDRO SCHIRMER Vaga
87.	General JOAQUIM XAVIER CURADO	Professor AFFONSO CELSO VILLELA DE CARVALHO - Jubilado Vaga
88.	General FRANCISCO DE PAULA CIDADE	Coronel CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Emérito - Jubilado Coronel DAVIS RIBEIRO DE SENA
89.	Acadêmico OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC	General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH Doutor JOAQUIM MANUEL XAVIER DA SILVEIRA
90.	Acadêmico GUSTAVO BARROSO	Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES Brigadeiro MAX ALVIM
91.	Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT	General CARLOS PATRÍCIO FREITAS PEREIRA - Jubilado Vaga
92.	Tenente-Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY	Vaga

CADEIRA E PATRONO		OCUPANTES / ANTIGOS E ATUAIS
93.	Almirante JOÃO DO PRADO MAIA	Comandante LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA
94.	Coronel FRANCISCO XAVIER LOPES ARAÚJO, Barão de Parima	Vaga
95.	Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO	Coronel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE
96.	General ANTÔNIO DE SOUZA JUNIOR	Brigadeiro MURILLO SANTOS Vaga
97.	Marechal-do-Ar EDUARDO GOMES	Tenente-Coronel ALCYR LINTZ GERALDO Vaga
98.	Marechal MÁRIO TRAVASSOS	Coronel JOÃO RIBEIRO DA SILVA
99.	ALEXANDRE DE GUSMÃO	General PEDRO LUIS DE ARAÚJO BRAGA – Emérito
100.	Escritor GASTÃO PENALVA	Almirante SÉRGIO TASSO VASQUEZ DE AQUINO

4. ESCCLARECIMENTO

• As relações publicadas nesta Revista traduzem uma tentativa de consubstanciar um levantamento de caráter definitivo dos sócios das diversas categorias do Instituto e respectivos patronos.

Para isso, foi observada a seguinte orientação:

- respeito aos patronos das cadeiras na fundação do Instituto, mantendo-se o número consignado na Revista n. 1. Com isso, alguns patronos, instituídos posteriormente, tiveram reajustados os números de suas cadeiras;
- respeito ao vínculo do sócio com o respectivo patrono, seja por adoção na eleição ou posse, seja por ação futura. Com isso, ocorreram algumas mudanças no número das cadeiras de alguns sócios;
- os postos foram simplificados, em particular os dos oficiais-generais, ficando restringidos a Almirante, na Marinha, a General, no Exército, e a Brigadeiro, na Aeronáutica;
- evitou-se o uso indiscriminado de abreviaturas dos postos, para permitir maior entendimento por parte dos civis;
- procurou-se evitar nomes incompletos ou com apenas as iniciais de alguns sobrenomes;
- não foi publicada a relação dos Sócios Correspondentes a fim de permitir uma atualização rigorosa da existente; para isso, está sendo solicitada a cooperação dos confrades que disponham de informações mais atualizadas. Idêntica solicitação está sendo feita com vistas a possíveis incorreções observadas e para a complementação do posto e do endereço.

5. SÓCIOS FALECIDOS

Com o número da cadeira que ocuparam como sócios titulares.

1. Marechal HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO – Fundador
2. General FREDERICO AUGUSTO RONDON – Fundador, Benemérito
3. General FRANCISCO DE PAULA CIDADE – Fundador
CMG DINO WILLY COZZA
4. General ARNALDO DAMASCENO VIEIRA
Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS
Professor ODORICO PIRES PINTO
Professor GILBERTO JOÃO CARLOS FERREZ
5. Almirante MANOEL JOSÉ NOGUEIRA DA GAMA – Fundador
Almirante WASHINGTON PERRY DE ALMEIDA – Benemérito
6. General JOÃO MANUEL BORGES FORTES – Fundador
General AFFONSO DE CARVALHO
General ADALARDO FIALHO
7. Brigadeiro LYSIAS AUGUSTO RODRIGUES – Benemérito
Doutor AUGUSTO DE LIMA JÚNIOR
Professor AMÉRICO JACOBINA LACOMBE
8. Almirante FREDERICO VILLAR – Fundador
Almirante JOÃO DO PRADO MAIA – Benemérito
9. General MANUEL LIBERATO AZEVEDO BITTENCOURT – Fundador
General NELSON WERNECK SODRÉ
10. Coronel ÁLVARO OCTÁVIO DE ALENCASTRE – Fundador
General NELSON RODRIGUES DE CARVALHO
11. Coronel GENSERICO DE VASCONCELLOS – Fundador
Marechal ONOFRE MUNIZ GOMES DE LIMA
General OLÍVIO GONDIM DE UZÊDA
13. Almirante RAUL TAVARES – Fundador, Benemérito
Doutor SÉRGIO FERREIRA DA CUNHA
14. General EMÍLIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA
General AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
15. Comandante ANTÔNIO BUARQUE PINTO GUIMARÃES – Fundador
General JOAQUIM VICENTE RONDON
Almirante HERICK MARQUES CAMINHA – Benemérito
16. General ALTAMIRANO NUNES PEREIRA – Fundador
Coronel FERNANDO ULRICH DE ALMEIDA
17. General JOÃO DE MELO MORAIS
Professor ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS
18. General RAPHAEL DANTON GARRASTAZU TEIXEIRA – Fundador
Professor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO
19. Marechal ESTÊVÃO LEITÃO DE CARVALHO – Fundador, Benemérito
20. General JOSÉ FAUSTINO DA SILVA FILHO – Fundador, Benemérito
21. General VALENTIM BENÍCIO DA SILVA – Fundador, Benemérito
General ANTÔNIO DE SOUZA JÚNIOR – Benemérito
22. General JOÃO FULGÊNCIO DE LIMA MINDELLO – Fundador
General AUGUSTO FREDERICO DE ARAÚJO CORREIA LIMA
General OMAR EMIR CHAVES – Benemérito
23. General JONATHAS DE MORAIS CORREIA – Fundador
General JOSÉ CAMPOS DE ARAGÃO
24. General ALÍPIO VIRGÍLIO DI PRIMO – Fundador
Marechal MÁRIO TRAVASSOS

- Coronel NEWTON CORRÊA DE ANDRADE MELLO
 General TASSO VILLAR DE AQUINO
25. General UMBERTO PEREGRINO SEABRA FAGUNDES
26. General FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS - Fundador, Benemérito
 Professor EDUARDO CANABRAVA BARREIROS
27. General MANOEL CAVALCANTE PROENÇA
 General HUGO SILVA
 Doutor LOURENÇO LUIZ LACOMBE
28. General FRANCISCO SILVEIRA DO PRADO
 Brigadeiro DEOCLÉCIO LIMA DE SIQUEIRA
29. General JOSÉ MARIA MOREIRA GUIMARÃES - Fundador
 Coronel FREDERICO LEOPOLDO DA SILVA
30. General Doutor CARLOS SUDÁ DE ANDRADE
 General JARBAS CAVALCANTE DE ARAGÃO
 Coronel JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES NETO
31. General AUGUSTO TASSO FRAGOSO - Fundador, Benemérito
 Coronel JOÃO BAPTISTA MAGALHÃES
32. Almirante ANTÔNIO CARLOS RAJA GABAGLIA - Fundador
 Almirante RENATO DE ALMEIDA GUILLOBEL
 Comandante LEVY SCAVARDA
 Almirante ARTHUR OSCAR SALDANHA DA GAMA - Benemérito
 Doutor JOAQUIM PONCE LEAL
33. Comandante LUIZ ALVES DE OLIVEIRA BELLO
 Almirante HILTON BERUTTI AUGUSTO MOREIRA
34. Coronel LUIZ LOBO - Fundador
 General LUIZ FELÍCIO MONTEIRO DE LIMA
35. Comandante CÉSAR FELICIANO XAVIER - Fundador
 Almirante GERSON DE MACEDO SOARES
 General LAURO ALVES PINTO
36. Comandante JOÃO EGON PRATES DA CUNHA PINTO - Fundador
37. General ADAILTON SAMPAIO PIRASSINUNGA - Fundador
38. Almirante DÍDIO IRATIM AFONSO DA COSTA - Fundador
 Almirante JUVENAL GREENHALGH
39. General JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO - Fundador
 Professor PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT - Benemérito
 General FERNANDO GUIMARÃES DE CERQUEIRA LIMA
40. General ANTÔNIO LEÔNICIO PEREIRA FERRAZ - Fundador
41. General FERDINANDO DE CARVALHO
42. General PEDRO CORDOLINO FERREIRA DE AZEVEDO - Fundador
 Doutor MARCOS CLÁUDIO PHILIPPE CARNEIRO DE MENDONÇA
 Coronel-Aviador NELSON JOSÉ ABREU DO Ó DE ALMEIDA
43. Almirante LUCAS ALEXANDRE BOITEUX - Fundador
 Comandante LEO FONSECA E SILVA
44. Coronel JONATHAS DA COSTA REGO MONTEIRO - Fundador
 General SALM DE MIRANDA
45. General FRANCISCO JOSÉ PINTO - Fundador
 General AMYR BORGES FORTES
46. General RAUL BANDEIRA DE MELLO - Fundador
 General WALDEMIRO PIMENTEL
47. General SEVERINO SOMBRA DE ALBUQUERQUE - Fundador, Emérito
 Coronel NEY SALLES

48. Marechal CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON – Fundador, Benemérito
Doutor GUSTAVO BARROSO
General RAUL SILVEIRA DE MELLO – Benemérito
49. Coronel LEOPOLDO NERY DA FONSECA – Fundador
General EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA – Benemérito
General FLAMMARION PINTO DE CAMPOS
50. Almirante HENRIQUE BOITEUX – Fundador
Almirante ANÍBAL DO AMARAL GAMA
Comandante CARLOS GARRIDO
51. Marechal TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE – Benemérito
52. General DJALMA POLY COELHO
Coronel SEBASTIÃO DA SILVA FURTADO
53. General DIOCLÉCIO DE PARANHOS ANTUNES
Coronel JOSÉ AUGUSTO VAZ SAMPAIO NETO
54. Marechal INÁCIO JOSÉ VERÍSSIMO
55. General JOSÉ MEIRA DE VASCONCELLOS – Benemérito
Coronel WALTER DOS SANTOS MEYER – Benemérito
General HEITOR BORGES FORTES
56. Brigadeiro NELSON FREIRE LAVENÈRE WANDERLEY – Benemérito
57. General CÉSAR AUGUSTO PARGA RODRIGUES – Benemérito
Doutor ADOLPHO MORALES DE LOS RIOS FILHO
Professor ANTÔNIO PIMENTEL WINZ
58. Professor EUGÊNIO VILHENA DE MORAES
General ALFREDO SOUTO MALAN
Coronel ALDÍLIO SARMENTO XAVIER
61. Brigadeiro GODOFREDO VIDAL
Coronel HERNANI D'AGUIAR
62. Almirante AUGUSTO CARLOS DE SOUZA E SILVA – Fundador
63. Almirante MÁRIO FERREIRA FRANÇA
General JOÃO BAPTISTA PEIXOTO – Benemérito
64. General AURÉLIO DE LYRA TAVARES
Professor VICENTE COSTA SANTOS TAPAJÓS
65. General FRANCISCO DE PAULA E AZEVEDO PONDÉ – Benemérito
67. Professor ALBERTO LIMA
General AGUINALDO JOSÉ DE SENNA CAMPOS
General NEWTON BONUMÁ DOS SANTOS
68. General JONAS DE MORAIS CORREIA FILHO – Fundador, Benemérito
70. Coronel WALDIR DA COSTA GODOLPHIM
73. General MURILO RODRIGUES DE SOUZA
General MORIVALDE CALVET FAGUNDES
Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO
78. Professor PAULO BRAGA DE MENEZES
79. General HEITOR DE ALMEIDA HERRERA
80. Professor GILBERTO FREYRE
81. Professor RAUL DO REGO LIMA
82. Almirante PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA
85. Professor HERCULANO GOMES MATHIAS
86. Coronel PEDRO SCHIRMER
89. General LIBERATO DA CUNHA FRIEDRICH
90. Coronel NEOMIL PORTELLA FERREIRA ALVES
96. Brigadeiro MURILLO SANTOS
97. Tenente-Coronel ALCYR LINTZ GERALDO

Relatório Anual da Diretoria

Ano de 2004

1. FINALIDADE

Registrar as atividades administrativas e socioculturais desenvolvidas pela diretoria do IGHMB e efetuar a prestação de contas relativa ao ano de 2004.

2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

a. Recursos financeiros

Foram mantidas sem elevação as anuidades cobradas do quadro social, o que dificultou a execução do programa anual sociocultural, o pagamento das despesas obrigatórias de manutenção do imóvel e de funcionamento normal do Instituto, e o fechamento das contas do exercício de 2004.

Dez sócios não honraram as suas obrigações estatutárias, alguns, inclusive, desde o exercício de 2003.

O falecimento do 1º tesoureiro em 15 de agosto do corrente ano ocasionou sérios transtornos para a escrituração das contas, exigindo a convocação do 2º tesoureiro, que também viu-se impossibilitado, por questão de saúde, de assumir as funções. A dedicação e a ação pronta e competente do General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga, do Conselho Fiscal, junto à contadora, permitiu que os problemas viessem a ser sanados a tempo de constarem deste relatório. (Anexo A – Demonstrativo da Receita e da Despesa aprovado pelo Conselho Fiscal)

b. Secretaria

As exigências de adaptação do Instituto ao novo Código Civil foram cumpridas na íntegra, após ingentes esforços para sanar as impropriedades verificadas em atas e apontadas pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Cumpre salientar, outra vez, a inestimável colaboração prestada pelos sócios General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga, titular, e Doutor Paulo Napoleão Nogueira da Silva, correspondente, residente no Estado de São Paulo, nos trabalhos de redação e de adaptação do Estatuto.

Com a renúncia do 1º secretário e a impossibilidade alegada pelo 2º secretário e diversos suplentes, por diferentes motivos pessoais, de preencherem o cargo vago, viu-se o presidente obrigado a valer-se dos serviços do sócio honorário Coronel de Cavalaria Hélcio Pinheiro, da Biblioteca do Exército, que se prontificou voluntariamente a responder pelas funções, sem compromisso de escrituração das atas, as quais permanecem atrasadas.

A secretaria, como é público e notório, todo este ano enfrentou sérias dificuldades para desincumbir-se de suas atividades, pela falta absoluta de pessoal credenciado. Para compensar tal deficiência, valeu-se de serviços terceirizados, realizados por profissionais autônomos, sem vínculo empregatício.

É de justiça salientar a dedicação demonstrada pelo Capitão Justo Hélio Monteiro como secretário executivo por mais de uma década, sem remuneração, a quem muito deve o Instituto.

c. Estatuto

Encontra-se revisto, atualizado e registrado no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.

d. Boletim Informativo

Foram editados e distribuídos, no decorrer deste ano, 10 (dez) Boletins Informativos, de março a dezembro, relatando as atividades socioculturais desenvolvidas pelo Instituto. (Anexo B – Coletânea de Boletins Informativos de 2004)

e. Revista

O número especial de 2001 acha-se no prelo, o de 2002, em processo de diagramação e revisão, o de 2003, em montagem, e o de 2004, na fase de coleta de matéria. Todos pagos.

f. Lista de endereços de sócios

Foi atualizada e distribuída nova lista de endereços de sócios eméritos e titulares em 2004.

g. Página na Internet

Está no ar a página do Instituto, cadastrada com o endereço eletrônico www.ighmb.org.br, que exibe a programação mensal, informações gerais sobre finalidade, objetivos, histórico, as diversas sedes ocupadas, administração, símbolos, estatuto, fundadores, presidentes, quadro social, sessões, ano sociocultural, revista, links etc.

h. Imóvel e dependências

Foram efetuadas diversas obras de reparação nos telhados (para sanar goteiras), forro, sistema elétrico, aparelhos de ar condicionado, pintura de todas as dependências, colocação de trancas nas janelas e portas externas, portões e piso do pátio, caixa d'água etc. Por falta de recursos, deixou-se de efetuar o novo *layout* para o auditório e a instalação elétrica, bem como a substituição das passadeiras da escada social e demais dependências. O telhado, o forro, o sistema elétrico, as janelas (exceto a trocada na sala de reuniões) e a cratera aberta pelo tombamento de uma árvore centenária exigem obras.

O convênio firmado com o Exército para utilização da Casa Histórica de Deodoro expira em 28 de dezembro de 2006.

i. Material carga

Foram incluídos em carga:

- 1 aparelho telefônico
- 1 DVD marca Sony
- 1 notebook
- 1 apontador laser
- 1 sistema de som Pioneer de 700 watts composto de rádio, toca CD, reproduzidor de cassete, com duas caixas de som
- 1 computador Pentium com impressora e copiadora
- 1 forno elétrico

j. Biblioteca

Por falta de pessoal especializado não funciona, apesar do levantamento do acervo procedido pelo sócio Cel. Francisco Ruas Santos.

k. Arquivo de sócios

Adquiriram-se duzentos novos arquivos mas, por não contar com pessoal para manipulá-los, não se encontram atualizados.

l. Assembléias Gerais

Realizaram-se 1 (uma) Assembléia Geral Ordinária para eleição da diretoria do biênio 2005-2006, prestação de contas e aprovação do relatório anual, e 1 (uma) Assembléia Geral Extraordinária para ascensão à categoria de emérito do sócio titular General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga.

m. Reuniões da Diretoria

Tiveram lugar 2 (duas) reuniões da diretoria no corrente ano, em 16 de março e 5 de outubro.

n. Vagas no quadro social

- Eméritos: 2 (duas) vagas
- Sócios titulares militares: não há vagas
- Sócios titulares civis: 4 (quatro) vagas

o. Jubilação de Sócios

Foi jubilado, a pedido, o sócio titular Almirante João Carlos Gonçalves Caminha, ocupante da cadeira 83 *Almirante Manuel Pinto Bravo*.

p. Falecimento de Sócios

No ano de 2004 faleceram os seguintes sócios titulares: Coronel de Infantaria Pedro Schirmer, ocupante da cadeira 86 *General João Henrique Böhm*, em 11 de março; Coronel Adhemar Rivermar de Almeida, ocupante da cadeira 79 *Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes*, em 15 de agosto; Tenente-Coronel Intendente da

Aeronáutica Alcyr Lintz Geraldo, ocupante da cadeira 96 *Marechal-do-Ar Eduardo Gomes*, em 14 de setembro, todos no Rio de Janeiro.

3. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS**a. Conferências e palestras**

O ano sociocultural de 2004 foi aberto em 23 de março com a conferência sobre o tema "Panorama Financeiro Mundial e Situação Econômico-Financeira do Brasil", proferida pelo Prof. Dr. Jayme Magrassi de Sá e, em comemoração ao 68º aniversário do IGHMB, teve lugar em 9 de setembro a conferência "200 Anos do Imperador Napoleão – o homem, o militar e o estadista", a cargo do Prof. Dr. Ricardo Vélez Rodrigues. (Anexo C – Conferências e Palestras Proferidas em 2004)

b. Núcleo de Estudos e Pesquisas de História Militar (NEPHIM)

Em 2004, tiveram lugar 2 (duas) sessões de NEPHIM. (Anexo D – Sessões do NEPHIM em 2004)

c. Seminário

No corrente ano, o IGHMB participou, com o IHGB e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, do Seminário Comemorativo do Bicentenário de Nascimento do Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, Barão do Amazonas, realizado no auditório do IHGB, em 17 e 18 de agosto.

d. Congresso Internacional de História Militar

O IGHMB não se fez representar no XXX Congresso Internacional de História

ria Militar que teve lugar em Rabat, Marrocos, de 1º a 7 de agosto de 2004, sobre o tema “Aspectos Econômicos de Defesa nos Principais Conflitos Mundiais”, embora esteja em dia com as anuidades devidas à Comissão Internacional de História Militar, promotora do evento.

e. Pedido de cooperação

O Instituto, atendendo a pedido de cooperação da EsAO, no ensejo do transcurso do Dia do Exército, levou a efeito um painel naquele estabelecimento de ensino militar, a cargo do presidente e dois outros sócios; da mesma forma, realizou uma palestra na EsIE, a cargo do General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado, sobre a Guerra da Tríplice Aliança.

O presidente tomou parte no IV Simpósio de Defesa Nacional efetuado na ECEME; ministrou palestra no Curso de Direito da Universidade Gama Filho sobre “Missão Constitucional das Forças Armadas” e proferiu oração na sessão comemorativa da chegada da FEB à Itália, realizada pela Associação dos Veteranos da FEB no Clube Militar, bem como, atendendo à solicitação dos antigos alunos da Escola Politécnica, discorreu sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.

f. Homenagem

O IGHMB homenageou, em sessão solene, o Coronel Francisco Ruas Santos pelo transcurso do seu 90º aniversário de nascimento, em 3 de agosto, com a presença de autoridades e familiares do homenageado.

g. Aniversário do Instituto

Em comemoração ao 68º aniversário de fundação do Instituto, foi realizada uma Sessão Magna que constou de uma alocução do presidente alusiva à data, conferência já mencionada e entrega de diplomas e medalhões aos seguintes homenageados: General-de-Exército Pedro Luis de Araújo Braga, General-de-Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, Coronel de Engenharia Luiz Eugênio Duarte Peixoto, Coronel de Engenharia Paulo Lisboa, Coronel de Cavalaria Hélcio Pinheiro, Coronel de Artilharia Antônio Ferreira Sobrinho, Professor Doutor Arno Wehling, Professor Doutor Ricardo Vélez Rodriguez e Capitão Justo Hélio Monteiro. Finda a sessão, foi servido um Porto de Honra aos presentes.

h. II Curso de Especialização *Lato Sensu* em História Militar

Em 13 de maio, o presidente do IGHMB firmou um convênio com o DEP e a UNIRIO para a realização do II Curso de Especialização *Lato Sensu* em História Militar para militares das três Forças e civis.

i. Visitas

Em 26 de outubro, o Instituto promoveu uma visita à Base Aeronaval de São Pedro d’Aldeia para o seu quadro de associados.

4. CONCLUSÃO

Urge encontrar, a curto prazo, uma solução definitiva que assegure a sobrevivência do IGHMB. Os atuais quadros estão envelhecidos, em parte desinteressados: a

renovação dos quadros tem sido tentada, infrutiferamente; não há recursos suficientes que assegurem a manutenção do seu funcionamento, bem como pessoal para mobiliar a administração. Assim sendo, afiguram-se dias mais difíceis e sombrios para nós. Parece-nos que uma solução encontra-se numa subvenção anual do Ministério da Defesa, uma vez que o IGHMB reúne em seus quadros militares das três Forças Singulares e civis.

Em que pese as sérias dificuldades enfrentadas no momento, o Instituto pode se

orgulhar do trabalho realizado com seriedade pelos que o fizeram e fazem, projetando a sua imagem no Brasil e no exterior.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2004

LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO
Presidente



ANEXOS

A - Demonstrativo Anual de Receita e Despesa - Ano Financeiro de 2004

B - Boletins Informativos de 2004 (omitido)

C - Sócio eleito em 2004

D - Conferências e palestras proferidas em 2004

E - Sessões do NEPHIM realizadas em 2004

ANEXO A

DEMONSTRATIVO ANUAL DE RECEITA E DESPESA ANO FINANCEIRO DE 2004

RECEITA

Saldo anterior	3.197,55
Anuidades	16.920,00
Doações	3.850,00
TOTAL	23.967,55

DESPESAS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Despesas postais	2.130,76
Aux. transporte faxineira	307,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Serviços de garçons e copeira	140,00
Estagiária de Informática e serviços de secretaria	1.283,34
Contabilidade	<u>3.667,00</u>
Telemar	1.047,21
Lanches (reuniões de terça-feira)	2.886,06
Anuidade Instituto Internacional de História Militar	1.625,00
Anúncio e missa (Cel Geraldo)	730,00

Gravação de medalhões	174,40
Subtotal I	11.553,01
DESPESAS OPERACIONAIS	
Material de escritório	342,00
Material de limpeza	135,12
Mão-de-obra de limpeza (faxineira)	2.204,80
Manutenção do elevador	710,00
Consertos diversos	279,00
Subtotal II	3.670,92
DESPESAS FINANCEIRAS	
Multas	7,28
Despesas bancárias	378,46
Subtotal III	385,74
OUTRAS DESPESAS	
Gorjetas	68,00
Despesas miúdas	254,26
Taxas - RCPJ	134,02
INSS	556,00
Subtotal IV	1.012,28
TOTAL (subtotais I a IV)	19.059,71
SALDO QUE PASSA PARA DEZEMBRO	4.907,84

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2004
 DIRETOR FINANCEIRO

ANEXO C

SÓCIO ELEITO EM 2004

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2004, aprovou, por unanimidade, a ascensão à categoria de sócio emérito:

- General-de-Exército PEDRO LUIS DE ARAÚJO BRAGA

CONFERÊNCIAS E PALESTRAS PROFERIDAS EM 2004

1 de maio
Professor Doutor JAYME MAGRASSI DE SÁ - *O Panorama Econômico-Financeiro Mundial e a Situação da Economia*

20 de abril
Coronel IVO DE ALBUQUERQUE - *A Presença Brasileira no Prêmio Nobel da Paz*

27 de abril
Professor Doutor RICARDO VELEZ RODRIGUEZ - *Narcotráfico e Terrorismo na América Latina*

30 de maio
1 - Comandante-de-Esquadra MARIO CÉSAR FLORES - *Defesa Nacional na Ordem do Século XXI*

31 de maio
Doutor PETRONIO RAYMUNDO GONÇALVES MUNIZ - *A Arbitragem na História Naval Brasileira*

18 de maio
Coronel NILSON VIEIRA FERREIRA DE MELLO - *As Obras da Revolução de 1964*

25 de maio
General-de-Divisão AURELIANO PINTO DE MOURA - *Os Porões de Solano López*

01 de junho
General-de-Divisão CARLOS DE MEIRA MATTOS - *A Estratégia: Origens, Fundamentos, Desdobramentos no Espaço e no Tempo*

08 de junho
Vice-Almirante HÉLIO LEÔNICIO MARTINS - *Questão Christie*

15 de junho
Professor Doutor PAULO NAPOLEÃO N. B. NOGUEIRA DA SILVA - *1964: Experiências de um Civil*

22 de junho
Coronel-Aviador MANUEL CAMBESES JUNIOR - *Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues, Pioneiro do Correio Aéreo Nacional*

29 de junho
General-de-Exército JONAS DE MORAIS CORREIA NETO - *O Centauro de Luvas*

06 de julho
Coronel ERASMO DIAS - *A Guerrilha do Vale da Ribeira*

13 de julho
General-de-Divisão CARLOS DE MEIRA MATTOS - *60 Anos da Chegada da FEB na Itália*

20 de julho
Coronel JOSÉ DE SÁ MARTINS - *O Oriente Médio*

27 de julho
General-de-Divisão AURELIANO PINTO DE MOURA - *A Batalha de Tannenberg*

10 de agosto
Coronel ROBERTO DE CASTRO BARCELLOS - *Do Garance ao Cãqui*

24 de agosto
General-de-Brigada NILTON DE ALBUQUERQUE CERQUEIRA - *A Guerrilha do Araguaia*

31 de agosto
Coronel NILTON FREIXINHO - *O Ocidente - Breve História do Itinerário*

21 de setembro
Coronel PAULO DARTANHAM MARQUES DE AMORIM - *O "Benjamim Constant" e a Volta ao Mundo*

28 de setembro
General-de-Brigada JOSÉ ANTÔNIO BARBOSA DE MORAES – *A Revolução de 31 de Março de 1964 em Minas Gerais*

19 de outubro
Comandante JOÃO BATISTA DORRENDOS GOMES PEREIRA – *A Ação da Marinha em São Paulo na Revolução de 1964*

09 de novembro
Professor Doutor RICARDO VÉLEZ RODRIGUEZ – *200 Anos do Imperador Napoleão: o Homem, o Militar e o Estadista*

16 de novembro
General-de-Brigada SÉRGIO ROBERTO DENTINO MORGADO – *140 Anos da Guerra da Tríplice Aliança*

23 de novembro
Professor Doutor PAULO NAPOLEÃO NOGUEIRA DA SILVA – *A Trilogia D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II*

07 de dezembro
Professor MARCOS RIBEIRO CORRÊA – *A Maçonaria e a Independência*

ANEXO E

SESSÕES DO NEPHIM REALIZADAS EM 2004

13 de abril

Major-Brigadeiro LAURO NEY MENEZES – *Saint-Exupéry: o Aviador, o Filósofo, o Mito*
Professor Doutor MARCOS RIBEIRO CORRÊA – *Comentário sobre a Vida de Caxias*

11 de maio

Tenente-Coronel ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA – *Homenagem póstuma ao Coronel Pedro Schirmer*
Coronel ROBERTO CARVALHO – *A Indústria Bélica Brasileira*



SoftImage
Assessoria Empresarial

Composição e diagramação
SoftImage Assessoria Empresarial Ltda.
Rua João Alfredo, 60/704, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
Tel: 21 2572-3111

